UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

**Um cipoal de sentidos: comunicação, experiência e as possibilidades
da assinatura coletiva na narrativa jornalística**

Cicélia Pincer Batista

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Cicélia Pincer Batista

**Um cipoal de sentidos: comunicação, experiência e as possibilidades
da assinatura coletiva na narrativa jornalística**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Versão corrigida

Linha de Pesquisa: Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação.

Orientadora: Prof^a Dra. Cremilda Celeste Araújo Medina

São Paulo
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

BATISTA, Cicélia Pincer. **Um cipoal de sentidos: comunicação, experiência e as possibilidades da assinatura coletiva na narrativa jornalística.** Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.
Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais, seu Cícero e dona Naia, que me instigaram desde sempre a buscar na narrativa da vida outros horizontes possíveis;

Ao Pedro, meu “anjo espantoso” e afeto maior, por me fazer compreender a cada momento que viver é “fazer outras maiores perguntas”;

À minha avó Sinhá (in memoriam), que me mostrou, desde muito cedo, a beleza inexplicável da narrativa;

Ao Jack (Jackson da Silva Barbosa) porque, afinal, ‘Deus Cria, o vento espalha e o diabo junta’. E isto é tanta coisa ...

Agradecimentos

A gratidão sempre me afigurou como uma das condições essenciais do viver, porque traz consigo o desafio da generosidade; do ser com o outro; de tentar a cada palavra e atitude ir além de si mesmo – este terreno pantanoso que nos aprisiona e impele. Assim, perto ou longe do que sempre me move e moveu, há aqui a certeza de que cada passo vivido até esta tese se fez possível pelo acolhimento compreensivo, generoso, contraditório, de muitas pessoas que me ajudaram, e ajudam, a construir a narrativa de uma experiência que tem sido alegre, pulsante, triste, complexa, difícil, simples... Tem sido, sobretudo, inquieta.

Assim, agradeço à Cremilda Medina, pela orientação feita de respeito, confiança, solidariedade e compreensão... Pelo afeto que desconhece fronteiras e diferenças entre viver, sentir e pensar: raras vezes nos deparamos com uma pesquisadora em cuja obra e agir se acha tão claramente e de modo tão coerente e harmonioso a comunhão entre o que se é, o que se vive, o que se pensa, o que se sente ... Porque esta sua comunhão nos inspira sempre a acreditar que outro jornalismo, assim como um outro mundo, é sempre possível. E, ainda, porque nos permite compartilhar com Sinval Medina – a quem também eu não poderia deixar de agradecer – um não menos generoso ‘diálogo de afetos’.

Aos meus irmãos, de sangue e de vida, Cicinho (Cícero Pincer), Duia (Ciro Pincer), Vado (Evaldo Pincer), Zé Maria e Célia Pincer de Sá pelo apoio amoroso, mesmo quando as minhas opções lhes pareciam loucas, incompreensíveis e questionáveis. Porque me mostram que o acolhimento quase nunca implica em cega concordância.

À Cláudia Bredarioli, amiga-irmã, pela revisão da tese e, sobretudo, por partilhar comigo as dores, alegrias e impasses que nos dizem que a vida vai além dos esquematismos dogmáticos e da restrição a um calendário que nos desarvoram por não comungar do seu movimento atemporal e caótico.

Ao Sérgio Alcides, pelo afeto feito de “muitos penhascos”, pela tradução do resumo e pelas críticas e comentários que tanto contribuíram para o processo desta tese.

Ao Aílton Pimentel (*in memoriam*) pela amizade, amor e cumplicidade que nunca deixaram de se fazer presentes.

Aos amigos/colegas de orientação, Carlos Sandano, Edson Capoano, Fábio Pinto, Jaqueline Lemos, Liana Martinez, Mara Rovida, Marcelo Lopes, Marcos Zibordi e Renato Essenfelder, pelos diálogos, observações e questionamentos e por vivermos juntos os desafios de um pensar *gauche* para o jornalismo.

À Tonha (Antônia Pinheiro), Zezé Moreira, Larissa Moreira, Dilane Moreira, Fabíola Lago, Pedro Rosa, Margareth Xavier, Ana Lúcia Lopes, Kelly Prudencio, Isabelle Anchieta, Marcos Alexandre Ferraz (Minero), Sérgio Gadini e Sidinéia Freitas, pela amizade e incentivo que sempre estiveram além de tempos e distâncias.

Aos meus ex-colegas e ex-alunos do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, com os quais discuti muitas das questões aqui apresentadas. Agradeço, em especial, àqueles ex-alunos que, através da disciplina Epistemologia do Jornalismo, se lançaram comigo à pergunta sobre a possibilidade de abertura do jornalismo à experiência e ao mundo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do doutorado; em especial, à Rosely Souza, pela disponibilidade competente e risonha solidariedade com que sempre me brindou.

*Como reconhecer ainda
O que foi o áureo da vida?
Talvez contemplando, na palma
Da mão, os arabescos*

*dessas linhas, dessas rugas
Que apertamos com tanta garra
Quando no vazio fechamos
A própria mão sobre um nada.*

(Rilke, Frutos e Apontamentos)

RESUMO

Um cipoal de sentidos: comunicação, experiência e as possibilidades da assinatura coletiva na narrativa jornalística.

No momento mesmo em que se vive o potencial alargamento das possibilidades de se dizer sobre o mundo, através das fluidas, abertas e multifacetadas tecnologias digitais da informação e da comunicação, tem-se tornado mais fortes e mais frequentes os discursos que afirmam o jornalismo como condição de degradação da experiência e agente da incomunicação. Neste contexto, é que esta tese se pergunta sobre as possibilidades de a narrativa jornalística se constituir como abertura dos horizontes compreensivos da experiência e da comunicação no mundo hodierno e não apenas como seu encarceramento numa interpretação única e muitas vezes autoritária dos acontecimentos. Assim, seu percurso teórico-metodológico procura se assentar numa transversalidade que inclui o diálogo entre a tematização e compreensão da linguagem e da narrativa como abertura, em Hans Georg Gadamer, Walter Benjamin e Wolfgang Iser, e a ideia da criação de uma assinatura coletiva para o jornalismo, em Cremilda Medina. Procura-se construir, neste diálogo, uma ‘linguagem de serviço’ ancorada pela “mostração mais do que pela demonstração” e que permita pensar e explorar os limites e as possibilidades da narrativa jornalística como o que pode “dizer de novo o mundo, de modo a chegar ao aparecer do ainda não-percebido” (Heidegger).

Palavras-chave: Comunicação. Experiência. Narrativa jornalística. Assinatura coletiva.

ABSTRACT

A tangle of senses: communication, experience and the possibilities of collective signature in journalistic narrative.

In the very moment when we see the potential enlargement of the possibilities of speaking about the world, through the fluid, open and multifaceted digital technologies of information and communication, discourses that deem journalism a condition for the debasement of experience and a factor of incommunication have grown stronger and more frequent. It is in this context that this PhD dissertation examines the possibilities of journalistic narrative to turn itself into an opening of the comprehensive horizons of experience and communication in the contemporary world, instead of its imprisonment in a single, often authoritarian interpretation of events. Thus, its theoretical and methodological course attempts to set up transversely including a dialogue between the thematization and the understanding of language and narrative as openness, as in Hans Georg Gadamer, Walter Benjamin and Wolfgang Iser, and the idea of the creation of a collective signature for journalism, in Cremilda Medina. In such a dialogue, it tries to build a 'language of service' that anchors itself "more at presentation than at demonstration" and that allows thinking and exploring the limits and the possibilities of journalistic narrative as what may "speak again the world, in order to bring into sight what has not yet been perceived" (Heidegger).

Keywords: Communication. Experience. Journalistic narrative. Collective signature.

SUMÁRIO

Introdução	12
 2 – Comunicação midiática e experiência	 40
2.1 - A natureza midiática da experiência contemporânea.....	43
2.2 - Sobre o conceito de experiência.....	50
2.3 - Dispositivos e percepção: a experiência no horizonte da interação mediada.....	60
 3 – A narrativa da experiência: sobre os limites e possibilidades da linguagem e do jornalismo	 73
3.1 - Linguagem e narrativa jornalística nos horizontes da crise e para além dela.....	78
3.2 - O acontecimento como epifenômeno da relação jornalismo e experiência.....	87
3.3 - Para além da 'coisificação' do real na narrativa jornalística.....	98
3.4 - O texto como jogo: a dialética da pergunta e da resposta nas narrativas jornalísticas	103
 4 – A experiência das narrativas.....	 106
4.1 - Resultados da análise.....	120
4.1.1- A articulação das vozes constituintes da estória.....	120
4.1.2 – O horizonte epistêmico da narrativa	122
4.1.3- A construção e aprofundamento do contexto histórico do acontecimento.....	124
4.1.4- O acolhimento ou recusa dos conflitos.....	126
4.1.5 – A perspectiva temporal que orienta a construção dos sentidos	128
 Considerações Finais.....	 132
Referências Bibliográficas.....	138

INTRODUÇÃO

Nasci no interior do cerrado das Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha – ali, quase na esquina do sertão –, onde o enredo da vida é marcado tanto pela esperança quanto pela aridez da paisagem e da pobreza, e se tece no contar e ouvir “causos”. Era assim no final da década de 1960, quando o rádio era a tecnologia de comunicação mais moderna naquela região e convivía, ainda em certa harmonia, com o hábito de se reunirem as famílias e amigos para compartilhar experiências pela oratura.

Assim, fazia parte do cotidiano a visita noturna à casa de uma tia-avó, que, quase sempre, era encerrada com a narração de uma estória. Na maior parte das vezes, aquelas estórias versavam sobre o enredo cotidiano: os acontecimentos, felizes ou trágicos, que marcavam a cidadezinha eram revestidos de elementos metafóricos, alegóricos e também fantásticos que não apenas nos introduzia o diverso, contraditório e diferente, mas, carregavam um ensinamento sobre as coisas da vida e da morte, cuja fruição alumbrava a mim e aos meus irmãos.

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida (...). (BENJAMIN, 1994: 200)

Tantas vezes contadas, e em cada uma delas modificadas pela tia-avó, as estórias “encegueiravam” nossos pequenos ouvidos, com o conforto da caneca de café com leite morno que sempre acompanhava sua escuta, ao mesmo tempo em que nos paralisava no confronto com os mistérios da existência. Como uma luz que desperta os ouvidos, parafraseando Elias Canetti (2000), desvelava-se, ali, uma possibilidade de compreensão do mundo, uma vez que aqueles causos portavam o não ainda pensado e sabido. Pois, também isto não constitui o “maravilhoso” da narrativa? Vive-se, conta-se e se partilha sem necessariamente se perguntar por isso.

Mais do que “uma” experiência, o enredo cotidiano da vida configura-se como totalidade antitética – ou seja, prefigura a morte, numa recusa que

se lha confirma. E confirma porque cabe ao homem as condições e possibilidades de dizer sobre isto. Numa reflexão sobre a infância¹ e que desembocou “numa pesquisa sobre a voz humana (ou sobre sua ausência)”, Giorgio Agamben nos desperta a atenção para o fato de que

O inefável, o “inconexo” [*irrelato*] são de fato categorias que pertencem unicamente à linguagem humana: longe de assimilar um limite da linguagem, estes exprimem seu invencível poder pressuponente, de maneira que o indizível é precisamente aquilo que a linguagem deve pressupor para significar” (AGAMBEN, 2005: 11; grifo do autor)

No casarão daquela tia-avó, um grande salão abrigava ainda uma oficina de corte e costura na qual minha mãe desempenhava uma função de ajudante de mestre. Assim, muitas das tardes que marcaram os dias decorridos entre os quatro e seis anos da minha infância foram vividas entre as sobras de tecido e das folhas de jornais que serviam de matéria-prima aos moldes das vestimentas em produção. No enredo das conversas das mulheres que ali trabalhavam e aprendiam um ofício e do cheiro de barro exalado do assoalho de tijolos vermelhos que revestiam o salão, eu era sinestesicamente inserida no mundo do jornal e da narrativa.

Naquelas tardes, as conversas e as narrativas das notícias literalmente entrecortadas dos pedaços de jornais – travestidos, simultaneamente, em brinquedo e em cartilhas de alfabetização, já que a relação lúdica com eles me facilitou a inserção na cultura letrada - descortinavam um mundo de horizontes alargados nas montanhas rasgadas pela rodovia e que se davam a ver às janelas do casarão.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador [e do ouvinte] para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do

¹ Importante destacar que para que se compreenda a reflexão do autor, deve-se considerar, como ele faz questão de enfatizar, que a concepção de infância em questão não diz respeito a uma período ou fase cronológica mas a um esforço de se pensar os limites da linguagem na sua relação com o não trivial, com o inefável. Nas suas palavras, “o conceito de infância é acessível somente a um pensamento que tenha efetuado aquela <<puríssima eliminação do indizível na linguagem>> que Benjamin menciona na sua carta a Buber.”. (AGAMBEN, 2005: 11)

narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.
(BENJAMIN, 1994: 205).

As histórias partilhadas pelas mulheres sobre a vida familiar e cotidiana da cidadezinha e as notícias lidas nos pedaços de jornais – tanto o jornal *O Estado de Minas* quanto o *Diário Oficial do Estado* – e que narravam acontecimentos de lugares e sujeitos distantes e desconhecidos para a criança que eu era constituíam, então, um mesmo sentido: a construção e compreensão de uma visão de mundo, por sua vez, inseparáveis da curiosidade e indagação por horizontes outros, nela incrustados e possíveis.

Interessante notar, então, que, num movimento aparentemente contrário ao que afirma Walter Benjamin (1994), constituía-se, ali, não uma oposição, mas uma comunhão paradoxal entre aquelas duas formas narrativas: a narrativa tradicional (oratura) e a informação jornalística. A contradição é aparente porque a leitura que nos orienta quer justamente se distanciar do lamento pela “perda dolorosa” da tradição no depauperamento da narrativa tradicional – tão predominantes ainda na recepção brasileira dos textos benjaminianos e que marcaram especialmente a construção da comunicação como campo do saber entre nós -, para postular, paradoxalmente, uma sua dimensão que nos parece mais essencial:

Essa dimensão, que me parece fundamental na obra de Benjamin, é a da abertura. O leitor atento descobrirá em “O Narrador” uma teoria antecipada da obra aberta. Na narrativa tradicional essa abertura se apóia na plenitude de sentido – e, portanto, em sua profusão ilimitada. (...) O que me importa aqui é identificar esse movimento de abertura na própria narrativa tradicional. (GAGNEBIN in BENJAMIN, 1994: 12-13; prefácio)

Tenta-se acolher, como umas das premissas da pesquisa aqui apresentada, o que Gagnebin chama de ‘buracos negros’ da obra de Benjamin, especialmente no que tange às suas reflexões sobre narrativa e história e que colocam, ainda, a seguinte empreitada para o conhecimento: “tentar ouvir as questões e exigências que essa obra formula, ou seja, reconhecer quais são suas interrogações deixadas em suspenso, tentar

compreender esta suspensão, ousar aprofundar nesta irresolução”. (GAGNEBIN, 2009: 01)

Se como diria Guimarães Rosa (1958: 82), “vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”, e se o sentido do que se imaginou, sonhou ou se vislumbrou teima em se apresentar também como vivido, a narrativa – tanto jornalística quanto o “causo” - explode em sua riqueza epifânica e epistêmica: compreensão do que é e pergunta pelo vir a ser. O narrado e, por isso mesmo, o vivido revestem, pois, a experiência de horizontes interrogativos mais do que afirmativos.

Pode-se projetar neste movimento uma outra dimensão que Walter Benjamin (1994) atribuía à narrativa tradicional: tratava-se de (re)afirmar a segurança que a sabedoria da Experiência podia garantir, ao mesmo tempo em que alertava para o risco de se entregar ao desconhecido; que tanto pode representar a certeza quanto a incerteza, o conforto quanto o desconforto; a segurança quanto a insegurança. Tal dimensão, que se constitui num possibilidade de abertura, se mostra muito claramente quando se consideram dois trechos de sua obra:

O texto literal da escrita é o único e exclusivo fundamento sobre o qual pode formar-se o quebra-cabeça. O contexto significativo contido nos sons da frase é o fundo do qual emerge o semelhante, num instante, com a velocidade do relâmpago. Mas, como **essa semelhança extra-sensível está presente em todo ato de leitura, abre-se nessa camada profunda o acesso ao extraordinário duplo sentido da palavra *leitura*, em sua significação profana e mágica.** (BENJAMIN, 1993: 112; grifos nossos)

Em seus edifícios, quadros e narrativas, **a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura.** E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juro e com juro dos juro. (BENJAMIN, 1993: 119; grifos nossos)

A narração torna-se, pois, para as sociedades, lugar e modo privilegiados de compreensão e possibilidade de seu fazer e de seu existir, de tal modo que se pode afirmar com Octavio Ianni (1999: 71) que “A nação,

em seus diferentes e múltiplos aspectos, pode ser vista como uma longa narrativa”. Afinal, o contexto significativo contido na voz/narração é o fundo de onde emerge o semelhante e o diverso “na velocidade e efemeridade do relâmpago” (BENJAMIN, 1993: 112), que, fugidio e intangível, não se furta a mostrar e causar efeitos. Note-se que tais causas e efeitos não se regem, para Benjamin, por uma relação de similaridade ou, melhor dizendo, de especularidade entre o narrado e o que se narra. Antes, estabelecem uma comunhão inexorável entre a narração e a vida, como se pode vislumbrar ainda nas belas palavras de William Ospina:

Los niños no sólo oyen la historia, también sienten que alguien se las está contando. Ese hecho es importante, porque uno de los frutos de esa magia fue siempre el amor y la gratitud que los niños sienten por esos seres que les hechizan sus noches, y yo puedo dar fe de que es uno de los afectos más duraderos que existan. Desaparecen las personas, se borra incluso el recuerdo de su rostro, y sin embargo no se apaga nunca el hilo cordial de esa voz que sigue arrullando los sueños, que sigue avivando la imaginación, que sigue despertando en nosotros una inagotable simpatía por lo humano. (OSPINA, 2002: 15-16)

Ressalta-se, então, o lugar da imaginação e da fantasia na literatura contemporânea – tomada a literatura aqui em seu sentido lato e que diz respeito ao modo de narrar segundo a letra - como formas de “percibir la fragilidad de su mundo y temer que tantos inventos hijos de la técnica pudieran ser destruídos por la técnica misma, y ser alguna vez solo menguantes recuerdos.” (OSPINA, 2002: 13)

Daí, a necessidade e desafio de se pensar que, se por um lado, como diz Ospina (2002), os sujeitos do mundo hodierno ainda parecem ser chamados a se orientar, a pautar sua experiência de mundo e no mundo, por parâmetros e condicionantes única e predominantemente racionais e/ou racionalizáveis conforme os modos do conhecimento científico - e que contaminam e, mesmo, subsumem, portanto, sua existência e as suas narrativas; por outro, há de se considerar que esses mesmos parâmetros e condicionantes se lhe advém da experiência histórica em que se situam a

cada momento, sem que seja negado o diálogo com o passado nem a conexão da sua singularidade com a universalidade do mundo.

Nessa perspectiva é que se apresenta, para Ospina, a possibilidade e, mais do que isto, a necessidade de uma comunhão temporal e existencial entre os homens e que há de ter na narrativa seu fundamento primeiro:

[...]yo quisiera hablar ahora de una posibilidad entre tantas, de un remoto futuro cuando por algún azar puda no haber en el mundo laboratorios de cine produciendo grandes milagres de animación, ni fábricas para millones de personas, sino otra vez niños inmóviles en la oscuridad escuchando esa voz que nunca se há apagado e que no se apagará mientras exista el ser humano... (OSPINA, 2002: 14-15)

Configura-se, deste modo, na interação entre experiência e narrativa o sentido paradoxal que marca, inexoravelmente a primeira: preservação e risco. Qual uma melodia, cada “movimento” não só mantém como transforma, ininterruptamente, os sentidos do que permanece como pano de fundo do que se experienciou. Como na poesia de Rainer Maria Rilke, uma espécie de voz em transição hesita em atender a um apelo ou resistir a ele:

*Se gritasse, quem das legiões de anjos escutaria
o grito? E mesmo se, inesperadamente,
um deles me acolhesse no coração: sucumbiria à sua
existência mais forte! Pois o belo não é senão
o princípio do espanto que mal conseguimos suportar,
e ainda assim, o admiramos porque, sereno,
deixa de nos destruir. Todo anjo é espantoso.
E por isso me contenho e refreio o apelo
de um soluço obscuro. Então quem
nos poderia valer? Anjos, não, homens, não,
e os animais inventivos logo se apercebem
de que não nos sentimos muito em casa
no mundo das explicações. Resta-nos talvez
uma árvore na encosta, para vermos e revermos
todos os dias. Resta-nos a estrada de ontem
e o apelo mimado de um hábito
que por nós se afeiçoou, permaneceu e não foi embora.[...]*
(RILKE, 1989: 33)

Ao se perguntar sobre e ao acolher o (in)dizível que habita(va) as abissais transformações que assolam as condições do homem moderno, especialmente no que tange às suas possibilidades de comunicação e partilha da experiência, o poeta austríaco entregou-se ao mistério da

existência que apela à sensibilidade humana desde tempos imemoriais. Mas, nos seus versos o imemorial se fez histórico e à *poiésis* restituiu-se toda a densidade do verbo; a autoridade e força criadora da linguagem. Assim nos diz Carneiro Leão num texto de introdução às *Elegias de Duíno*:

Para elas converge a diversidade essencial das experiências do homem com o tempo. Nelas corre o sangue de ontem para um novo amanhecer: possibilidades de vida e condições de herança para o advento de uma história sempre já vigente mas sempre ainda por vir. (CARNEIRO LEÃO, 1989: 07; introdução)

Nos horizontes possíveis deste porvir, e porque também sói ao dizer poético uma “absolvição da língua”² e da linguagem, desponta, dentre outros, o desafio de se propor e tomar a relação entre narrativa e experiência em matrizes compreensivas e epistemológicas que persigam a ruptura com uma concepção objetivista e instrumental da linguagem, de forma a suprir, como afirma MEDINA (2003), o “déficit de criatividade” no qual o cotidiano da atualidade parece, tantas vezes, estar aprisionado.

Assim, é que esta tese se orienta pela pergunta sobre as possibilidades de a narrativa jornalística abrigar e desvelar o sentido da experiência no mundo hodierno; de se constituir, pois, na abertura de seus horizontes compreensivos e não num seu encarceramento na interpretação única e muitas vezes autoritária dos acontecimentos que configuram a estória contada pelo jornalista; assim como pelas vozes que a constituem. Afinal, como preconizava Drummond de Andrade,

Todo jornal
há de ser explosão
de amor feito lucidez
a serviço pacífico
do ser. (DRUMMOND DE ANDRADE, 1973)³

Na esteira desta espécie de vaticínio de um poeta marcado pelo ceticismo, e com vistas à passagem da racionalidade esquemática para o

² Para novamente lembrar Elias Canetti (1986), no primeiro dos volumes que constituem sua autobiografia e que anuncia os horizontes temáticos de seu percurso narrativo e mnemônico já no título – ao menos em sua tradução brasileira: “A língua absolvida”.

³ Apesar de integrar o livro *As Impurezas do Branco*, edição da Record de 2005, optou-se por manter a referência ao ano de 1973, quando o poema “A casa do jornal, a antiga e a nova” foi publicado na capa do caderno comemorativo das novas instalações do Jornal do Brasil, conforme Costa (2005: 359; notas).

diálogo dos afetos, afirma-se com Medina (2008) a necessidade da palavra poética como uma das condições essenciais para a criação de uma assinatura coletiva para o jornalismo. Para renovar e criar uma narrativa sutil e solidária, tanto os diversos produtores do saber científico quanto aquele que rege e articula a interpretação da contemporaneidade – ou seja, o jornalista – carecem do contato e do movimento, de modo que “o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora. (MEDINA, 2008: 109)

Apresenta-se, pois, a urgência de se considerar que as atuais condicionantes históricas e tecnológicas, e suas possibilidades interativas de expressão e de sentido, implicam o imperativo de construção lingüística e narrativa do acontecimento capaz de não obliterar suas dimensões polifônicas e polissêmicas, mas, antes, de se constituírem como a apropriação singular e plural que dele faz cada indivíduo e cada coletivo pensante e sensível.

Ora, à partida, tem-se em conta o lugar da comunicação, em sua configuração midiática, na experiência contemporânea. E se, de um lado, esse lugar parece assentar-se sobre o berço esplêndido da centralidade da primeira [a comunicação midiática] como condição e sítio privilegiado da segunda [a experiência]; por outro, e paradoxalmente, este privilégio parece ainda não dar conta da sua dimensão constitutiva: como aponta Jensen (2008), o pensamento comunicacional permanece ainda dominado por uma perspectiva instrumental, não apenas da comunicação, mas do próprio conhecimento.

Assim, se o mundo dos *media* e sua multiplicação de centros de história significam o questionamento dos valores e do “enredo” dominantes desde a chamada Modernidade, propiciam também, e por isto mesmo, o advento de diversos discursos sobre o fim ou crise da própria linguagem e da representação como mediação, diluída num universo de cada vez mais informação e opinião e menos sentido e experiência.

[...] a experiência é cada vez mais rara por excesso de opinião. O sujeito moderno é um sujeito informado que, além

disso, opina. É alguém que tem uma opinião supostamente pessoal e supostamente própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação. Para nós, a opinião, como a informação, converteu-se em um imperativo. Em nossa arrogância, passamos a vida opinando sobre qualquer coisa sobre que nos sentimos informados. E se alguém não tem opinião, se não tem uma posição própria sobre o que se passa, se não tem um julgamento preparado sobre qualquer coisa que se lhe apresente, sente-se em falso, como se lhe faltasse algo essencial. E pensa que tem de ter uma opinião. Depois da informação, vem a opinião. No entanto, **a obsessão pela opinião também anula nossas possibilidades de experiência, também faz com que nada nos aconteça.** (BONDÍA, 2002: 19; grifo nosso)

A proliferação da comunicação e a decorrente possibilidade de experienciamento de tempos e espaços distintos no espaço e tempo próprios dos *media* significariam, segundo tal concepção, a implosão do sentido numa cultura de circuito integrado, de trânsito incessante de escolhas e possibilidades, de leituras, referências, (de) codificações, de tal maneira e intensidade que viria a representar uma espécie de abalo sísmico num universo de sentido até então aparentemente coerente e sistematicamente estruturado (BATISTA, 1995).

E se se quer compreender as condições históricas e sociais que marcam e constituem o espírito desta época, há de se proceder, com Von Martin (1963), à pergunta sobre como este espírito se acha determinado pela visão de mundo, valores e modos de compreensão da experiência que dominam econômica, política e culturalmente uma sociedade num determinado momento de sua existência. Trata-se, pois, de perscrutar uma civilização e suas raízes; de se tentar reconstruir, portanto, o traçado de constituição e construção de sua identidade e memória sociais; de seus modos de se compreender e de dizer, de se conhecer - mais do que se curvar a um “genesismo” típico de uma mentalidade progressista e linear da história do pensamento.

Na cultura ocidental, estas raízes acham-se incrustadas e claramente identificadas na mentalidade burguesa; ou seja, nos modos como ela se manifesta historicamente hegemônica desde a chamada primeira cultura moderna, que teve lugar, ainda segundo Von Martin (1963) na Renascença Italiana e cujas formas simbólicas e influências viriam a reverberar na visão

de mundo, comportamentos e valores do hodierno. O que interessa, portanto, no processo cultural do Renascimento italiano é que ele pode ser tomado como um *tipo-ideal*, a se dialogar com a terminologia weberiana, de gestação de uma visão de mundo, de uma episteme, calcada numa racionalidade que, de origem monetária, transcendeu esta sua condição material para determinar os valores espirituais e intelectuais que viriam a orientar a humanidade ocidental nos séculos seguintes.

Neste contexto, começa a se fomentar também outra atitude política e social: à confiança tradicional da comunidade substitui o questionamento de modo que cada cidadão vigia e controla os atos e dizeres do outro. A visibilidade e transparência públicas se instituem, pois, não apenas como valores políticos, em sentido *strictu sensu*, mas como condições de sociabilidade. Já não se crê mais tão arraigadamente nos saberes tradicionais, nem na comunidade supra-individual e muito menos na metafísica: trata-se de pensar segundo categorias de uma técnica científico-natural, segundo Leonardo, e/ou de uma técnica política, segundo Maquiavel. (VON MARTIN, 1963)

A consolidação desta visão de mundo e as transformações na experiência societária a partir de então engendradas se aliaram, posteriormente, a acontecimentos históricos e epistemológicos como o desenvolvimento da prensa de tipos móveis e a ousadia da afirmação do “cogito, ergo sum” cartesiano, dentre outros. Deste modo, é que se compreende como e porque a Modernidade foi, em grande parte, dominada pela ideia de que a mente se caracteriza por espelhar a natureza, o que garantiria a possibilidade do conhecimento e da representação correta da realidade; desdobrada, posteriormente pela crença no conhecimento científico como garantia de objetividade, credibilidade e verossimilhança - como caminho para o progressivo desencantamento dos elementos míticos e demais heteronomias às quais a humanidade se achava supostamente presa.

Todas as esferas da vida individual e social passam a ser pretensamente submetidas, então, a uma regulação consciente e racional, metódica e objetivamente estruturadas pela repressão dos impulsos, pelo controle da subjetividade, especialmente em suas expressões sensíveis,

subjugadas pela razão que opera segundo cálculos. As transformações sociais, filosóficas e epistemológicas – tais como a mudança na natureza do vínculo social, agora predominantemente calcado no individualismo; a sobrevalorização da temporalidade presente em detrimento a sua incondicional relação com o passado e o futuro; a departamentalização do saber e sua conformação, ordenação e previsão à vontade de domínio do homem sobre a natureza e o mundo, expressa na forma e lógica da ciência – coadunam-se a uma crescente exigência de publicização e visibilidade dos saberes, fazeres e dizeres dos sujeitos sociais.

O próprio desenvolvimento das ciências humanas não pode ser isolado do movimento de ruptura epistemológica para com os quadros de referencia em que se inseriam as interrogações e os procedimentos das ciências modernas, de natureza predominantemente classificatória e evolucionista. (...) É certo que logo no acto fundador deste gesto podemos observar uma inflexão normalizadora, vergando o seu projecto às necessidades de legitimação do poder e à reprodução do bom senso e do senso comum, às tarefas terapêuticas, reduzindo o próprio discurso das ciências humanas [e sociais] a figuras predominantemente injuntivas, prescritivas e normativas. (RODRIGUES, 2001: 09)

No contexto destas transformações é que a imprensa periódica (manifestação primeira da ordem comunicacional em sua dimensão técnico-midiática) vai surgir como fenómeno social da maior relevância para a experiência societária em curso – principalmente pela exigência de visibilidade que passa a regê-la - e, como não poderia deixar de ser, para o conhecimento desta nova sociedade que então se descortinava. Assim, pode-se compreender porque a questão comunicacional e, em especial, a imprensa periódica foram, desde seus primórdios, temas tão caro às Ciências Sociais.

A título de exemplo, chama a atenção o fato de, já no primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, realizado na Alemanha em 1910, Max Weber destacar a premente necessidade de uma sociologia da imprensa e que pudesse responder a perguntas tais como:

Primeiro: o que a imprensa traz para a conformação do homem moderno? Segundo: que influências exercem sobre os elementos culturais objetivos supraindividuais? Que

deslocamentos se produzem com eles? O que se destrói e o que é novamente criado no âmbito da fé e das esperanças coletivas, da “sensação de viver”(Lebensgefühl)[...]? Que possíveis atitudes são destruídas para sempre, que novas atitudes são criadas? (WEBER, 2006: 43)

Além de apontar um lugar fundamental para a imprensa na compreensão da sociedade e da experiência modernas, os questionamentos de Weber também nos leva a entender, mais claramente, porque a Sociologia firmou-se como paradigma primeiro dos estudos sobre a comunicação midiática e sobre o jornalismo; e numa perspectiva que, para Medina (2008), ressalta a persistência ainda da herança positivista na teoria e prática da comunicação - especialmente, para os objetivos deste estudo, no que se refere à comunicação jornalística ou narrativa da contemporaneidade.

Em sentido semelhante, é que Sfez (2007) e Valverde (1993) afirmam que as teorias da comunicação surgidas no século XX silenciaram-se quanto à natureza do processo de transformação dos modos de significação e, se poderia acrescentar, da Experiência. Ao optarem pela tematização do seu alcance – tomando-se apenas seus efeitos e extensão como índices de sua especificidade –, essas teorias permaneceram incapazes de perceber o modo peculiar como cada meio de comunicação e suas possibilidades narrativas redefinem os modos de significação, incidindo de forma diferencial sobre a sensibilidade e sobre a percepção e compreensão do mundo e do seu próprio tema de estudo⁴.

Neste contexto, pode-se dizer que os estudos da Comunicação e do Jornalismo acharam-se majoritariamente signatários de uma perspectiva epistemológica que reduz seu lugar a uma instrumentalidade marcada por parâmetros de eficácia que privilegiaram a administração dos efeitos de seus modos de produção e a consequente interpretação de seu papel na construção dos processos de dominação política, econômica e cultural.

⁴ Para Valverde, Marshal McLuhan veio a ser uma exceção as estas tendências que dominaram o saber comunicacional no período de sua construção e legitimação como disciplina científica: “Apenas Marshall McLuhan parece ter percebido que não é suficiente, para compreender o funcionamento dos meios de comunicação contemporâneos, situá-los “adequadamente” em relação a um determinado contexto social (...). McLuhan atinge o ponto essencial da questão ao tomar os *media* em geral como extensões do homem e ao vincular os seus efeitos ao modo como cada meio, segundo as suas características técnicas específicas, incide sobre a própria sensibilidade humana”. (VALVERDE, 1993: 89)

Também oriunda desta mesma perspectiva, pode-se dizer ainda que predominou no fazer e no pensar sobre o Jornalismo a concepção de que a representação se dava como repetição: teatro da vida ou espelho de uma realidade que está à mão como coisa, objetivamente dada, e que persiste nas mudanças temporais e espaciais. Inscreve-se aí, ainda para Medina (2003, 2006 e 2008), o signo da difusão não só como princípio orientador, mas, sobretudo, como condição ontológica da experiência comunicacional jornalística.

Subsiste nesta concepção outra ainda mais essencial às questões que orientam esta tese e à própria legitimidade do dizer jornalístico: a realidade se torna presença estável e, como tal, existência objetiva. Segundo Heidegger (1993), esta concepção da realidade é fruto de certas escolhas que resultaram na história do ocidente como a decisão de se pensar o ser como efetividade, ao invés de como possibilidade; como estabilidade e suporte, e não mais como abertura.

Representar seria, no horizonte dessa abertura negada, revelar o mundo real, justapô-lo, torná-lo próximo de si e inerente às suas próprias formas. Só há signo quando se acha dada a possibilidade de uma relação de substituição entre dois termos já conhecidos; e o sentido só se constitui por um ato de conhecimento, por um nexo entre o signo e o que ele indica.

A disposição do signo torna-se binária (FOUCAULT, 1992); definida pela ligação de um significante com um significado, pela conformação de um enunciado com um estado de coisas – concepção que vai orientar a ideia de verdade no Jornalismo. Trata-se de um corte epistemológico no problema da representação que, tendo lugar já a partir do século XVII, se assenta na dicotomia sujeito-objeto, foi, a partir do final do século XIX e início do século XX – no contexto quase absoluto do cientificismo positivista –, levado às últimas consequências .

Ora, se por um lado toda essa discussão aponta para a fragilidade das matrizes conceituais que parecem ainda persistir como parâmetro da maior parte dos estudos e da crítica jornalística; esta fragilidade mesma parece não sair do lugar de sua mera afirmação se, enquanto tal, não levar necessariamente à sua possibilidade de superação. Ou seja, os estudos da Comunicação, especialmente desde as últimas três décadas do século XX,

apontam para a insuficiência de um paradigma de onde, paradoxalmente, quer se afirmar sua legitimidade: numa atitude partitiva e exclusiva, constrói—se neste horizonte, por exemplo, a pergunta se a Comunicação, e o Jornalismo, constitui-se como ciência, arte ou técnica.

Neste contexto, é que se coloca a primeira hipótese desta tese; qual seja, a de que a tematização das possibilidades compreensivas da narrativa jornalística ainda se encontra fortemente perpassada por uma instrumentalidade típica da racionalização esquemática e que oblitera as complexidades e potencialidades de abertura dos horizontes de experiência nela implicadas. Trata-se de uma redução que se faz mais presente e visível quando se considera que

a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. A moldura ideológica, fixada no jornalismo, está representada nas palavras-chave da bandeira brasileira: ordem e progresso. [...] Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas de acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. (MEDINA, 2008: 24-25)

Tal perspectiva, além disso, aponta para a segunda hipótese, que diz respeito à possibilidade de os estudos do jornalismo, mesmo aqueles que focalizam as questões da narrativa, serem, em sua maioria, ainda fortemente marcados por uma concepção objetivista e instrumental da linguagem, - mesmo quando se a quer negar - de forma que, como afirma Medina (2003: 92-93), “o cotidiano da atualidade está, no jornalismo como em outras esferas de conhecimento, aprisionado em paradigmas em crise”, acusando, assim, “um déficit de criatividade que constitui o desafio da pesquisa nessa área”.

Já a terceira hipótese se refere ao lugar da narrativa na crise de paradigmas e déficit de criatividade aludidos anteriormente. Ao perguntar pelo sentido e limite da categoria “narrativa”, Costa Lima afirma que, apesar de ela se constituir num tema cada vez mais central tanto na História quanto nas Ciências Sociais, permanece ainda dominante

[...] a ideia de que a narrativa é algo que importa, desde que não estejamos a lidar com a ciência. [...] O radicalizar a pergunta pelo seu sentido e pelos limites está fadado a criar uma perturbação maior porque então se atinge a noção compartilhada de ciência. (COSTA LIMA, 1989:16)

Assim, se a imaginação e a experiência científicista do século XX parece ter nos habilitado a uma percepção de que, se por um lado, a racionalidade tudo nos dá a ver e compreender; se parecem assegurados aos indivíduos os aparatos cognitivos, narrativos e tecnológicos que se lhes permitam – mesmo que ilusoriamente – aceder à totalidade do mundo; por outro lado, e mesmo assim, pode-se ainda indagar se todos estes aparatos foram também capazes de mostrar sua própria insuficiência: *“No ha sido necesaria la muerte de la civilización tecnológica para que incontables seres humanos puedan participar de ella”*. (OSPINA, 2002: 15)

Nas reflexões e hipóteses até aqui apresentadas, e que tomam como um dos seus pressupostos a capacidade constitutiva da linguagem, é que se coloca como objetivo primeiro o desafio de se constituir uma compreensão da narrativa jornalística que rompa com o paradigma epistemológico ancorado numa concepção instrumental-objetivista para (re)afirmá-las (linguagem e narrativa) numa dimensão relacional-constitutiva do mundo. Parafraseando Medina (2003, 2006 e 2008), trata-se do desafio de passar do “signo da difusão” para o “signo da relação” – ancorado este último no diálogo dos afetos como sua condição primordial.

Daí, que o percurso teórico-metodológico desta tese procura se assentar numa pluralidade e transversalidade que inclui, em primeiro lugar, o diálogo com as reflexões de três pensadores alemães para os quais - guardadas suas diferenças e distâncias conceituais - a relação experiência e linguagem mostra-se crucial: Hans Georg Gadamer, Walter Benjamin e Wolfgang Iser.

Ao questionar a restrição do conhecimento e da própria epistemologia ao conjunto de procedimentos de validade e investigação próprios da Ciência (muitas vezes confundindo-se-a e reduzindo-se-a à metodologia) - desnudando o sempre já aí, isto é, a historicidade e a contingência de um saber que se quer universal, mas que se faz e se quer se autorizar a partir da

recusa ao diálogo com o repertório de conhecimentos que constituem o saber comum (ou a tradição) -, estes pensadores acabam por construir um caminho no qual a tematização e compreensão da linguagem e da narrativa se encarnam na constitutibilidade da experiência e não apenas na sua instrumentalidade.

Assim, em Gadamer – mais especificamente na terceira parte de *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (1997) - interessa, sobretudo, a centralidade da linguagem na compreensão da experiência e, simultaneamente, na experiência da compreensão. Como afirma Bleicher, nas reflexões de um dos seus mais radicais pensadores,

A filosofia hermenêutica já não é considerada uma teoria, mas o próprio meio de interpretação, cujo foco não é expresso em termos de uma compreensão da existência, mas em termos da compreensão da linguagem, ou melhor, da compreensão da própria existência em termos de uma linguagem que se nos dirige do interior de si mesma. Por conseguinte, a linguagem não pode ser concebida como uma objectivação mas é, em si mesma, aquilo que nos fala. Consequentemente, um texto não deveria ser analisado em face da interpretação do autor, mas do assunto nele contido e que se nos dirige e ao qual respondemos com as nossas palavras. (BLEICHER, 2002: 162)

Em Benjamin, além do já apontado anteriormente, importa-nos o movimento fundamental da narração como constituição do sujeito e, por conseguinte, da experiência em seu jogo antitético de presença e ausência; de memória e esquecimento. Na leitura de Gagnebin (2009: 05), trata-se de um

movimento de recolhimento e de dispersão que funda a atividade narradora, tantas vezes percebida como sendo exclusivamente de reunião e/ou de restauração. Movimento mesmo da linguagem onde as “coisas” só estão presentes porque não estão aí enquanto tais, mas ditas em sua ausência.

A ideia da linguagem e da narração como movimento – facilmente percebidas na rápida apresentação das discussões de Gadamer e Benjamin que interessam a esta tese -, bem como do texto como narração do mundo e tecitura de sentido, não pode se restringir e nem se ancorar numa relação de

especularidade e semelhança com aquilo que nele se narra; com o mundo. Deste modo, a leitura também se transforma; passa da mera decodificação e interpretação de signos para o ato compreensivo-expressivo das transformações históricas do mundo, envolvidas nas e pelas ações e sentidos de textos, sujeitos e realidades nele implicados e expressos. E é justamente no âmbito deste jogo interconstitutivo entre compreensão e interpretação que se chega a Wolfgang Iser e sua teoria estética da recepção.

No intento de dispor o conceito de jogo sobre a representação, “enquanto conceito capaz de cobrir todas as operações levada a cabo no processo textual”, Iser (2002: 107) afirma ser o texto resultado de um ato pelo qual um autor se refere e intervém em um mundo existente, mas ainda não acessível à consciência e, por isso mesmo, identificado e esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e interpretá-lo.

Poder-se-ia, então, perguntar pelas consequências desta concepção do texto como jogo e se, ao afirmá-la, não se estaria a postular uma sua indeterminação caótica e desestruturante, e por conseguinte, da linguagem em sua relação com o mundo, a qual, especialmente no que tange à narrativa jornalística, causaria tamanha perturbação que nos levaria de volta ao porto seguro da notícia como specularidade.

Contudo, tal estranhamento e indeterminação, no caso da notícia, como categoria por excelência da narrativa jornalística, acharam-se identificados, desde seus princípios, com a sua concepção como estertor⁵ do narrar; num encarceramento de seus sentidos e possibilidades às condições histórico-societárias modernas, as quais operaram uma restrição das noções de referência, realidade e representação - a despeito do alargamento dos horizontes e fluxos comunicativos, políticos, econômicos e culturais desencadeadas e instituídas nestas mesmas condições. Ou seja, tanto o pensar quanto o fazer da linguagem e da narrativa ainda tem que prestar contas à chamada viragem e consolidação da Modernidade, quando o experienciar do mundo e suas formas de conhecimento e compreensão passaram a se orientar ou, melhor dito, a se fixar nos parâmetros da ciência.

⁵ Este termo tem origem na medicina e se refere ao som rouco e cavo que caracteriza a respiração de pessoas agonizantes ou moribundas. É utilizado alegoricamente, aqui, para se referir a estreitamentos e restrições externas à narrativa, mas que acabam por, ao menos num determinado momento, limitar e dificultar sua possível abertura de horizontes.

Em face a tais questões é que se pode retomar a filiação dos estudos da comunicação aos parâmetros interpretativos, compreensivos e operacionais da Ciência, orientando-se, inicialmente, por uma oposição entre dois paradigmas dominantes, que Wolf (1995) sintetiza como pertinência sociológica e pertinência comunicativa. Tal dicotomização resultou, por sua vez, na restrição e questionamento da legitimidade de uma abordagem constitutiva e, propriamente, comunicativa dos *mass media*, por se entender que tal modo de pensar implicaria uma abordagem a-histórica e abstrata do fenômeno.

O horizonte desta crítica pode ser vislumbrado paradoxalmente, segundo Citelli (2008), na realização e no questionamento da Linguística como um dos paradigmas mais importantes dos estudos comunicacionais, especialmente a partir do início da segunda metade do século XX. Sob o primado da Linguística, engendrou-se e reforçou-se um olhar semiológico, que tentara **ler**, **decodificar**, **decifrar**, de modo total e totalizante; o mundo. Os verbos aqui destacados são especialmente expressivos desta ‘crença’ ou afirmação num/de um sentido primeiro, próprio e objetivo incorporado num sentido segundo e figurado, cuja ancoragem remete à Linguística de Ferdinand de Saussure (2006).

Deste modo, se se quer empreender o esforço de se pensar a comunicação midiática a partir de uma concepção compreensiva da experiência, e ancorada numa perspectiva constitutiva, há de se problematizar e aproximar ‘linhas de força’ que contribuam para ampliar as reflexões dos vínculos entre linguagem e comunicação. Num horizonte muito próximo a este, é que Citelli atribui, primeiramente, atenção especial às reflexões de pensadores como Ludwig Wittgenstein, Mikhail Bakhtin, John Austin, Michel de Certeau e Roger Silverstone como nomes fundamentais para “o arrefecimento do peso escolástico-metafísico que presidia os estudos da linguagem”. (CITELLI, 2008: 14)

Logo, torna-se metodologicamente conveniente (re) colocar o desafio de se pensar a comunicação a partir da compreensão da linguagem como lugar onde a experiência se encarna. Ela não é, pois, a simples reprodução dos conteúdos e relações que as sensações nos transmitem diretamente. Antes, é o próprio modo de abrir-se da abertura do ser. “Onde não há

linguagem, não há abertura do ente (...). A linguagem, ao nomear o ente, pela primeira vez, o faz chegar à palavra e à aparição.” (HEIDEGGER, 1989: 36)

As vozes da linguagem como abertura do ente, como condição fenomenológica da própria existência desdobram-se no esforço de abordagem dos problemas da relação da linguagem com o ser, a compreensão, a história e a realidade. Não se trata mais de buscar o referente perdido; a estrutura cristalina da realidade ‘veiculável’ na linguagem como meio de comunicação de experiências pré linguísticas. Está-se, pois, na sua positividade como sítio no qual a própria experiência, o existir humano do mundo e no mundo se dá.

O embate se trava no momento em que é preciso abandonar o conformismo das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos [e/ou acadêmicos] e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e protagonismo humano. Inverter a relação sujeito-objeto do técnico em informação de atualidade para a relação sujeito-sujeito do mediador social, para além de um problema epistemológico, é uma fogueira em que se queimam as certezas, as rotinas profissionais, o ritmo mecânico do exercício jornalístico. (MEDINA, 2003: 40)

Logo, no momento mesmo em que as transformações engendradas por uma experiência sócio-histórica e tecnológica afloram de modo mais efêmero e intenso as condições comunicacionais e existenciais da experiência, faz-se mister tornar-se, como lugar privilegiado da pergunta sobre a relação entre narrativa e experiência, a formação dos novos narradores da contemporaneidade.

Neste sentido, e a considerar, ainda com Medina (2008: 95) que “[...] não se ensina sem laboratório”; [que ele] é o espaço, por excelência, da pesquisa, da experimentação e, portanto, do aprendizado”, estabelecem-se como base empírica das reflexões aqui apresentadas as narrativas jornalísticas apresentadas como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), no segundo semestre de 2012.

Faz-se necessário, aqui, informar que, inicialmente delimitou-se como objeto de pesquisa as revistas *Brasileiros* e *piauí*, tendo como *corpus* as grandes reportagens, ou reportagens-ensaios, e perfis veiculados no primeiro

ano de circulação de ambas as publicações. Estas escolhas deveram-se ao fato de que as duas revistas apresentam como proposta, em que pesem suas diferenças de projeto editorial, uma perspectiva de produção e narrativa jornalística que parecem vir ao encontro de uma proposta de superação da ortodoxia da narrativa jornalística, expressa, por exemplo, na hegemonia do *lead*, a partir da década de 1950, e na adoção dos manuais de redação, sobretudo a partir da década de 1980, no jornalismo brasileiro. O desenvolvimento da pesquisa, no entanto – e como sói à sua dinâmica – mostrou que a pergunta que a orienta encontraria lugar mais fecundo não num conjunto de textos cujos autores e instituições já gozam de credibilidade e reconhecimento social, mas no laboratório intensamente contraditório, vivo e dinâmico da experiência de ensino, pesquisa e formação dos futuros jornalistas.

Assim, a escolha destas narrativas justifica-se por três aspectos. Em primeiro lugar, pelo fato de o TCC representar uma síntese do primeiro momento de habilitação formal do jornalista (a graduação), de forma que, ao defender seu trabalho perante uma banca pública⁶, o aluno não apenas dá a conhecer o processo formativo do qual resulta aquele trabalho⁷, como, principalmente, requer o reconhecimento e legitimidade acadêmica, profissional e social da sua formação e competência.

Em segundo lugar, e principalmente, pela natureza destes textos. Em geral, considera-se que o livro-reportagem e a grande reportagem caracterizam-se por um estilo narrativo mais denso e aprofundado, propiciando, ao menos hipoteticamente, mais e melhores condições de ruptura com o caráter ‘formulaico’ e objetivista dos textos jornalísticos convencionais, estruturados pelo/no *lead* e pirâmide invertida. Ao se dizer como um jornalismo narrativo, “de autor”, essas figurações do texto

⁶ Conforme estabelecido no Manual para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Jornalismo do Centro de Comunicação e Letras (CCL) da Universidade Presbiteriana Mackenzie. (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, 2013)

⁷ A ideia do TCC como atividade síntese da graduação acha-se explicitamente defendida no Manual do TCC, referido na nota anterior, num dos primeiros parágrafos concernentes à sua institucionalização: “O TCC é uma atividade obrigatória de conclusão do Curso de Jornalismo. A atividade compreende a elaboração, nos dois últimos Semestres do Curso, de trabalho relacionado ao jornalismo, por meio do qual **o aluno desenvolverá atividade acadêmica de sistematização dos conhecimentos obtidos no decorrer do Curso**, mediante acompanhamento, orientação e avaliação docente”. (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, 2013: 05; grifos nossos)

jornalístico, em especial o livro-reportagem, “busca[m] expressar a realidade contando histórias, na maioria das vezes com um foco centrado fortemente nas pessoas de carne e osso que dão vida aos acontecimentos.”. (PEREIRA LIMA et al, 2003: 02).

Entretanto, há de se considerar, aqui, a hipótese de que, a despeito de sua afirmação e intento de legitimidade como sendo ‘autoral’ – fundamentadas no diálogo com técnicas e procedimentos oriundos da literatura, por exemplo -, este tipo de narrativa ainda se mostre tributária de uma matriz epistemológica que compreende a representação como reflexo; o que restringe, desde a partida, o seu projeto de uma comunicação efetivamente mais aberta à experiência.

Ainda com relação à natureza dos textos, algo mais chama a atenção no que toca à representatividade deste recorte empírico: o Manual para o desenvolvimento do TCC do Curso de Jornalismo da UPM – que dispõe sobre as regras e critérios que orientam esta etapa fundamental e obrigatória do Curso – prevê que os alunos podem desenvolver uma produção jornalística, denominada de “Peça Jornalística” (acompanhada obrigatoriamente por um relatório científico de pesquisa, denominado de ‘Relatório Final’), ou uma Monografia, sobre tema de sua escolha, desde que aborde alguma questão relacionada, temática e metodologicamente, ao Jornalismo⁸.

No segundo semestre do ano de 2012 – recorte temporal aqui considerado -, foram finalizados e apresentados no Curso 45 TCCs, dos

⁸ Com relação às possíveis modalidades de TCC a serem desenvolvidas pelos alunos, o Manual prevê o seguinte: “Todas as Modalidades devem, obrigatoriamente, ter relação com o conteúdo programático do Curso. Abaixo, as Modalidades previstas (outras Modalidades podem ser aceitas, desde que aprovadas pela Coordenação do TCC).

1 – Jornalismo em Vídeo

2 – Jornalismo em Rádio

3 – Jornalismo Impresso

4 – Fotojornalismo

5 – Jornalismo On-line

6 – Comunicação Organizacional: Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa, Agência de Comunicação

7 – Monografia

OBS: Com exceção da Monografia, todas as outras Modalidades são feitas como Peças Jornalísticas acompanhadas do seu respectivo Relatório de Pesquisa”. (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, 2013: 10-11). Note-se que cada uma destas modalidades se subdividem, de modo que, até o segundo semestre de 2013, o Curso totalizava 26 sub-modalidades possíveis de TCC, que, à exceção da Monografia, deveriam ser desenvolvidas em grupos de dois a cinco alunos.

quais 15 se inseriam na modalidade Jornalismo Impresso, sendo que, deste total, 13 eram livros-reportagem, um suplemento jornalístico e uma grande reportagem. Estes números são aqui arrolados pelo fato de que, mais do que uma condição única daquele semestre do Curso, apontam para uma tendência que vem marcando a construção de sua identidade e o destacando dentre os cursos de Jornalismo ofertados na Grande São Paulo.

Ou seja, numa das Instituições de Ensino Superior com alunado de maior poder aquisitivo e socioeconômico e que dispõe de laboratórios com um “parque tecnológico” dos mais atualizados e sofisticados do País – e a se ter em vista a atração quase inexorável das tecnologias digitais de comunicação e informação sobre as chamadas gerações digitais –, faz-se notável que mais de 30% dos TCCs apresentados naquele período se voltassem ao livro reportagem e à grande reportagem. Mais ainda, todos os TCCs com os quais dialoguei, e conforme mostram seus relatórios científicos – que também foram considerados na análise dialógica do material empírico –, ainda que de modo secundário, afim de elucidar a visão que seus autores tem da narrativa que desenvolveram – se perguntam, pelas possibilidades expressivas e pelos sentidos da experimentação de uma ruptura com as tradicionais formas da narrativa jornalística; o *lead* e a pirâmide invertida – como anteriormente ressaltado.

Há sim, uma insatisfação muito latente nos profissionais mais sensíveis, diante das rotinas técnicas que comandam a produção de significados nas empresas, instituições e grupos organizados das sociedades contemporâneas [dentre os quais não se pode deixar de inserir as Instituições de Ensino]. Da comunicação sindical à grande imprensa, dos veículos comunitários às potentes redes digitais de informação, a narrativa que por aí passa frequentemente frustra os consumidores, fruidores ou parceiros do caos contemporâneo perante o universo simbólico que se oferece como organizado. (MEDINA, 2006: 68)

Em terceiro lugar - e em consonância com os dois outros motivos - porque essas narrativas foram produzidas por alunos da primeira turma do Curso a ter sua formação baseada num projeto pedagógico, implementado no início de 2009, e que se orienta pela concepção do jornalismo como uma forma de conhecimento que articula um modo de aceder e compreender as múltiplas realidades e que se constitui como uma das bases privilegiadas de

seu saber-dizer, bem como dos modos e vivência da temporalidade histórica em suas múltiplas dimensões.

Desde aquela reforma, o Curso passou a organizar o conjunto das disciplinas de formação específica⁹ com o intuito de superar a velha dicotomia teoria X prática numa práxis assente em exercícios que procuram envolver simultaneamente análise, crítica e produção de textos jornalísticos. Trata-se de buscar uma práxis orientada, por sua vez, pela indagação sobre os sentidos e possibilidades de um percurso formativo que vai desde o questionamento da matriz epistemológica objetivista-positivista¹⁰ à experiência de matrizes compreensivas e da experimentação de narrativas jornalísticas calcadas na sensibilidade, na dialogia social e na assinatura coletiva. Trata-se, enfim, do desafio de construir, com os alunos, um trabalho acadêmico em que se entretecem os fios da ação prática e os da reflexão teórica.

Essa tecitura implica que não se faz coerente, aqui, postular e se orientar pela separação entre sujeito e objeto da pesquisa. Antes, toma-se também como inspiração, a análise sociológico-compreensiva de Norbert Elias, especialmente desenvolvida nos livros *O processo civilizatório* (1994^a, 1994b) e *Os Alemães* (1997). Não apenas nestas obras, mas de modo muito claro e enfático nelas, o autor empreende suas reflexões pela (re)construção de um ‘objeto’, a considerar que sua inteligibilidade se faz ao considerar ‘uns em relação com os outros’; ao tomar a reflexividade como sua condição fundante.

Trata-se, para o pensador alemão, de compreender uma “economia”¹¹ da experiência, de forma que os exemplos elencados revelem como se

⁹ Dentre este conjunto, destaca-se a disciplina Epistemologia do Jornalismo. Note-se que, dentre os cinco cursos de Jornalismo mais bem avaliados pelo MEC no Estado de São Paulo – a saber, os cursos da ECA/USP, da PUC São Paulo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Fundação Cásper Líbero e da Universidade Metodista de São Paulo –, esta disciplina integra a grade curricular apenas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

¹⁰ Tem-se em vista aqui que esta matriz não só orientou os estudos funcionalistas da Comunicação e do Jornalismo - dominando-os em grande parte de seu percurso histórico de desenvolvimento -, como ainda se faz presente: “Quando se observa o fazer cotidiano do jornalista e a doutrina presente na formação universitária (que data também do fim do século XIX), verificam-se as marcas epistemológicas herdadas do *Discurso sobre o espírito positivo*. Ou do espírito comtiano”. (MEDINA, 2008: 24, grifo do autora)

¹¹ O termo “economia” refere-se aqui ao modo como o ser humano organiza as condições, recursos e possibilidades de sua relação com o mundo, tendo em vista suprir e dar sentido às suas necessidades - quaisquer que sejam a natureza dessas necessidades. Seu sentido não se reduz, portanto, às relações e

constrói a inteligibilidade que enfatiza não o protagonismo de determinados atores, classe e/ou sistema social, mas o processo no qual os sentidos se constroem e como os atores implicados na experiência lha reconhecem e nela se reconhecem.

O modo de construção da narrativa compreensiva deve ser capaz, então, de conjugar todas as dimensões, protagonistas e vozes da experiência em suas tensões e contradições. Numa recusa à absolutização do seu objeto de análise, Elias constrói uma totalidade metodológica como fac-símile da própria totalidade social que quer compreender. O tecido narrativo replica o tecido compreensivo e todas as vozes acionadas são a explicação cujo sentido só se dá no mosaico entrópico e sincrônico do arranjo societário; isto é, a estrutura e a dinâmica da agregação de interesses materiais e simbólicos que se evidenciam nos múltiplos registros de apreensão interativa, ou melhor, interconstitutiva do ser e viver coletivamente.

Elias empreende, assim, um “modo de ataque” do material empírico que procura articular, dialogicamente, suas evidências e silenciamentos, de forma que eles possam refratar a experiência societária que se deseja expressar e significar. Daí a multiplicidade de seu material empírico: de artigos de jornais à literatura, passando pelos documentos oficiais ou por simples cartas pessoais trocadas por familiares. Como numa ‘lição de método’, ele nos mostra que a compreensão do arranjo societário não precisa e nem deve se restringir a um conjunto de teorias, conceitos e paradigmas de natureza apenas científica. Antes, a mediação dialógica entre os diversos modos de saber pode levar mais facilmente a compreender-se que “quando se analisam problemas humanos, deve-se sempre partir dos homens, e não do homem tomado em sua individualidade.” (ELIAS, 2001: 110)

Trata-se, pois, de entender a realidade à luz das circunstâncias próprias e das vozes que a configuram originariamente e não numa lógica anacrônica. Daí a ênfase nas práticas mutantes dos atores, recusando, assim, quaisquer papéis atavicamente lhes fixados, por classe, história e/ou tradição, para compreendê-los, ou melhor, para perguntar-se por eles *ali*; a partir das possíveis conjunções de circunstâncias que (re)traduzem a

processos de produção e consumo de bens materiais – como se tornou hegemônico no vocabulário ocidental moderno.

experiência societária, numa linguagem e abordagem peculiares, próprias dos agentes.

Num caminho semelhante, a construção do mosaico analítico-compreensivo desta tese baseou-se numa leitura do material empírico em que se procurou perceber a presença dos seguintes critérios - orientados pela concepção do texto como jogo e estabelecidos a partir das reflexões de Medina (2003), Motta (2007) e Bird e Dardenne (1995): a articulação das vozes constituintes da estória; o horizonte epistêmico da narrativa; a construção e aprofundamento do contexto histórico do acontecimento; o acolhimento ou recusa dos conflitos; a perspectiva temporal que orienta a construção do sentido; e, por fim, o posicionamento do narrador e a perspectiva comunicacional predominante na narrativa.

Mais do que o rigor de um método, buscou-se, pois, compreender nesta leitura o modo como o texto mobiliza, e se o faz, a experiência narrada e do narrar; se a narrativa se mostra como processo; ou se como defende Iser (1996:13):

O texto não pode ser fixado nem à reação do autor ao mundo, nem aos atos da seleção e da combinação, nem ao processos de formação de sentido que acontecem na elaboração e nem mesmo à experiência estética que se origina de seu caráter de acontecimento; ao contrário, o texto é o processo integral que abrange desde a reação do autor ao mundo até sua experiência pelo leitor.

Nesta perspectiva, apresenta-se, ainda, o desafio de se pensar a experiência de empreender-se uma leitura em dimensão dupla e intrinsecamente implicada não mais numa noção de acontecimento como um exterior ao qual o texto se refere – como numa saga em busca do referente e da realidade perdidos -, mas como aquilo que conta a história deste encontro interconstitutivo entre texto, leitor, autor e realidade.

Tal ‘linguagem de serviço’, ancorada pela “mostração mais do que pela demonstração” (BARROS, 2007: 37), torna-se mais pertinente para esta tese quando se considera minha participação no processo de construção do conjunto de narrativas jornalísticas aqui analisadas: além de ter sido orientadora de quatro e membro da banca examinadora de mais um destes

trabalhos, fui professora do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie entre os anos de 2003 e 2012 e, nos últimos quatro anos deste período – e que coincide com a implantação do Projeto pedagógico anteriormente mencionado –, ministrei muitas das disciplinas pertinentes ao núcleo Temático Teorias, História e Análise Crítica do Jornalismo e da Comunicação.

A pertinência e importância deste percurso analítico-compreensivo pautado pela mobilização e encadeamento dos agentes nele implicados mostram-se ainda quando se considera com Elias que

O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – close up, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando. (ELIAS, 1997: 15)

A ênfase no exercício precoce e “imberbe” da narrativa, representada pelo diálogo laboratorial com sujeitos no percurso da sua formação como profissionais das narrativas da contemporaneidade, representa, pois, o ponto crucial de relevância desta pesquisa, uma vez que aponta para as possibilidades de transformação a orientar a produção jornalística e do saber que deverão constituir, nas próximas décadas – e, espera-se, de modo coerente com as mudanças tecnológicas e culturais em curso –, o horizonte de expectativas do dizer e saber sobre o mundo.

[...] renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, [na qual] tantos os diversos produtores do saber científico quanto aquele que rege e articula a interpretação da contemporaneidade carecem do contato e do movimento: o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora. (MEDINA, 2008: 109)

A reflexão e busca pelas marcas desta intervenção transformadora são o veio a partir do qual se exploram, nos capítulos desta tese, as possibilidades de abertura constitutiva da narrativa jornalística aos horizontes da experiência. Daí que, na sua Introdução, priorizou-se uma narrativa que

contextualiza seu tema, problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e percurso teórico-metodológico pelo diálogo com a interação entre dizer e viver que marcaram a minha própria experiência. Procura-se, portanto, dizer quem é e a que veio a tese, numa paráfrase de João Cabral de Melo Neto.

No primeiro capítulo, abordam-se as matrizes epistemológicas e históricas que embasam a afirmação de uma natureza midiática da experiência hodierna, bem como a construção de um saber comunicacional, ressaltando o lugar e sentido dos dispositivos como instâncias que orientam a interação mediada e a construção das subjetividades a partir da instauração de um novo *sensorium* tecnológico e cultural. Para tanto, procura-se, ainda, apresentar as concepções e relações que se estabelecem entre experiência e narrativa, de forma a mostrar que a compreensão e conhecimento dos processos e ações sociais não podem prescindir de sua interação, se se quer aceder a uma perspectiva outra para o jornalismo.

O capítulo seguinte trata das possibilidades narrativas da experiência, partindo-se da radicalidade linguística defendida por Gadamer, para aceder, num movimento inverso à leitura dominante dos textos de Walter Benjamin, à abertura e jogo do texto, conforme defende Iser; procurando-se explorar as potencialidades narrativas do jornalismo para além das restrições que sua configuração histórica como “produto à venda” instituíram e legitimaram.

A se ter como base as discussões anteriores é que se constitui o terceiro capítulo, voltado à análise das experiências narrativas que constituem o objeto empírico da tese. Procura-se, portanto, e a partir dos movimentos já elencados nesta Introdução, compreender se e como os textos produzidos por jovens jornalistas articulam em suas narrativas o jogo do texto, de modo a configurar uma perspectiva de autoralidade ensejada por uma assinatura coletiva, cujas possibilidades são discutidas nas considerações finais.

Assim, na postulação de uma experiência epistemológica que acentua os cheiros, gostos e gestos que procuram ir além da palavra conceitual e bem governada do discurso científico, coloca-se o desafio de construir-se o “fabular intersubjetivo [que] não se contém nos limites positivos da objetivação, desejada pelo esforço dogmático da cognição” (Medina, 2006: 59). Tal empreitada implica, por um lado, reconhecer que o lugar social do

jornalista é o da inquietude que enseja o perguntar sempre, o ouvir atento e o acolhimento afetivo das diferenças e conflitos que marcam nosso ser e estar no mundo. Por outro lado, implica colocar para a narrativa jornalística a tarefa que, segundo Heidegger (1995), sói aos poetas: dizer de novo o mundo, de modo a chegar ao aparecer do ainda não-percebido.

2. Comunicação midiática e experiência

Houve na vida do senhor Palomar uma época em que sua regra era esta: primeiro, construir um modelo na mente, o mais perfeito, lógico, geométrico possível; segundo, verificar se tal modelo se adapta aos casos práticos observáveis na experiência; terceiro, proceder às correções necessárias para que modelo e realidade coincidam. (...) A regra do senhor Palomar foi aos poucos se modificando: agora já desejava uma grande variedade de modelos, se possível transformáveis uns nos outros segundo um procedimento combinatório, para encontrar aquele que se adaptasse melhor a uma realidade que por sua vez fosse feita de tantas realidades distintas, no tempo e no espaço. (...) mas se a eficácia do sistema se mede pela sua invulnerabilidade e capacidade de durar, o modelo se torna uma espécie de fortaleza cujas muralhas espessas ocultam aquilo que está fora. Palomar, que sempre espera o pior dos poderes e contrapoderes, acabou por convencer-se de que o que conta na verdade é aquilo que ocorre não obstante eles: a forma que a sociedade vai adquirindo lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, no modo de pensar e de fazer, na escala de valores. Analisando assim as coisas, o modelo dos modelos almejado por Palomar deverá servir para obter modelos transparentes, diáfanos, sutis como teias de aranha; talvez até mesmo para dissolver os modelos, ou até mesmo para dissolver-se a si próprio. (Italo Calvino; Palomar)

O diálogo com esta busca, angustiante e infrutífera, no mais das vezes, do Senhor Palomar, por um modelo que se possa sobrepor à falência de quaisquer modelos, ilustra, aqui, muito do que caracteriza a experiência da Modernidade. Isto porque, se a arte pode nos aceder a uma outra face da experiência – uma vez que seu lugar no mundo não é senão o da relação com a experiência pela e com a linguagem, já que é por meio dela [a linguagem] que o artista se apropria do mundo e expressa, recriando-a, a realidade; revelando-se-nos o que nela insiste em nos escapar e ocultar –, o recurso à literatura de Italo Calvino, para dizer sobre as condições experienciais que se configuram no mundo moderno, visa, sobretudo, a apontar seu caráter paradoxal. Afinal,

Os artistas sabem que seu trabalho criativo se constrói sobre momentos. Seu grande esforço consiste em captar a mensagem que neles permanece contida e exibir uma interrogação que, se nos oferece uma alternativa, destaca nossa incapacidade em consumá-la como a realidade definidora de nossa aspiração. (LINS, 1993: 19)

Não a toa, ao afirmar, no *Manifesto Comunista*, que “tudo que é sólido desmancha no ar”, Karl Marx (2010) sintetizou a efemeridade grávida do desejo de permanência que caracterizou o viver e dizer modernos; ressaltou o que se nos escapa, como bem traduziu Berman:

Há uma experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência de ‘modernidade’. (...) Pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas, trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arrola num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (BERMAN, 1982: 15)

Mais do que o sólido, pode-se dizer que a modernidade se caracterizou pela angústia de, como bem diz o senso comum brasileiro, buscar o certo pelo duvidoso. Como nos legaram Descartes (1987) e Von Martin (1963), no momento mesmo em que todas as certezas e explicações sobre o mundo pareceram encontrar na forma da Ciência o antídoto para suas dúvidas e incertezas, as condições históricas, existenciais e sociais que

marcaram o viver moderno se mostraram grávidas de seu contrário. É o que nos parece querer dizer, por exemplo, Descartes ao afirmar – mediante seu próprio diagnóstico de um mundo, em especial o mundo do conhecimento, marcado por incertezas e questionamentos vários – que “a ciência deve nos tornar senhores da natureza”. (DESCARTES, 1987 b: 43)

Assim, a ciência, modelo maior dos modelos que, no imaginário e desejo modernos, haveria de nos conduzir a uma compreensão segura e certa do mundo – como desejava, alegoricamente, o senhor Palomar -, defronta-nos, então, com a sutileza e leveza de teias de aranha. Ou seja, num mundo em que as próprias certezas se mostravam tão certas de suas incertezas, o modelo se desvanece na busca de um meta-modelo. Ou, como diria Clarice Lispector (1990), a linguagem volta de mãos vazias frente ao desafio de dizer sobre o mundo.

A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la - e como não a acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso da minha linguagem (....) (LISPECTOR, 1990: 180)

Ora, este fracasso da linguagem não pode ser mais do que um outro interrogar-se sobre as condições mesmas que o engendram. Mais do que uma conformidade com a natureza das coisas e do mundo, trata-se, aqui, de um movimento especulativo no qual

[...] o simples interpretar e questionar instabiliza imediatamente a ordenação da experiência, facto que se pressente na pulsão nominalista que está presente em todos os fenómenos modernos. Se é plausível que as diversas nomeações da situação que é a nossa, procuram captar a actualidade, referindo-se-lhe desmultiplicadamente como ‘tempos modernos’ [...] nas categorias, e acima de tudo nas [categorias] epocais, construídas pelos discursos da modernidade, [...] está presente a necessidade de problematizar as condições reais da experiência. (MIRANDA, 1994: 14-15)

Aqui, mostram-se, em sua inteireza, a historicidade, crise e vulnerabilidade dos modelos pretensamente totalizantes da Experiência nos tempos hodiernos. Ou seja, seus horizontes se mostram mais notadamente

interrogativos, a despeito de serem ou não diáfanos e fugidios, quando se considera que sua sutileza e desejo de onipotência tiveram como condições e expressões fundamentais a emergência de uma outra e nova forma de comunicação – tomada esta como condição e possibilidade do ser e viver em sociedade e, de resto, do que, propriamente pode se chamar humana experiência: a comunicação midiática e, mais especificamente, a narrativa jornalística; como se procura mostrar a seguir.

2. 1 - A natureza midiática da experiência contemporânea

Desde o surgimento da imprensa periódica, no início do século XVII, a comunicação midiática e, em especial, o jornalismo ocupam lugar privilegiado nas perguntas, compreensão e conhecimento da experiência contemporânea. Isto porque os contornos, mais ou menos nítidos da vida social moderna tem nesta Instituição – e não apenas nela, mas fundamentalmente nela - um dos seus sítios privilegiados. Ou seja, tem-se em conta, aqui, que as profundas e radicais transformações que marcaram a relação do homem consigo mesmo, com os outros homens e com o mundo se não podem ser restritas à importância da comunicação midiática, tampouco, devem prescindir de suas singularidades, relevância e lugar na configuração desta visão de mundo.

O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de outros processos de desenvolvimento, que, considerados em sua totalidade, se constituíram naquilo que hoje chamamos de 'modernidade'. Por isso, se quisermos entender a natureza da modernidade – isto é, as características institucionais das sociedades modernas e as condições de vida por ela criadas – deveremos dar um lugar central ao desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto. (THOMPSON, 2008: 12)

Perguntar-se, portanto, pelas condições e peculiaridades da comunicação midiática e da narrativa jornalística nas suas interações com a experiência e, especificamente, com o conhecimento e compreensão do e no mundo contemporâneo, implica em se perguntar pelas transformações engendradas por e com eles na organização social do poder simbólico; nas condições que marcaram e marcam sua constituição histórica como lugar, condição e meio de sociabilidade, bem como, e fundamentalmente, pelo seu

modo de construir e aceder ao conhecimento do mundo; pelas suas dimensões epistemológicas.

À saída, faz-se importante destacar que ainda que não se está a advogar, aqui, por uma concepção de epistemologia restrita aos horizontes da cientificidade¹²; mas também não há como negar que a ciência, e sua pretensão de racionalidade absoluta, instituiu-se como horizonte privilegiado de legitimidade e autoridade da experiência no mundo moderno, e que encontra suas matrizes fundamentais no modelo matemático e das ciências da natureza . “De um modo geral, a discussão sobre a problemática do sentido da experiência humana tem sido dominada pelos temas e conceitos da teoria do conhecimento e por sua limitação estrutural ao horizonte da experiência científica”. (VALVERDE, 1993: 62)

Se tal condição ainda persiste na construção e legitimação dos saberes de um modo geral - ainda que nas últimas décadas se venham sistematicamente discutindo e apontando sua crise -, diferente não parece ser com o conhecimento da Comunicação e do Jornalismo. Antes, é preciso ter-se em conta que os modos como se tem construído seu conhecimento e a compreensão das suas interações com a Experiência exigem um diálogo, necessariamente, com outras e variadas formas simbólicas.

[...] aquilo que a ciência designa como sendo o seu “ser” e o seu “objeto” não aparece mais como um fato simples e não analisável; o que se verifica é que cada nova maneira de enfocá-lo , cada nova abordagem revela um aspecto novo. Assim sendo, o rígido conceito do ser parece fluir, por assim dizer, e diluir-se em um movimento generalizado – e a unidade do ser já não pode ser concebida como início deste movimento generalizado – e a unidade do ser já não pode ser concebida como início deste movimento, mas tão somente como meta a ser atingida. Na medida em que esta concepção se desenvolve e se impõe na ciência, a ingênua teoria da reprodução do conhecimento perde terreno. (CASSIRER, 2001: 14)

Importante ressaltar que o “programa” compreensivo e epistemológico que orienta as reflexões do filósofo alemão, no início do século XX, tem como ato fundante o objetivo de responder à pergunta sobre “a estrutura do pensamento no campo da matemática e das ciências naturais”. Entretanto,

¹² Antes, se busca pensar *a episteme* como um domínio que tende a articular todos os outros estratos da experiência; como será posteriormente elucidado.

como ressalta o filósofo mesmo, a tentativa de ampliar o horizonte de suas investigações veio a mostrar que

a teoria geral do conhecimento, na sua concepção tradicional e com as suas limitações, é insuficiente para um embasamento metodológico das ciências do espírito. Para que o objetivo fosse alcançado, foi necessária uma ampliação substancial do programa epistemológico. (CASSIRER, 2001: 01)

Desta forma, a ampliação prefigurada por Cassirer haveria de se pautar pela comunhão do senso comum, ou saber tradicional, do mito, da religião, da arte, da filosofia e da linguagem como horizontes constitutivos e compreensivos do ser; como outras maneiras de perceber, conhecer e compreender a realidade. Curioso notar que, no momento mesmo em que o filósofo alemão defende tal possibilidade de abertura, as recém-nascidas Ciências Sociais modernas, e, naquele momento, os primeiros estudos do que mais tarde viria a ser chamado de *campo da Comunicação*, procuravam firmar sua autoridade em processos epistemológicos e metodológicos ancorados naquela insuficiência. Mais do que isto, não apenas privilegiaram, quase que exclusivamente, os parâmetros interpretativos, compreensivos e operacionais da ciência, como, inscritos no horizonte único desta forma simbólica, obliteraram as possibilidades de ampliação do próprio conhecimento, negando a sua própria natureza aberta e fluida:

A questão – conforme se apresentou, inicialmente, na sociologia americana da década de 40 – talvez esteja marcada por um vício de origem, já que o tema da “importância e consequências sócio-culturais das mensagens transmitidas por canais de alto poder de alcance e/ou reprodução” situa o problema da comunicação de um modo marcadamente instrumental. Mas este viés foi também reforçado por concepções não sociológicas, como as da teoria da informação e mesmo da semiótica. Afinal, a tematização da comunicação em termos de “transmissão de sinais” entre o emissor um receptor, através de um canal e código comuns, não faz senão atualizar o velho “paradigma de Lasswell.” (...) Em ambas as formulações, percebemos o mesmo atomismo e o mesmo fetichismo cientificista típicos de uma visão instrumental, na qual a comunicação se resume aos efeitos dos atos de “agentes” que permanecem exteriores e anteriores à própria comunicação. (VALVERDE, 1993: 81)

Para o autor, na evolução das pesquisas na área, colocou-se repetidamente a questão da legitimidade de uma abordagem constitutiva e, propriamente, comunicativa aos *mass media*, por se entender que pensar a comunicação midiática numa perspectiva compreensiva – portanto, como constituição, partilha e construção dos sentidos da experiência – representaria uma abordagem a-histórica e abstrata do fenômeno – como, aliás, já afirmado na Introdução desta tese.

Em semelhante sentido, num texto em que sistematiza um debate sobre teoria e epistemologia da comunicação e em que comenta um artigo do professor Luiz C. Martino sobre “A questão central do objeto da comunicação”, Lucrécia Ferrara (2008: 38) aponta quatro tendências fundamentais que sintetizam a representação que a área tem feito de si mesma:

- a) reducionista, em que a epistemologia é reduzida a uma outra disciplina ou corrente teórica que de alguma forma estuda “fenômenos comunicacionais”, como ocorre com a retórica, a cibernética, a semiótica e a história;
- b) o campo da comunicação é reduzido às tendências de estudo no seu fluir histórico e se confunde com os temas e problemas pesquisados (...)
- c) sociológico/institucional, em que o campo procura definir-se por meio do destaque alcançado por suas instituições, revistas, jornais associações (...).
- d) Predominância de divisão dos estudo em dois sub-eixos, sendo o primeiro, por sua vez, também subdividido em dois outros: a) estudos dos meios de comunicação e b) estudo dos processos comunicacionais não mediados. Já o segundo sub-eixo diz respeito à afirmação da comunicação como ciência interdisciplinar.

Na sequência, ao apontar os desafios que tais tendências representam para a construção de uma epistemologia da comunicação, a autora coloca uma questão que nos parece mais do que fundamental:

(...) a definição do objeto científico da comunicação se coloca na contramão do desenho do seu campo, porque não surge da distinção teórica, mas da inserção social do processo do comunicar em contínua e vertiginosa expansão que caracteriza a própria sociedade da comunicação. (FERRARA, 2008: 40; nota de rodapé)

A própria comunicação nos leva, logo, de volta à pergunta e dúvida sobre o seu mister como espaço de sociabilidade e vínculo; como sítio de interrogação sobre o que a leva à separação e ao distanciamento. Tal situação ganha contornos nitidamente intrigantes e, ao mesmo tempo, quase escandalosos também ao se ter em conta que

a emergência da questão comunicacional tem efeitos epistemológicos inegáveis, em particular no domínio das ciências humanas. O próprio desenvolvimento das ciências humanas não pode ser isolado do movimento de ruptura epistemológica para com os quadros de referência em que se inseriam as interrogações e os procedimentos das ciências modernas, de natureza predominantemente classificatória e evolucionista.

Na sua origem, as ciências humanas aparecem como um gesto escandaloso, na medida em que o homem de sujeito se desdobra em objeto do saber. (...) tratava-se também de uma exigência das modalidades aceites do saber regidas pelos paradigmas herdados da *Aufklärung*, com suas metáforas redutoras deterministas, as metáforas do discurso naturalista, economicista, historicista e filológico . (RODRIGUES, 2001: 09)

Absolutiza-se, portanto, a racionalidade esquemática, adota-se a quantificação como critério de objetividade, dentre outros, numa pretensão de se eliminar qualquer dúvida ou ambiguidade. A sutileza diáfana do modelo almejado pelo Senhor Palomar ganha, então, a pretensa inexorabilidade de uma explicação total e totalizante. Mas, a despeito de tal pretensão, o fato de responder a estas exigências não obliterou a crítica como horizonte da própria modernidade. Antes, as condições que marcam o experienciar hodierno, com suas radicais transformações nos modos de relação, conhecimento e compreensão entre os homens e seus mundos, objetivam-se também nas várias experiências históricas de questionamento, crítica e crise dos seus próprios valores, que caracterizam, ainda hoje, a conjunção assimilativa e exclusiva da ciência como horizonte único e privilegiado da cognoscibilidade e compreensão da Experiência.

A modernidade, então, surge e se institui como atitude crítica e ‘nas costas’ da tradição, tomada como outra visão de mundo, outro modo de racionalizar a experiência, da qual se quer distinguir mas que permanece como seu ‘outro’, como sua condição de possibilidade também. E é com

vistas a este carácter paradoxal ou ambivalente que se pode dizer que os seus elementos fundantes do universalismo, individualismo e emancipação – orientados estes, por sua vez, pelo tripé razão, ciência e progresso como expressões máximas e objetivadas da racionalidade humana e nos valores da liberdade e igualdade (ROUANET, 1993) –, se afiguram ainda como possibilidade de pergunta e compreensão da experiência.

Coetâneos da experiência histórica e epistemológica que configuraram a moderna civilização ocidental, de modo mais intenso a partir do século XIX, a comunicação, o jornalismo e seu conhecimento – como apontado anteriormente – partilham de sua fortuna e de sua desgraça, além de responder aos parâmetros que constituíram sua própria axiologia e legitimidade social específicas.

Como assinala Vattimo (1998: 27), “os pressupostos não tem que ser eliminados; há que assumi-los explicitamente e esclarecer as suas implicações”. Daí poder se dizer que uma configuração histórica e cultural carrega, propõe e indica o conjunto das condições materiais, semânticas e estéticas nas quais e pelas quais o social se dá a ver e se enuncia. À saída, portanto, há de se ter em conta que o desenvolvimento da comunicação midiática e, de modo mais específico, do próprio jornalismo, não podem ser desvinculados das necessidades de um arranjo societário em intensa e profunda transformação. Ou seja, por um lado, se apresentavam como

(...) uma autêntica estratégia de reificação e de naturalização da esfera das necessidades coletivas em nome das quais se legitimam os interesses particulares dos sectores económico e políticos dominantes, se camuflam e se travam os trabalhos susceptíveis de questionar e de eventualmente por em causa o imediatismo.. (RODRIGUES, 2001: 12)

Por outro lado, respondiam, e continuam a responder, a uma das mais elementares bases do jogo social, qual seja, a de interagirem os indivíduos uns com os outros e de atribuírem sentido a esta interação de tal forma que a vida e a palavra em comum sejam possíveis, como aponta Cremilda Medina (1988: 15):

Para o homem que se afasta do núcleo primitivo de uma sociedade tradicional e transita no espaço extenso e complexo do núcleo urbano entrelaçado com muitos outros núcleos urbanos, os problemas de informação se avolumam.

Assim é que se conjuminam às transformações perpetradas pela urbanização industrial, a departamentalização do saber – e preponderância do saber científico, com consequente enfraquecimento social da autoridade do mito, do imaginário, do saber religioso...; a mudança na natureza do vínculo social – de um pertencimento fundado na coletividade (de um clã, uma tribo, de uma comunidade, enfim) à solidão do indivíduo, ainda que completamente e cada vez mais imerso nas multidões -; as transformações na natureza da autoridade política – da vontade absoluta e pessoal do governante para a vontade, deliberação e reconhecimento coletivos e públicos – ainda que subsumidos a uma razão instrumental, a estratégias e atos meramente perlocutórios -; o desenraizamento, alargamento, estranhamento e distanciamento do espaço público e sua transformação em mera passagem; a competitividade – que se camufla nas necessidades de sobrevivência e inserção sociais; o anonimato ...

Enfim, tudo isto e muitos outros fatores mais podem nos aceder à necessidades e condições históricas, sociais e existenciais que, para além de tornar a comunicação midiática essencial para o ser e estar no mundo, coloca a “problemática comunicacional” num lugar privilegiado no quadro epistêmico; nas mais variadas tentativas e estratégias, fluidas e plurais, de se inserir, viver, dizer e compreender a si mesmo e ao mundo:

A comunicação converte-se, assim, no processo de agenciamento por excelência da indispensável reconversão permanente do imaginário, assegurando, ao mesmo tempo, a articulação entre campos com pretensão à legitimidade de enunciação de discursos com força performativa. De prática ritual totalizante da experiência de uma comunidade que não se distinguia da simbolicidade, a comunicação torna-se, por conseguinte, na modernidade, num campo estratégico de natureza instrumental ao serviço da necessária reelaboração axiológica imaginária e susceptível de legitimar a constante reformulação ético-jurídica [e, também, epistêmica] dos dispositivos de articulação dos interesses divergentes, dos diferentes campos e domínios da experiência. (RODRIGUES, 2001: 60)

Mas o que significa, afinal, esta experiência que se quer midiática em sua condição essencial?

2.2 - Sobre o conceito de experiência

Procura-se, a partir as discussões anteriormente apresentadas, portanto, aceder a uma mirada da comunicação midiática que, na recusa da sua afirmação como instrumento a transportar as condições e sentidos da experiência, possa nos fazer compreender os horizontes constitutivos nela implicados e por ela engendrados. É importante deixar claro que não se está aqui a afirmar uma absoluta originalidade e nem superioridade desta empreitada; antes, busca se lançar ao risco do “desassossego que provoca o desejo de querer pensar aquém ou além das visões (...) que funcionam como analgésicos da ‘dor do tempo’, em que se assinala toda a finitude do humano e a fragilidade de todo o saber”. (MIRANDA, 1994: 11). Busca-se encarar um outro que, inscrustado na visão de mundo oriunda da modernidade, e, mais especificamente, nas suas experiências societárias e nos seus modos de narrar, a instabiliza.

Risco, desassossego e instabilidade que também informam sobre o porque de se priorizar, aqui, uma discussão da experiência a partir da hermenêutica filosófica que, desde Heidegger, passou a se ocupar da questão do ser existencial (*Dasein*), priorizando a questão da possibilidade da compreensão; que deixa de se assentar na “reprodução de um objeto pré-existente determinado, para a participação na comunicação existente entre presente e passado.”(BLEICHER, 2002: 15)

Neste horizonte comunicativo da compreensão, por sua vez, encontram-se as bases da afirmação da linguagem como o “modo de operação fundamental do nosso ser-no-mundo e a forma abrangente de constituição do mundo. (GADAMER, 2002: 182). Aqui se mostra, com inteireza, a filiação de Gadamer à matriz heideggeriana, especialmente à sua concepção do ser (*Dasein*) como compreensão, da qual vem a resultar a ideia de círculo hermênutico.

Em Heidegger (1993), o *Dasein* não é o que é, mas o ser como Existente (ser-aí). Na compreensão, permanece o modo de ser do *Dasein* como poder-ser. *Dasein* é justo isto, o que pode ser e como é a sua possibilidade, sendo a compreensão, por sua vez, o modo de ser desta

possibilidade: “a compreensão é um existência fundamental que constitui a revelação do ser-no-mundo; contém em si mesma a possibilidade de interpretação, i. é., a apropriação do que já foi compreendido” (BLEICHER, 2002: 145). Ora, este caráter existencial da compreensão abrange todo o conhecimento, de modo que a objetividade epistemológica defendida pela ciência moderna nada mais é, no vocabulário heideggeriano, do que o resultado de “uma subespécie da compreensão”, que colocou para si a tarefa legítima de apreender “o que está à mão” e que, como bem explica o filósofo, em *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 1993), é filha da técnica; da modernidade.

Assim, e como já apontado na Introdução, é que se privilegiará aqui o diálogo com Hans Georg Gadamer, especialmente sua análise da linguagem como mediação aberta e constitutiva do mundo como totalidade de sentido - condição da própria experiência -, e que se acha mais claramente sistematizada em *Verdade e Método*; especialmente em sua terceira parte. Isto porque, ali (naquela terceira parte) e em primeiro lugar, fica-se ressaltada a questão da linguagem como um acontecimento histórico; como um se dar ‘efetivo-histórico’ no qual se realiza seu sentido:

Daí o fato de Gadamer chamar a nossa atenção para não aceitarmos como verdadeiro só aquilo que é cientificamente verificável. Esse jamais pode ser o critério universal de verdade, pois que nem todo conteúdo cognoscível se mostra verificável através deste caminho que, estruturalmente, é linguagem, é história. (BIAGIONI, 1983: 16)

Em segundo lugar, porque – e é este um dos pontos mais importantes deste diálogo com Gadamer e, de resto, da própria tese -, ao nos chamar a atenção para a constitutibilidade radical da linguagem na nossa experiência, recusando-se-lhe, portanto, qualquer caráter instrumental, se pode dizer, a partir do mesmo Gadamer, sobre como se tornam vãos quaisquer modelos compreensivos que não considerem, por exemplo, o lugar da experiência radicalizada na e com a linguagem – como é o caso da Comunicação em sua configuração jornalística – na compreensão do experir que podemos afirmar como nosso.

Importante ressaltar que não se está a dizer, aqui, que há em Gadamer uma teoria da comunicação. Antes, pensa-se que o diálogo com

sua filosofia hermenêutica é um “terreno bastante fértil” para compreender o fenômeno da comunicação midiática porque, além dos motivos já elencados, ela nos aponta para um horizonte menos restritivo do que aquele configurado nos processos e métodos de uma ciência objetivista; nos leva, portanto, a nos perguntar ‘por quê agora é assim’?

Se a ciência se levar à tecnocracia total, e com isso cobrir o céu com a “noite do mundo” do “esquecimento do ser” (...) pode-se então ficar olhando atrás do último rebrilho do sol que se pôs, rebrilho que se projeta no céu noturno – em vez de voltar-se e procurar olhar para as primeiras cintilações de seu retorno? ... De que o homem precisa não é somente colocar de modo infalível as últimas questões, mas precisa igualmente do sentido para o factível, o possível, o correto aqui e agora... (GADAMER, 1997: 27-28)

Este “véu noturno”, engendrado na Era das Luzes, mostra já sua força quando se considera, com Gadamer (1997:512-513), que “Por paradoxal que seja, o conceito de experiência parece um dos menos que possuímos”. Isto porque, “viu-se submetido a uma esquematização epistemológica que me parece encurtar amplamente seu conteúdo originário”. Orientada pela e para a ciência –como sói à modernidade –, “a experiência suspende em si mesma sua própria história...”

Para tornar mais claro este ‘efeito’ da ciência sobre a experiência, Gadamer recorre a uma imagem construída por Aristóteles, que compara as múltiplas observações que alguém faz sobre a realidade com um exército em fuga. Tais observações ou imagens são também fugidias; mas, basta que uma delas se confirme numa vivência repetida, para que permaneça como uma primeira estância fixa no caos; tornando-se uma espécie de “unidade de comando”. E, se a esta começam a se acrescentar outras que a confirmem, o movimento de fuga tende a nela se deter e a lhe obedecer. Este domínio da unidade de comando é mais uma imagem metafórica dos sentidos da restrição da experiência aos domínios, parâmetros e gramática normativa da cientificidade:

A imagem [aristotélica] é importante porque ilustra o momento decisivo da essência da experiência. Como toda imagem, ela é manca, mas esse mancar de uma imagem não é uma deficiência, mas a outra face do desempenho abstrativo que leva a cabo.(...) Parte de que antes da fuga

deve ter havido um estado de repouso. E para o que aqui tem de ganhar imagem, **o estabelecer-se do saber**, isto não é admissível. Entretanto, precisamente através dessa deficiência, torna-se claro o que é que a metáfora em questão tinha de ilustrar: que a experiência tem lugar como um acontecer de que ninguém é dono, que não está determinada pelo peso próprio de uma ou outra observação, mas que nela tudo se ordena de uma maneira impenetrável. (GADAMER, 1997: 520; grifo nosso)

Ora, aparece aqui, e com muita nitidez, o horizonte de abertura que o filósofo alemão requer como intrínseco à experiência - que se dá “de repente, de improviso, e, no entanto, não sem preparação...” -, ou seja, o fato de que seu processo “não pode ser descrito simplesmente como a formação, sem rupturas, de generalidades típicas”. Reafirma-se-lhe, assim, um duplo sentido: “de um lado, como as experiências [ou vivências] que se integram nas nossas expectativas e as confirmam, de outro, como a experiência que se faz”. (GADAMER, 1997: 520-521).

E isto, nos diz o filósofo, vale tanto para a ciência quanto para os diversos outros modos do saber:

O fato de que a experiência seja válida enquanto não foi contradita por uma nova experiência (*ubi non reritur instantia contradictoria*) caracteriza evidentemente a essência geral da experiência, independentemente de que se trate de sua organização científica no sentido moderno ou da experiência da vida cotidiana tal como vem se realizando desde sempre. (GADAMER, 1997: 517)

O verdadeiro processo da experiência é, por isso, também negativo; mas de uma negatividade que tem um sentido produtivo e que se mostra quando se considera, por exemplo, que

uma experiência é, primeiramente, o encontro com um dado de fato, ou então, num léxico menos simplesmente positivo, a prova de um real [...], mas também, e de acordo com a origem da palavra ‘experiência’, como *peira* e *ex-periri*, uma tentativa praticada sem reservas, entregue ao perigo da sua própria falta de apoio e de segurança num ‘objeto’ de que ela não é o sujeito, mas a paixão. (NANCY apud MIRANDA, 1994: 34)

Aparentemente dicotômica em suas relações com o constituído – entendido aqui como secularização e normalização do conhecido e arriscar-se no desconhecido -, a polissemia dialética da experiência pode-se nos

mostrar, mais explicitamente, na urdidura limítrofe entre razão e paixão, quando se avança um pouco mais nas implicações de sua etimologia:

Como diz Lacoue-Labarthe, devemos entender <<experiência>>, o *experiri* latino, como a travessia de um perigo, acautelando-nos acima de tudo para não a referir a um 'vivido' ou à anedota. *Erfahrung*, portanto, e não *Erlebnis*. (...) Em Roger Munier podemos encontrar uma boa delimitação etimológica: 'Experiência' vem do latim *experiri*, passar por uma provação. O radical é *perir*, que se acha também em *periculum*, perigo, risco. A raiz indo-européia é *per*, a que estão ligadas a ideia de travessia, e em segundo lugar, a de provação. Em grego, são numerosas as derivações que acentuam a travessia, a passagem: *peirô*, atravessar; *pera*, além de; *peraô*, passara através; *perainô*, ir até o fim; *peras*, termo, limite. Nas línguas germânicas temos, no antigo alemão, *faran*, de onde saíram *fahren*, transportar, viajar, e *fuehren*, conduzir. Deve-se rebater aí o termo *Erfahrung*, experiência ou antes devemos fazê-lo remontar ao segundo sentido de *per*: provação; no alemão antigo, *fara*, que deu *Gefahr*, perigo, e *gefahrden*, por em perigo? Os confins entre um sentido e outro são imprecisos. O mesmo ocorre no latim *experiri*, tentar, e *periculum*, que primeiro queria dizer prova, e, depois, risco, perigo. A ideia de experiência como travessia separa-se dificilmente, ao nível etimológico e semântico, de risco. A experiência é no início, e fundamentalmente, uma colocação em perigo. (MIRANDA, 1994: 59)

Esta travessia; esta espécie de “meio termo” entre o entregar-se ao risco e resistir a ele, persistindo no saber vivido e do já vivido, encontra em Larrosa Bondía (2002:21) uma definição muito simples e clara, mas não menos complexa:

Poderíamos dizer, de início, que a experiência é “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “*ce que nous arrive*”; em italiano, “*quello che nos succede*” ou “*quello che nos accade*”; em inglês, “*that what is happening to us*”; em alemão, “*was mir passiert*”. A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.

Sucedendo ainda daí que a experiência é, mais uma vez no dizer de Gadamer, “um acontecer que não tem dono”. O pronome pessoal “nos” – que se repete na definição de Larrosa Bondía - atribui-lhe, portanto, menos um sentido genitivo e mais um sentido reflexivo; apontando-lhe uma subjetividade inerente, mas que não é de natureza exclusivamente individual.

Afinal, como Gadamer bem ressaltou, “A experiência é aqui algo que faz parte da **essência histórica** do homem. (...) A verdadeira experiência é assim experiência da própria historicidade” (1997: 525-527; grifo nosso). Ela nos informa, num só movimento, sobre a nossa identidade, sobre a alteridade do outro e sobre a alteridade do passado não como ‘marcha a ré’, mas como condição de percepção dos limites e possibilidades de novas expectativas e planos; de futuro, portanto. Gadamer torna mais precisa esta condição com a ideia de *consciência-da-história-dos-efeitos*:

Quero dizer com isso, antes de tudo, que não podemos nos abstrair do devir histórico, nem nos situar longe dele para que o passado se torne para nós um objeto... Somos sempre situados na história... Pretendo dizer que nossa consciência é determinada por um devir histórico real, de tal forma que ela não possui a liberdade de situar-se em face do passado. Por outro lado, pretendo afirmar que, novamente, trata-se sempre de tomar consciência da ação que se exerce sobre nós, de tal maneira que todo passado, cuja experiência acabamos de fazer, leve-nos a nos responsabilizar totalmente, a assumir, de certo modo, sua verdade... (GADAMER apud BIAGIONI, 1983: 15)

Articula-se, portanto, na experiência como história-do-efeito (*Wirkungsgeschichte*), o conhecimento da história e a história como diálogo paradoxal entre o passado, ou a tradição, e a abertura ou fusão de horizontes:

existir historicamente significa que o conhecimento de nós mesmos nunca pode ser completo. Todo conhecimento (...) provém do que nos é dado previamente pela história... O movimento histórico que é o *Dasein* humano caracteriza-se pelo fato de não ser determinado por qualquer situação definida e por conseguinte, não possuir um horizonte verdadeiramente fechado. Ao invés, um horizonte é algo em que podemos caminhar e que se desloca conosco. (GADAMER, 1997: 285-286)

No entanto, como nos aponta o professor português José Bragança de Miranda, os discursos (ou teorias) da modernidade tenderam à obliterar este movimento e abertura, por exemplo, ao priorizar uma concepção da temporalidade histórica como “categoria epocal” centrada na atualidade, que, por sua vez, se limita ao presente imediato (o agora).

A actualidade não deve ser entendida como uma categoria da temporalidade, nem significar que o “passado” e o “futuro” se tenham de vergar aos interesses do presente... A actualidade não se confunde com a contemporaneidade nem com o presente, **sendo antes um efeito da experiência no seu todo...** É o irromper do tempo no “estado de coisas” existente, mais ou menos organizado. Neste sentido não ocorre no presente, mas contra o presente. (MIRANDA, 1994: 31-33; grifo nosso)¹³

Tal limitação resulta ainda numa outra: se estabiliza a noção de experiência, restringindo-se-a à memória das ações e vivências de um sujeito, à trajetória de sua vida; **ao experimento**. Neste contexto, é que se pode ainda compreender a importância da distinção tão cara ao pensamento alemão entre *Erlebnis*, como experiência vivencial ou vivência, e *Erfahrung*, que corresponde às condições de existência de toda a experiência possível, incluindo a *Erlebnis*. Assim, se não se pode restringir a experiência ao experimento, ao vivido, tampouco pode se considerá-los como antagônicos:

Cada vivência é trazida para fora da continuidade da vida e está, ao mesmo tempo, relacionada com o todo da própria vida. Não apenas porque, enquanto vivência, somente há de continuar viva na medida em que ainda não esteja inteiramente elaborado, no contexto da própria consciência da vida. (...) Na medida em que a vivência fica integrada no todo da vida, este todo se torna também presente nela. (GADAMER, 1997: 130-131)

Algumas consequências desta concepção de experiência, e que se apresentam em intensa consonância, são especialmente importantes para esta tese. Primeiro, ressalta-se nela o caráter “epistêmico” da experiência, uma vez que ela ensina “a conhecer o que é real. Conhecer o que é vem a ser, pois, o autêntico resultado de toda experiência e de todo querer saber em geral” (GADAMER, 1997:527). No entanto, e como o próprio filósofo faz questão de destacar, trata-se de um conhecer (ou de um saber, como ele prefere chamar) que não se restringe ao saber geral, metódico e/ou técnico da ciência:

¹³ Gostaria de destacar aqui um posicionamento divergente do autor quando afirma que “a actualidade não ocorre no presente”. Parece-me, a considerar a sua própria ideia de atualidade como efeito da experiência e a noção gadameriana de história-do-efeito, anteriormente citada, que seria mais coerente e pertinente afirmar-se que a atualidade não ocorre **apenas** no presente. “Daí que, é preciso, pois, ter-se em conta que [a atualidade] é mesmo aquilo que nega [a experiência] enquanto estabilização do agir, insistindo dentro e contra o instituído...” (MIRANDA, 1994: 25)

O ser pleno daquele a quem chamamos de experimentado não consiste em ser alguém que já conhece tudo, e que de tudo sabe mais do que ninguém. Pelo contrário, o homem experimentado é sempre o mais radicalmente não dogmático... A dialética da experiência tem sua própria consumação não num saber concludente, mas nessa abertura à experiência que é posta em funcionamento pela própria experiência. (Gadamer, 1997: 525)

Abre-se, assim, o caminho para o lugar de outros saberes na compreensão e configuração da experiência. Gadamer destaca, sobretudo, a filosofia e a arte como “a mais peremptória advertência à consciência científica, no sentido de reconhecer seus limites” (1997: 33). Em sentido semelhante, Cremilda Medina nos aponta o desafio implicados por estes limites no que diz respeito ao jornalismo contemporâneo:

(...) da consciência dos limites e contradições do saber científico nasce uma nova epistemologia, com o pé fincado na realidade humana e no meio ambiente humanizado. É o que se pode chamar de **epistemologia pragmática**. O despertar de uma outra atitude que emerge da degenerescência da fragmentação do conhecimento científico faz aflorar a relação articuladora. A inter, a trans e a pós-disciplinaridade reforçam o diálogo entre os saberes científicos, mas também com o saber cotidiano, o saber local, o senso comum, o saber mítico, religioso e artístico. (MEDINA, 2006:12; grifo da autora)

Segundo, a relação dialética entre o EU e o TU, implicada na abertura e no reconhecimento da alteridade e do lugar fundante do outro e do passado na constituição de si; e que desautoriza sua objetualização; sua dicotomização excludente como sujeito X objeto. “A abertura para o outro implica, pois, o reconhecimento de que devo estar disposto a deixar valer em mim algo contra mim, ainda que não haja nenhum outro que o vá fazer valer contra mim” (GADAMER, 1997, 532). A relação entre o eu e o tu é sobretudo reflexiva; o contrário disso é a submissão, o controle, o olhar de cima para baixo, o escutar que se limita a acolher “às cegas” o que o outro quer; é tudo aquilo que impede a interação solidária sujeito-sujeito, que, para Cremilda Medina (2006: 59),

é essencial para que se arme a narrativa dos fatos contemporâneos que ensaie, ao mesmo tempo, a polifonia e a polissemia do presente, o enraizamento na história, na

cultura, e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas... [em que] a teia de adesão corre aceleradamente pelos afetos [e] o relato transpira emoção, a história de ida e o depoimento do protagonista social, em geral, anti-herói anônimo, se expressam através da poética dos sentidos.

A terceira consequência¹⁴ diz respeito justamente à indissociabilidade entre experiência e narrativa e se mostra quando Gadamer (1997: 532) atenta para o fato de que esta abertura “não se dá só para aquele por quem queremos nos deixar falar; antes, aquele que em geral se deixa dizer algo está aberto de maneira fundamental. Se não existe esta mútua abertura, tampouco existe verdadeiro vínculo humano”.

Ao perguntar-se pelo sentido e pelo limite da narrativa como categoria fundamental não só para a Historiografia e a Literatura, mas para as Ciências Humanas e Sociais, de modo mais abrangente, Luiz Costa Lima (1989:17) a define como “[...] o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincidente com ela, que é pois constitutiva de seu objeto”.

Numa perspectiva semelhante, mas de maior amplitude, Medina (2006:67) a entende como “uma das respostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir de sentidos, o *sapiens* organiza o caos em um cosmos ... Sem essa produção cultural – a narrativa- o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida”. Também lugar de construção do *ethos* de uma sociedade, na narrativa a linguagem ganha sentido de constituição total da experiência; como aquilo pelo qual cada homem é falado. Afinal, “pertencer-se uns aos outros quer dizer sempre e ao mesmo tempo poder-ouvir-se-uns-aos-outros”, nos diz Gadamer (1997:532).

Já a quarta consequência refere-se ao “quanto de acontecimento” age na experiência, como, de resto, na própria compreensão. Mais especificamente, nos interessa, por agora, aquilo que essa ideia de uma ‘acontecimentalidade’ da experiência como abertura nos informa sobre o

¹⁴ A terceira e a quarta consequências serão mais amplamente discutidas nos próximos capítulos, que se atêm mais especificamente às possibilidades da narrativa jornalística no horizonte das questões aqui apontadas.

sentido do “novo” - tão caro ao pensamento moderno e ao Jornalismo. Reside neste “novo” que o antes inesperado se torne agora previsto; de que aquele que experimenta “ganhou um novo horizonte dentro do qual algo pode converter-se para ele em experiência”; mas tornou-se novo justamente porque irrompeu como algo distinto do fundo de saberes e experiências prévias que lhe deram possibilidade e de onde ganha sentido.

Daí também, o novo como movimento (travessia) rumo ao ainda não sabido, não percebido, mesmo que já constituído, vivido e experimentado; como um dar-se ao mundo e no mundo que revela e mobiliza aquilo que, nele, ainda não se deu a ver; o ainda não compreendido. Afinal, “não são também a nossa expectativa e a nossa prontidão em escutarmos a novidade forçosamente determinadas pelo que de ‘velho’ se apoderou em nós?” (GADAMER, 2002: 188)

Herdeiros que somos da visão dogmática, reducionista, esquemática e dicotômica que o cientificismo impôs à modernidade, talvez seja nossa atitude imediata responder negativamente às provocações de Gadamer. E tendemos a fazê-lo porque o cientificismo não se firmou como horizonte de legitimidade e autoridade quase que exclusivos da experiência a toa: antes, instrumentou-nos, ao circunscrever o saber ao domínio de seus métodos e técnicas, de tamanha certeza da possibilidade de controle e recusa do caos, que, dentre outros, nos deu a ilusão de, por ela e com ela, aceder à totalidade do mundo; a despeito de ser ela uma totalidade fragmentada e na qual repousa seu contrário: “A vontade de totalidade que atravessa a multiplicidade dos discursos indica a natureza heteróclita da experiência, a sua inevitável fragmentação. A vontade de totalidade não é um efeito de fragmentação?” (MIRANDA, 1994:13).

Ora, mais do que uma questão a ser respondida, trata-se aí de uma provocação, no sentido de chamar a si, que não apenas aponta para a interação paradoxal entre elas, mas, sobretudo, para a inutilidade e insuficiência de uma dicotomia entre totalidade e fragmentação - ou entre universalidade e singularidade - e de qualquer pretensão de abordagem e compreensão totalizante e totalizadora de compreensão da experiência: “O que se trata de invalidar é que exista alguma interpretação final, que acabe

com todas as outras. É do diferendo entre elas que algo resiste, e que provém da experiência” . (MIRANDA, 1994: 13)

Trata-se, pois, de uma provocação que parece querer afirmar o caráter relacional da experiência, entre a participação do sujeito, pela singularidade de sua vivência individual e cotidiana, e a unidade resultante destes momentos vividos por ele em suas interações com outros sujeitos e com o mundo. E é no horizonte desta “unidade” interativa que se destaca o lugar da comunicação:

a comunicação é uma comunhão sensível, pela qual partilhamos formas, sentidos e valores que nos antecedem e nos constituem. (...) A comunicação surge, assim, como inscrição do sujeito no âmbito operante de uma compreensão partilhada, que não se reduz à mera reiteração de um discurso consensual, mas envolve igualmente uma dimensão axiológica que enraíza o sentido e suas formas num senso comunitário de valor, que traduz uma disposição afetiva comum, anterior a regras, normas e lei. (...) damos-nos conta que ela é uma forma de *compreensão operante*, que tem a *percepção*, o *senso comum* e o *gosto* como seus modos espontâneos de realização. (VALVERDE, 2010: 63-64)

2.3 – Dispositivos e percepção: a experiência no horizonte da interação mediada

Entender a comunicação na sua relacionalidade constitutiva com a experiência nos leva, ainda, a pensá-la na perspectiva da ‘mestiçagem’, isto é, nas palavras de Martín-Barbero (1997: 259),

como tecido de temporalidades, e espaços, memórias e imaginários... um modo próprio de perceber e narrar, contar e dar conta. (...) E de uma linguagem que procura dizer da imbricação na economia da produção simbólica e da política na cultura sem se restringir a uma operação dialética, já que mistura saberes e sentires, seduções e resistências...

No esteio desta mestiçagem, que inclui ainda a hibridização progressiva da vida com a tecnologia, é que há de se considerar o lugar dos dispositivos na constituição das subjetividades e das formas de interação social, de tal forma que o próprio Martín-Barbero (1997: 262) afirma que “o campo daquilo que denominamos *mediações* é constituído pelos dispositivos

através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade”.

Num texto em que analisa a sinonímia imposta aos conceitos de mediação e interação como paradigmas para o campo da comunicação Lucrécia Ferrara aponta um posterior e necessário alargamento das reflexões de Martín-Barbero:

Indo além do Barbero dos Meios e Mediações voltado para as mediações impostas pelos meios agenciados pelo capital, procura-se entender aquela cartografia híbrida(Barbero, 2002) que se constrói na continuidade de um novo ambiente ou bios cultural(Sodr, 2002) que qualifica os espaos vitais e exige a proposta de um desenho cognitivo disposto a perceber ambivalncias e a no deformar a troca comunicativa no padro de uma simples mediao tcnica. (FERRARA, 2011: 08)

Neste sentido, a reflexo de Giorgio Agamben (2009) sobre a noo de dispositivo parece ter muito a nos dizer.¹⁵ Dispositivo, para o pensador italiano, vem a ser “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opinies e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Para chegar a esta concepo, Agamben faz uma rpida genealogia do termo no pensamento de Michel Foucault, especialmente a partir da segunda metade da dcada de 1970, quando a palavra dispositivo passa a aparecer com frequncia na obra do pensador francs.

Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornar mais tarde “dispositivo”), toma posio em relao a um problema decisivo, que tambm o seu problema mais prprio: a relao entre os indivduos como seres vivos e o elemento histrico, entendendo com este termo o conjunto das instituies, dos processos de subjetivao e das regras em que se concretizam as relaes de poder. (AGAMBEN, 2009: 32)

¹⁵ As discusses aqui apresentadas baseiam-se no artigo “*Novos dispositivos e agenda-setting: uma anlise dos processos jornalsticos subjetivos no Twitter*”, produzido em co-autoria com Paulo Ranieri e apresentado no GT de Jornalismo do IX Lusocom, realizado na UNIP (Universidade Paulista), em So Paulo, no perodo de 4 a 6 de agosto de 2011.

Sem propriamente se preocupar com uma definição mais clara do termo, Foucault, segundo Agamben, dele se ocupa para dar conta das relações entre os processos de subjetivação e os mecanismos de poder que marcam a experiência do contemporâneo; nele reconhecendo, contudo, uma dimensão mais ampla e que, portanto, não se restringe à ideia de poder ou se refere, exclusivamente, a esta ou aquela tecnologia de poder.

[...] Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultina toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia de poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes, como dizia na entrevista de 1977, “a rede (*le réseau*) que se estabelece entre estes elementos. (AGAMBEN, 2009: 34)

No intento de maior clareza quanto ao sentido do termo, o pensador italiano recorre a uma entrevista dada por Foucault, em 1977, para chegar a três aspectos fundamentais do dispositivo:

- a. É um conjunto heterogêneo, lingüístico e não-lingüístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. E se inscreve sempre numa relação de poder.
- b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder .
- c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber. (AGAMBEN, 2009: 29)

No entanto, e a se considerar que um esquema é elaborado a partir daquilo que o seu autor acha essencial, a estrutura esquemática do pensador italiano oblitera alguns aspectos da entrevista de Foucault que nos parecem fundamentais para a compreensão do alcance e importância do termo como possível chave interpretativa da experiência contemporânea, especialmente quando se trata de pensá-lo nas suas interações com a comunicação midiática.

Assim, ao destacar a função estratégica do dispositivo, Agamben parece minimizar sua historicidade, como se pode ver no texto do próprio Foucault: “[...] Com o termo dispositivo, compreendo uma espécie – por assim dizer – de formação que *num certo momento histórico* teve como

função essencial responder a uma urgência. [...]”. (FOUCAULT apud AGAMBEN, 2009, p. 28; grifo nosso). O outro aspecto subsumido no esquema de Agamben diz respeito à racionalidade da relação poder-saber. Voltemos mais uma vez às palavras de Foucault:

Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados. (FOUCAULT apud AGAMBEN, 2009: 28)

Depois de empreender sua própria arqueologia do termo dispositivo no pensamento moderno, Agamben propõe que se o situe num novo contexto; qual seja aquele em que está em jogo a subjetivação: “Proponho-lhes nada menos que uma geral e maciça divisão do existente em dois grandes grupos ou classes: de um lado, os seres vivos (ou, as substâncias), e de outro, os dispositivos em que estes são incessantemente capturados”. (AGAMBEN, 2009: 40)

No esteio desta proposta de ruptura e extensão, dicotômica, com a discussão foucaultiana, Agamben (2009:40) reelabora o conceito de dispositivo, que passa agora a compreender “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. De modo não mais restrito e determinado pelos jogos de poder - às prisões, manicômios, escolas, igrejas e todas as instituições que disciplinam e modelam o sujeito moderno; temas tão caros ao pensador francês -, estende-se o dispositivo para toda sorte de produtos e produções com os quais e nos quais os vivos interagem, agem, sentem e pensam cotidianamente; tais como, nos exemplos de AGAMBEN (2009: 41), “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que é talvez o mais antigo dos dispositivos” [...].

Resulta deste alargamento compreensivo-conceitual outra noção de sujeito, como terceiro, como o que decorre da relação, do “corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”, ressaltando-se as inúmeras e abertas possibilidades de constituição das subjetividades no mundo contemporâneo, que permite, por exemplo, que um mesmo indivíduo pode abrigar múltiplos processos de subjetivação:

Ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação. Isso pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade, no nosso tempo, vacila e perde consistência; mas se trata, para ser preciso, não de um cancelamento ou superação, mas de uma disseminação que leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal.” (AGAMBEN, 2009: 41- 42)

Ora, se todo dispositivo encontra-se arraigado na constituição e disseminação daquilo que define o humano propriamente, inclusive na possibilidade de seu mascaramento, e se não há como negar que não exista, hoje em dia, alguma dimensão e/ou aspecto do humano que não seja perpassado por algum dispositivo; então deve-se considerar, também, que a racionalidade cientificista produz a profanação como contra-dispositivo e abertura para a ação do sujeito no mundo.

Dai a importância de se diferenciar a natureza da subjetivação propiciada pelos dispositivos hodiernos em relação aos dispositivos “tradicionais”. Os “novos” dispositivos caracterizam-se por um paradoxal processo de indiferenciação e interação entre subjetivação e dessubjetivação, no qual não é mais possível, para Agamben (2009), a produção de um sujeito real, mas de um sujeito espectral.

Aqui, poder-se-ia dizer que se manifesta um olhar pessimista, apocalíptico mesmo, do autor sobre a relação entre subjetividade e dispositivos no mundo hodierno; e que, no seu entendimento, os dispositivos contemporâneos produzem corpos dóceis que são mais fortemente marcados por processos de dessubjetivação. Entretanto, o próprio Agamben reconhece que este processo dessubjetivante encontra-se implícito na subjetivação. Ou seja, no seu entendimento, não há mais possibilidade de diferenciar os processos de subjetivação dos processos de dessubjetivação, uma vez que

tal diferenciação daria lugar, agora, à “recomposição” de um novo sujeito a que caracteriza como “larvar” e “espectral”, que resultaria da negação das subjetividades por uma ideia de esvaziamento apenas.

Entretanto, há uma outra dimensão fundamental do dispositivo - e que se relaciona ao fato de que ele tem raiz na própria hominização do homem, na cisão que “separa o vivente de si mesmo e da relação imediata com o seu ambiente”: a abertura, ou o “Aberto” no dizer literal do filósofo, entendida como a possibilidade de conhecer o ente enquanto ente, de construir um mundo. “Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo.” (AGAMBEN, 2009: 44)

Esta indissociável relação entre dispositivos, visibilidade e subjetividade, aponta ainda para o fato de que quanto mais os dispositivos se disseminam e são apropriados pelos sujeitos, maior a possibilidade de nos depararmos com algo inapreensível e incontrolável, tanto mais fugidio quanto mais docilmente se nos apresenta. Destaca-se, aqui, a experiência como jogo de continuidades e descontinuidades. Assim, faz-se impossível não se relacionar esta cartografia dos jogos de inclusão, exclusão ou rarefação - que velam, desvelam e revelam o ritmo inapreensível do mundo e dos sujeitos que nele se fazem e que, cotidianamente, insistem em o narrar - à presença e ação da mídia.

Um exemplo muito claro deste processo pode ser visto no trecho da reportagem a seguir, que se refere ao fenômeno do “rolezinho”, encontro marcado pelas redes sociais, especialmente o Facebook, que no meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, agregou, em reuniões ocasionais, milhares de jovens oriundos dos bairros mais periféricos da Grande São Paulo para ir a *shopping centers* “curtir, tumultuar e tirar várias fotos”. O movimento começou na internet e todo o seu funcionamento dependia da rede. Logo, a referência a ele aqui se dá porque nos parece mostrar com bastante clareza os processos de subjetivação e dessubjetivação, inclusão e exclusão via dispositivos, bem como da luta agonística que os marca, assim como também marca o sentido e lugar da visibilidade social.

Todos os rostos, incluindo os dos menores de idade, foram fotografados por vários policiais, com a ajuda de celulares. Nenhum deles foi levado para a delegacia. Apenas dois deles tinham mais de 18 e tiveram de assinar uma notificação entregue por uma oficial de Justiça que já estava no local. Caso participem de outro rolezinho, terão de pagar multa de R\$ 10 mil. (...)

Rodrigo argumentou que o grupo não fez nada, não interrompeu as atividades do shopping e que a orientação postada na rede social, em caso de grande comparecimento, era a transferência para o Parque da Juventude, próximo do centro de compras. Eles alegaram não terem sido comunicados da liminar, por isso, mantiveram o evento. (...)

Os rapazes argumentaram que o rolezinho, que teve 1.267 confirmações, nem chegou de fato a acontecer. Disseram acreditar que só tinham sido abordados pela polícia em função de seu "naipe" – referindo-se ao próprio estereótipo. "Maior discriminação, se a gente fosse boyzinho isso não ia estar acontecendo." (...)

Caique Gonçalves, um dos "de maior" presentes, contou que a orientação para os participantes era mostrar que o grupo sabia se comportar. "A gente já tinha passado lá no Facebook que não era para ninguém tumultuar, que era para agir na disciplina. Para mostrar pra mídia, pros boyzinhos que a gente é morador de favela, mas sabe se portar, não é só a roupa que a gente usa que vai passar quem a gente é", disse. "A gente sabia que ia acontecer alguma coisa, mas a gente veio mesmo para representar", disse.

Depois que a polícia deixou o local, meninas se juntaram ao grupo de rapazes. Cantaram funk, tiraram foto e foram para o Parque da Juventude, cheios de marra. "Ainda bem que a mídia apareceu, se não a gente já ia apanhar", acredita P.L. "A gente só queria conhecer pessoas, mas representamos. Aqui é moleque zica mesmo", disse confiante de não ter feito nada de errado.¹⁶

O trecho da matéria acima, fundamentalmente, nos diz ainda que a mídia não apenas intermedia nossas relações com os fatos do mundo, mas mostra que se

trata do grupo social e as mídias em relação fenomenológica. (...) Não é algo que se localize antes dos meios, mas junto com eles. (...) Não temos aqui apenas algo que é dito para alguém através de um suporte. Temos esse alguém em experiência completa com esse outro-mídia-mensagem... (DUARTE, 2010: 93-94)

¹⁶ Trecho da matéria "Polícia notifica jovens em shopping por reconhecer o 'naipe'", de Gisele Brito, publicada pelo site de notícias Rede Brasil Atual, em 18/01/2014. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/01/policia-reconhece-naipe-de-grupo-e-jovens-sao-notificados-no-shopping-center-norte-5942.html>. Acessada em 18 de Jan de 2014.

Neste sentido, é que se priorizou a noção de dispositivo ao invés de se ater a uma discussão mais restrita ao termo tecnologia, como forma de se destacar o sentido em que ela se move do simples domínio mecânico da natureza para uma das condições fundamentais do ser e estar no mundo. Afinal, é na relação com o sujeito – ele mesmo uma relação, como bem disse Agamben -, no modo como o transforma e é simultaneamente transformada por ele, que a tecnologia tem o seu lugar nos mais diversos modos de significação, expressão e compreensão da experiência. Ou seja, os agentes efetivos ainda são homens situados no tempo e no espaço e se constituindo, como sujeitos, na interação mediada com coletivos de homens, instituições e técnicas:

A individuação dos objetos técnicos resulta da imaginação criativa ou inventiva do homem. Os objetos técnicos o são por serem inventos do humano, o ser que traz consigo o seu próprio meio associado, não apenas um conjunto heteróclito de formas, mas um sistema organizado de forma que, enquanto sistema, constitui um fundo de virtualidades previsíveis. Essa relação do objeto técnico ao meio é, por isso, uma relação entre o pensamento e a vida. (RODRIGUES, 1990: 88).

É justamente a relação entre pensamento e vida, implicada na concepção da tecnologia ou ‘tecnicidade’ como dispositivo, que nos leva à discussão sobre os sentidos da mediação:

Para decepar a cabeça da Medusa sem se deixar petrificar, Perseu se sustenta sobre o que há de mais leve, as nuvens e o vento; e dirige o olhar para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho. (...) É sempre na recusa da visão direta que reside a força de Perseu, mas não na recusa da realidade do mundo de monstros entre os quais estava destinado a viver, uma realidade que ele traz consigo e assume como um fardo pessoal (CALVINO, 1990: 16)

Ao defender a leveza como um dos valores que deveriam orientar a literatura – e de resto, poder-se-ia dizer, as diversas formas de expressão e narrativa da experiência – no terceiro milênio, Italo Calvino recorre ao mito de Perseu, ressaltando que reside na mitologia “uma alegoria da relação com o mundo (...)”. Assim, o modo como Perseu enfrenta a Medusa; os recursos materiais e simbólicos de que lança mão nos mostram alegoricamente o lugar

e papel dos dispositivos na percepção: o escudo estende o sentido da sua visão sim; mas, mais do que isto, nos convida a pensar sobre o fato de que mediação se serve e se faz não somente no, pelo e com o artefato tecnológico, mas também pela ação e intervenção de algo que se nos apresenta como natural e, que se sabe, construído culturalmente; a astúcia do olhar.

a mediação é técnica "porque o instrumento utilizado estrutura a prática"; e social "porque os móveis, as formas de uso e o sentido acordado à prática se regeneram no corpo social" – precisa por exemplo Josiane Jouët (1993, citada em 1997: 293). A noção de mediação parece, portanto, designar, neste caso, as operações – assim como os seus efeitos – de tecnicização do processo de comunicação (mediação técnica) e, ao mesmo tempo, da intervenção da dimensão subjectiva nas práticas de comunicação (mediação social). (DAVALLON, 2007:09)

Observa-se nesta conceituação a presença de uma sinonímia dicotômica que tende a confundir mediação e interação e que segundo Ferrara (2011) tem sido uma das tendências dominantes nos estudos da comunicação. A ideia de uma “mediação técnica” parece operar a restrição da mediação às consequências dos meios/suportes e “se dimensiona como instrumento à serviço de objetivos estranhos à própria manifestação fenomenológica da comunicação” (FERRARA, 2011: 03). Já a ideia de “mediação social” estaria mais afeita ao domínio da interação que, por sua vez, chama em causa um processo de comunicação que mobiliza “o intercâmbio e porosidade dos seus papéis enunciativos e culturais, sempre prontos a serem superados, revistos ou reescritos” (FERRARA, 2011: 04).

Assim, é que apontar para os limites que tanto sua confusão quanto sua oposição podem representar, a autora empreende uma arqueologia na qual se

evidencia que mediações e interações não são conceitos absolutos que indiquem claras demarcações epistemológicas da comunicação, mas surgem como acontecimentos que subscrevem distintas epistemes e, como consequência, outros recortes epistemológicos da comunicação, mais afeitos a um ambiente cognitivo do que a conceitos que se consolidam enquanto teoria e definição. (FERRARA, 2011: 12)

Dá que orienta esta tese uma ideia da mediação como um campo de tensões no qual se fia a teia de relações extremamente complexas entre a linguagem, dispositivos e experiência. Ele desnuda, pois, a reflexividade como condição fundamental do arranjo societário, principalmente quando se considera que, ao se colocar no prosaetrio do viver contemporâneo, revela as possibilidades de compreender e empreender uma economia da experiência que tome a recepção como lugar de negociação e produção do sentido.

Num texto em que discute os “dispositivos interacionais” como lugar de diálogo e tensão entre diferentes e divergentes aspectos que marcam a construção não penas do campo da comunicação, mas, muitas vezes de um mesmo fenômeno comunicacional, José Luiz Braga (2011: 10) destaca que

(...) em coerência com a constatação de elementos heterogêneos em articulação, os dispositivos têm sido vistos, em contraposição à ideia de instituições e “lugares” muito definidos, como “ambientes de experiência” (GReMS, 1998): “Para além da questão da aprendizagem feita em dispositivos, põe-se também a questão da experiência feita dos dispositivos, enquanto constitutiva, em nossa sociedade, das conexões que mantemos entre nós, os outros e o mundo”

Desta forma, é que se pode dizer que mediação chama em causa as apropriações que os sujeitos fazem de si mesmos em suas interações – mediatizadas ou não – com os outros e com o mundo.

Tratar de “dispositivos” permite incluir as mediações que o usuário traz para a interação; as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à “construção do leitor”, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação mediática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social. (BRAGA, 2011: 11)

Ela (a mediação) estrutura a percepção da realidade, não se limitando, portanto, ao universo dos processos e produtos midiáticos, mas também não prescindindo deles. Perspectiva, aliás, que Patrícia Patrício (2007) tão bem desenvolveu ao tomar como base da “reportagensaio”, que resultou na sua tese de doutoramento, a necessidade de uma “transição da monologia

emissor-receptor para a dialogia na mediação, não uma mediação objetivista, mas uma mediação autoral.”

E é justamente como percepção que não se limita a uma determinada racionalidade, tampouco aos processos e produtos midáticos, que se pode, ainda, atribuir à mediação ou mediatização da experiência um caráter estético: “a experiência estética não se reduz à ontologia dos objetos artísticos, e é guiada por uma dimensão relacional (...) e, em virtude da economia interna de seus procedimentos expressivos, convoca nossa sensibilidade para experimentá-los e compreendê-los.” (LEAL, MENDONÇA, GUIMARÃES, 2010: 07).

A despeito da crítica feita pelos autores acima citados à sua subsunção a um “ordenamento mercadológico” e suas estruturas de poder – perspectiva que também se apresenta em Martín-Barbero não no sentido de uma subsunção, mas no desafio a eles colocados pelas mestiçagens -, o dizer de Muniz Sodré sobre a urgência de um potencia emancipatória na dimensão do sensível parece elucidar ainda mais os horizontes que se colocam para a experiência mediada, especialmente porque não se pode negar a ela suas condições históricas:

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível da interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. (...) Trata-se finalmente de reconhecer a potência emancipatória contida na ilusão, na emoção, no riso e no sentimento da ironia, mas também na imaginação, requisito indispensável do “capital humano” compatível com as formas flexíveis do novo capitalismo. (SODRÉ, 2006: 13)

Numa discussão anterior e mais focada nos impasses, desafios e possibilidades do jornalismo como narrativa da contemporaneidade, Cremilda Medina já apontava a necessidade de se abraçar esta perspectiva do afeto na mediação social:

a narrativa da contemporaneidade persegue o registro da escritura; não importa qual o código, ela se afirma na

polifonia e na polissemia, no diálogo dos diferentes, no processo do contraditório. (...) a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Razão e emoção se completam na plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos. (MEDINA, 2003: 134)

Em que pesem essas possibilidades e abertura até aqui discutidas, cotidianamente nos deparamos com afirmativas de que a experiência societária e mundana hodierna, caracterizada, dentre outras, pelo apelo inexorável da vivência (*Erlebnis*) em detrimento da Experiência (*Erfahrung*), se nos aponta para a impossibilidade da troca e da partilha. E tal perspectiva se torna especialmente forte quando relacionada ao jornalismo tantas vezes afirmado como o grande dispositivo moderno para a destruição da experiência, como diz Larrosa-Bondía (2002).

Deste modo, ao mesmo tempo em que se assiste ao alargamento potencial dos horizontes compreensivos e narrativos do mundo na natureza fluida, aberta, multifacetada e paradoxal das chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação, também tem-se tornado mais fortes e mais frequentes sua afirmação como uma falta; um não-lugar:

A visibilidade do mundo não basta para torná-lo mais compreensível. Sonhou-se com uma aldeia global; encontra-se a cacofonia de Babel. Na ponta dos canais e das redes, encontramos freqüentemente a incompreensão, para não dizer a incomunicação. (WOLTON apud KUNSCH, 2007: 56)

Ora, para além de ser muito evidente a filiação deste tipo de discurso à propalada crise ou degenerescência de paradigmas que assolam o conhecimento na contemporaneidade, o que interessa aqui não é confirmar ou refutar sua validade. Antes, tem-se claro que a reconhecer, como uma condição que também é nossa, implica perguntar se é possível, e como é possível, pensar uma situação em crise; inquirir o que ela nos aponta, reconhecendo-se, a saída, que “está-se aqui *in nuce* [...] pois se não há uma resposta dada à partida, então a própria pergunta dever ser construída, tem de ser conquistada, adquirida”. (MIRANDA, 1994: 14)

Assim, se como afirma Costa Lima (1989: 19) tanto se falou sobre a crise de paradigmas no século XX que “ao ouvi-la repetida, tendemos ao bocejo”, não há como negar que para proceder à interrogação compreensiva

do lugar do jornalismo na experiência contemporânea há de se expor, ainda mais uma vez a este “bocejo”. Isso significa dialogar com estes discursos ali onde operam as possibilidades de seu “outro”. É o que se apresenta no próximo capítulo no qual se discutem, a partir do papel constitutivo da linguagem, enquanto mediadora dos processos de atualização do estabilizado e de reinstauração do instituído, as possibilidades da narrativa jornalística para além da sua mirada como degradação da experiência.

3. A narrativa da experiência: sobre os limites e possibilidades da linguagem e do jornalismo para além da crise

Numa galeria de quadros, um homem contempla a paisagem de uma cidade e essa paisagem se abre a ponto de incluir a galeria que a contém e o homem que a está observando. (...) exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfas obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhados, encostados uns aos outros como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo numa superfície sempre igual e sempre diversa, como as dunas impelidas pelo vento do deserto. (CALVINO, 1990: 114)

Se toda época carrega consigo as marcas e discursos que orientam as perguntas sobre a compreensão dos sentidos que se lhe identificam e que a constituem¹⁷, estas mesmas perguntas hão de se configurar também – não de modo determinista, ressalte-se! – como modo privilegiado de aceder às suas possibilidades de compreensão e resposta. Assim, e como já apontado no final do capítulo anterior, pode-se dizer que a crise se apresenta não apenas como um dos discursos dominantes, mas também como uma das bases identitárias do mundo contemporâneo.

Interessante notar que, oriundo da medicina hipocrática, o termo crise indicava “a transformação decisiva que ocorre no ponto culminante de uma doença e orienta o seu curso em sentido favorável ou não” (ABBAGNANO, 1998: 222). A partir da modernidade, especialmente, passa a significar transformações decisivas em qualquer aspecto da experiência (individual e/ou social); e sendo desde Auguste Comte - e sua defesa da ciência como regime definitivo da razão e única possibilidade de acesso ao conhecimento

¹⁷ Tem-se em vista aqui, portanto, não uma restrição da palavra época a um determinado período temporal. Antes, toma-se como base a concepção desenvolvida por Dilthey que a entende como “uma estrutura que tem um centro em si mesma e por isso interloga num todo as suas manifestações. Cada pessoa que nela vive tem em comum a medida das suas ações, de seus sentimentos e sua compreensão”. (DILTHEY apud ABBAGNANO, 1998: 338)

verdadeiro -, ganhou um sentido negativo; de falta de uniformidade nos valores e modos de vida.

Para além do uso vulgar do termo “crise”, que é um operador essencial da discursividade moderna, o que está em causa na imensa florescência das metáforas da crise é a *questão do fundamento*, ou melhor, da sua falta ou “desaparecimento”. Não se trata de uma “descoberta” do saber, mas da revelação de uma situação em que o nihilismo acede à consciência pública, atingindo todos os aspectos da vida. A hiperlucidez do saber é já um efeito desta situação historial, onde tudo se tornou objeto de “reflexão” (mais correctamente, de “discussão”) – os “valores”, mas também todas as práticas, instituições e narrativas que as interligam, reduzindo-as a simples “nomes”. (MIRANDA, 1994: 70-71; grifos do autor)

Assim, a multiplicidade e efemeridade dos valores e modos de vida hodiernos são “críticos” porque se movimentam e nos mobilizam como os grãos de areia e as dunas de que fala Italo Calvino. Movimento que nos impele e instiga, mas que também nos atordoa, uma vez que põe em causa as pretensões de certeza, controle e domínio orientadoras da racionalidade dogmática; “que põe limites ao desejo do absoluto do discurso, da teoria e, em geral, da *hybris* moderna” (MIRANDA, 1994: 74).

Crise de visão de mundo (modernidade); crise do saber (ciência); crise de paradigmas; crise do Estado; crise da experiência; crise do jornalismo; crise da narrativa... Nenhuma delas é propriamente nova, mas cada uma e todas elas parecem se renovar a cada dia quando nos deparamos com situações, atos, discursos e condições societárias que expõem, de forma sempre mais intensa e rápida, a fragilidade do ‘edifício’ de valores e referências que, em algum momento, nos pareceu sólido e inquestionável; quando a própria crise torna-se um mero efeito discursivo a esvaziar ou alijar seu sentido interrogativo para se tornar um lugar de acomodação, de recusa das tensões e imprevisibilidades.

Neste sentido, ao invés de acolher tacitamente os discursos hegemônicos sobre a crise e para não correr o risco de se hipostasiar um seu sentido unívoco de destruição, será mais coerente com os horizontes teórico-epistemológicos até aqui desenhados, chamar em causa sua historicidade “como fenómeno essencial dos chamados Tempos Modernos”. Ou seja,

o fundamental será compreender como no processo de constituição está, em ato, uma resposta ao desaparecimento dos fundamentos em que, desde sempre, se baseou a ação dos homens, dando-lhes critérios seguros para julgar, decidir, agir, em suma. Esse desaparecimento, que não é apenas uma destruição, mas também um “não aparecer”, coloca limites a todas as nossas ações, mas também as leva ao limite, à própria possibilidade de se fundar na liberdade. (MIRANDA, 1994: 69)

E é esta liberdade que nos habilita, também, a considerar a crise como uma espécie de apelo ao discernimento acerca das tensões, desequilíbrios e contradições em certas esferas da vida social, de modo a poder se tornar habilitadora de um juízo e de uma tomada de decisão que possa nos impelir para além de uma simples cadeia de acontecimentos ou do lamento de uma catástrofe. A crise, então, poderia bem ser “o anjo da história” de que nos fala Benjamin (1994) e cujo espírito Cremilda Medina parece tomar como desafio:

Com todas as tragédias do século XX, com o mural dramático da miséria da humanidade, certamente não se vive, na primeira década do século XXI, a euforia do progresso, seja na ciência, seja no jornalismo, seja no senso comum. Na crise de degenerescência que claramente se configura na saúde e na felicidade humanas ou no equilíbrio do planeta, percebe-se uma nova ruptura: os especialistas precisam reencontrar os elos perdidos entre eles e as múltiplas sabedorias para, juntos, darem outras respostas aos impasses históricos. Se a ciência se isolou na sua excelência para construir conhecimentos rigorosos, cifrados na especialização, hoje se faz necessária a rearticulação perdida. (MEDINA, 2006: 12)

A demanda de uma tal rearticulação só poderá se tornar efetiva se tivermos, mais uma vez, em conta o horizonte originário de onde ela se nos apresenta. Assim parece necessário considerar que o recrudescimento dos discursos que dão conta da crise passam pela separação entre experiência e conhecimento como uma das suas bases fundamentais.

Neste contexto, alguns aspectos dos discursos generalizados e generalizantes sobre a crise interessam especialmente a esta tese. O primeiro diz respeito ao fato de que a separação experiência/conhecimento coloca em causa o lugar e papel da ciência como horizonte privilegiado da narrativa e da linguagem. Tem-se em conta, aqui, que, como afirma Lyotard,

a emergência dos discursos sobre o pós-moderno se ancoram na suspeita e questionamento das meta-narrativas, isto é, dos “princípios orientadores e mitologias universais que um dia pareceram controlar, delimitar e interpretar todas as diferentes formas da atividade discursiva no mundo” (LYOTARD, 2000 :16).

O que interessa, pois, da chamada pós-modernidade é a possibilidade de, na afirmação veemente da falência dos valores, visão de mundo, linguagem e formas narrativas modernas, projetar e produzir aquilo que não pode ser apreendido nem dominado pela representação ou pelo pensamento conceitual; desejo que foi identificado por Lyotard como o “impulso para o sublime”.

Interessa que esta chamada ao modo de um ‘impulso para o sublime’ é marcada, dentre outros, pela necessidade de análise e questionamento do lugar da narrativa no discurso e no conhecimento científico, das formas pelas quais estes obtêm ou reivindicam legitimidade. Afinal, “a linguagem científica opõe-se ativamente ao jogo de linguagem da narrativa”, ainda que “somente por meio das narrativas é que o trabalho científico pode receber autoridade e propósito” (LYOTARD, 2000: 31). Neste contexto, é que o autor afirma que vivemos, portanto, uma passagem da majestade amortecida das grandes narrativas à autonomia fragmentadora das micronarrativas.

É justamente a integração íntima desses posicionamentos relativos à interpretação que oferece o entendimento e a criação dos significados que encontramos em nossas formas de vida. Em particular, com relação a questões referentes à vida humana, é sobretudo através da narrativa que compreendemos os textos e contextos mais amplos, diferenciados e mais complexos de nossa experiência. É essencialmente esta noção que tem sido generalizada e ampliada assim como especificada em um largo espectro de investigações, que incluem estudos sobre as formas pelas quais organizamos nossas memórias, intenções, histórias de vida e os ideais de nosso *self*, ou nossas identidades pessoais, em padrões narrativos. (BROCKMEIER, HARRÉ, 2003: 526)

O segundo aspecto da crise que aqui interessa diz respeito ao lugar e papel do jornalismo como uma das principais narrativas na experiência das micro e macronarrativas ensejadas desde a modernidade. Se, pelo menos,

desde a segunda metade do século XIX, o jornalismo se instituiu como forma de sociabilidade e conhecimento da vida social nas costas das tradicionais interações face a face – como já ressaltado anteriormente –, o desenvolvimento das tecnologias digitais e a reestruturação das suas bases empresariais-mercadológicas de produção, desde meados do século XX, desnudaram, por inteiro, o fato de que ele [o jornalismo] é “crítico” por condição histórica.

Da organização do trabalho no interior das empresas, com a extinção de funções, cortes nos quadros de profissionais, até a ressignificação do seu labor narrativo – visto que os jornalistas são exigidos sempre mais a assumirem a totalidade do processo noticioso, como atesta a ideia de um profissional transmídia, por exemplo – e de seu lugar na constituição da esfera pública, há de se ter em vista que:

Seja a perspectiva em que nos coloquemos, dois eixos críticos e fatores de crise se destacam, quando consideramos a natureza dos problemas habitualmente identificados: o peso da lógica do mercado (e, por conseguinte, do fator econômico), por um lado; e o impacto da tecnologia (e, mais recentemente, da Internet e dos novos suportes digitais). Qualquer um deles repercute de forma saliente no plano das estratégias editoriais, das práticas jornalísticas e, num âmbito mais vasto, no papel do jornalismo na sociedade. (PINTO, 2008: 09-10)

Ora, o que parece estar em causa não é necessariamente o jornalismo, mas **uma** sua configuração histórica:

Trata-se de um jornalismo que ilustra um modelo de comunicação assimétrico, transferencial e unidirecional, cujas fragilidades se tem evidenciado com o surgimento de formas de auto-edição e auto-publicação e o desenvolvimento dos novos *media* colaborativos. A facilitação do acesso à palavra publicada e a inerente multiplicação dos polos de enunciação no interior do espaço social corporizam uma parte dos fatores críticos subjacentes ao quadro de desafios e impasses que o jornalismo vem conhecendo. (PINTO, 2008: 08-09)

Já o terceiro aspecto, que tange à narrativa jornalística e configura uma interseção dos outros dois, diz respeito ao fato de que este processo “crítico” aponta para um paradoxo: a busca de uma informação mais afeita ao entretenimento e ao consumo rápido, como valor noticioso, e de uma

estrutura narrativa pautada num texto cada vez mais objetivo e superficial também parecem engendrar seu contrário. Ou seja, se as interações digitais, via redes sociais, sobretudo, permitem que se prescindia do jornalismo para saber o quê, onde e quando um acontecimento se deu, tanto mais se coloca sua necessidade para se compreender o impacto, significados e implicações deste mesmo acontecimento na vida social; tanto mais se aponta a necessidade de um mediador social cuja narrativa possa orientar os horizontes da compreensão.

Reafirmo que a narrativa continua sendo uma forma importante (se não a principal) de experimentação do mundo. Ela nos oferece um teste coerente para a complexidade da vida, da política, da economia, das tragédias e comédias. Mais do que representar, as narrativas interpessoais e midiáticas constituem intersubjetivamente a textura geral da experiência. (MOTTA, 2012: 233)

Assim, retomando o diálogo com Bragança de Miranda (1994) e consoante à ideia de experiência como abertura apresentados no capítulo anterior, poder-se-ia dizer que pensar a experiência acolhendo a crise como lhe sendo constitutiva também implica “descobrir que a constituição equivale a mostrar a relativa arbitrariedade das nossas formas de experiência e, em geral, que tudo poderia ser diferente, que no existente insistem os “seus” possíveis” (MIRANDA, 1994: 113)

Perguntar-se pelos horizontes da experiência e da narrativa sob o ponto de vista da constituição, como essa atualização dos ‘possíveis’ e não mera reprodução ou reafirmação do dado, exige, logo, considerar, ainda e principalmente, a capacidade mediadora da linguagem como o que “desassossega” o constituído.

3.1- Linguagem e narrativa jornalística nos horizontes da crise da experiência e para além dela

Desde Wilhelm Von Humboldt sabe-se que toda linguagem expressa ou encarna uma visão de mundo própria, uma peculiar orientação do pensamento e da experiência. Acham-se aí as matrizes epistemológicas de uma tradição de pensamento que procurará explorar, até seus imponderáveis

limites, a intuição de que a linguagem não é a simples reprodução dos conteúdos e relações que as sensações nos transmitem diretamente. Tradição esta que se lança ao limite de, com a filosofia hermenêutica, assumir que a linguagem é o próprio modo de abrir-se da abertura do ser. “Onde não há linguagem, não há abertura do ente (...). A linguagem, ao nomear o ente, pela primeira vez, o faz chegar à palavra e à aparição.” (HEIDEGGER, 1989: 36).

As vozes da linguagem como abertura do ente, como condição fenomenológica da própria existência desdobram-se posteriormente no esforço de abordagem dos problemas da relação da linguagem com o ser, a compreensão, a história e a realidade. Não se trata mais de buscar o referente perdido, tampouco da estrutura cristalina da realidade veiculável na linguagem como meio de comunicação de experiências pré-linguísticas.

A partir de Heidegger, pode-se, então, dizer que a filosofia hermenêutica passou a se pautar pela

questão da possibilidade da compreensão em geral, respondendo que se pode verificar qualquer aquisição de conhecimento seguindo apenas os ditames do “círculo hermenêutico”, que começa com a antecipação projetante do sentido e prossegue com a articulação dialógico-dialética de sujeito e objeto. (BLEICHER, 2002:15)

Ainda de acordo com Bleicher (2002: 15), a partir daí, os esforços de compreensão de um texto deixaram de se restringir ao “reconhecimento objetivo do sentido visado pelo autor”, para se postularem como revelação das “novas hipóteses de existência e da sua responsabilidade em relação ao seu próprio futuro”, como condições inerentes ao produzir-se mesmo do texto e às relações entre seu autor e os seus diferentes contextos subjetivos, textuais e experienciais de leitura.

Neste contexto, é que ganha especial importância, mais uma vez, a constatação radical, em Hans Georg Gadamer, do caráter constitutivo da linguagem; de um pensamento hermenêutico que a entende como mediação total, aberta e finita, que revela o mundo como totalidade de sentido e que se orienta por e para a construção de uma compreensão partilhada. Daí porque, em Gadamer, a fusão de horizontes terá tamanho destaque ao ponto de se

poder afirmar que “tudo que se diz objeto de conhecimento e de discurso está sempre compreendido no horizonte da linguagem com a qual este mesmo mundo coincide.” Ou, antes, e mais radicalmente ainda, que “*o ser que pode ser compreendido é linguagem*”. (GADAMER, 1997: 687-688; grifos do autor).

A linguagem já não está entre o homem e o mundo; é muito mais a própria abertura do mundo. “Linguística”¹⁸ – em sentido *lato* – é, então, a condição da experiência, visto que a compreensão e a constituição do mundo estão desde sempre plasmadas no movimento que vai da comunicação – seja ela tecnicamente mediada ou não – entre dois horizontes históricos diferentes à experiência de cada homem nos lugares de sua vivência.

Toda conversação pressupõe uma linguagem comum, ou, melhor dito, constitui, a partir de si, uma linguagem comum. Há ali, algo postado no meio, como dizem os gregos, onde participam os interlocutores e sobre o que eles criam um intercâmbio mútuo. O acordo sobre o assunto, que deve surgir na conversação, significa necessariamente que se elabora uma linguagem comum apenas na conversação. Este não é um processo externo de ajustamento de ferramentas, e nem sequer é correto dizer que os companheiros de diálogo, se adaptam uns aos outros, mas que ambos vão entrando, à medida que se estabelece a conversação sob a verdade da própria coisa, e é esta a que os reúne numa nova comunidade. (GADAMER, 1997: 556)

Resultam daí, primeiro, que compreender não é adentrar o outro e reproduzir suas vivências mas pôr-se de acordo sobre a coisa; e, segundo e em coerência com o primeiro, que o processo de compreensão é sempre linguístico: “A linguagem é o meio em que se realiza o acordo dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa”. (GADAMER, 1997:559-560)

Para tornar mais claro o que implica a natureza essencialmente linguística e mediadora da compreensão, o filósofo recorre ao exemplo da tradução:

O caso da tradução nos faz conscientes da linguisticidade como o *medium* do acordo, através do fato de que este meio tem de ser produzido artificialmente através de uma mediação expressa. Este agenciamento artificial não é, evidentemente, o caso normal das conversações. Tampouco

¹⁸ Faz-se aqui uso das aspas para indicar que os termos linguística e linguisticidade referem-se à linguagem e não à Linguística como ciência, uma vez que na língua portuguesa a adjetivação para os dois termos é a mesma.

a tradução é o caso normal de nosso comportamento com respeito a uma língua estrangeira. Antes, o fato de depender da tradução é como que uma renúncia da autonomia por parte do interlocutor. (...) Neste caso, o acordo não se dá realmente entre os companheiros de diálogo, mas entre os intérpretes, que estão realmente capacitados para se encontrar num mundo de compreensão. (...) **O problema hermenêutico não é pois, um problema de correto domínio da língua, mas o correto acordo sobre um assunto, que ocorre no *medium* da linguagem.** (GADAMER, 1997: 560-561; grifos nossos)

A tradução, assim como a conversação, torna-se o veio pelo qual se chega ao “pôr-se em acordo” como a situação propriamente hermenêutica, já que se trata de compreender textos, ou, melhor dito, de compreender e empreender eventos linguísticos; quer aconteçam pela palavra escrita ou pela palavra falada. “O exemplo do tradutor que tem de superar o abismo das línguas mostra, com particular clareza, a relação recíproca que se desenvolve entre o intérprete e o texto, que corresponde à reciprocidade do acordo na conversação”. (GADAMER, 1997: 564)

Neste sentido, é que se poder dizer, ainda, que, em ambos os casos, ocorre uma *conversação hermenêutica*, que não pode e nem deve ser resumida a um instrumento com vistas ao acordo; antes, coincide com a realização mesma do acordo e do compreender:

entre as partes desta “conversação” tem lugar uma comunicação (...) e que é mais do que uma adaptação (...) é a forma pela qual um tema chega à sua expressão, não na qualidade de coisa minha ou de meu autor, mas de coisa comum a ambos. (GADAMER, 1997: 566)

Evidencia-se, portanto, que na conversação hermenêutica se opera uma fusão de horizontes entre seus interagentes, a qual, por sua vez, seria a forma própria do diálogo, cujo ‘objeto’ não pertence nem a quem fala, nem a quem ouve, tampouco a quem escreve ou a quem lê. O diálogo é, sobretudo, uma relação vital que, por meio da compreensão, concretiza a consciência da história dos efeitos. Daí também se explica a indissociabilidade entre compreender e interpretar:

Todo compreender é interpretar, e todo interpretar se desenvolve no *medium* de uma linguagem que pretende deixar falar o objeto e é, ao mesmo tempo, a linguagem própria de seu intérprete. (...) É uma verdadeira relação vital

histórica, que se realiza no *medium* da linguagem”.
(GADAMER, 1997: 567)

Importante ressaltar que a afirmação da historicidade desta relação evidencia que o acordo e o diálogo não implicam a negação das diferenças entre os interagentes, das suas possíveis distâncias temporais e culturais e nem da existência de pré-conceitos que possam se interpor à ação de cada um e à sua interação. Como bem esclarece Biagioni,

(...) esses problemas da expressão linguística são todos redutíveis ao problema mesmo da compreensão. E o fenômeno hermenêutico, assim, surge como um caso particular mais geral que é a relação entre pensamento e linguagem, ou seja, a linguagem que se esconde no pensamento, fazendo de qualquer relação dialógica uma autêntica “relação histórica” que se atualiza na linguagem. E quando o compreender se torna linguagem faz-se concreta a consciência da própria determinação histórica. Assim, pode-se afirmar que toda compreensão se realiza na linguagem e que o próprio horizonte da compreensão é interpretado na linguagem. (BIAGIONI, 1983: 37)

É, pois, como lugar de um *ethos* comum de uma sociedade que a linguagem ganha sentido de constituição total da experiência humana no mundo, como aquilo pelo qual cada homem fala e é falado. Nela é que se possui e se partilha o mundo, que se escuta a voz que fala de onde a convenção antecede o próprio signo. Neste sentido, é importante ressaltar, mais uma vez, que, ainda que não haja em Gadamer uma tematização da comunicação midiática, da mediação tal como se a discute nos estudos da Comunicação, e tampouco da narrativa jornalística, sua radical afirmação da “linguisticidade” da experiência do mundo pode ser uma base para o alargamento da compreensão destes fenômenos.

Tal possibilidade de alargamento mostra-se já quando se tem em conta que a afirmar a linguagem como condição fundante e fundamental da experiência compreensiva tem como uma das suas principais consequências a análise da transmissão histórica, ou da tradição, como uma realidade linguística. Isto é, se a modernidade quis se instituir e se legitimar contra a tradição, Gadamer vem nos mostrar que é por ela e com ela que se pode chegar à compreensão da própria experiência moderna:

Todavia, a tradição não é simplesmente um acontecer que se pode conhecer e dominar pela experiência, mas é linguagem,

isto é, fala por si mesma como faz um tu. O tu não é objeto, mas se comporta em relação ao objeto. (...) A compreensão da tradição não entende o texto como a manifestação vital de um tu. Mas como um conteúdo de sentido, desvinculado de toda atadura para com os que opinam, para com o eu e o tu.(...) A tradição é um verdadeiro companheiro de comunicação, ao qual estamos vinculados, como o está o eu e o tu. (GADAMER, 1997: 528)

Neste vínculo, reside a possibilidade de liberdade para além da crise como destruição, uma vez que em toda experiência, consoante ao seu entendimento como limite, risco e abertura, habita a dialética da pergunta e resposta como fusão de horizontes que é alcançado e interpretado pelo diálogo, afirmativo ou negativo, com a tradição e que vem a delimitar o que é conhecido, desconhecido, estranho e familiar. Ressalte-se que esta fusão se dá, muitas vezes, pelo reconhecimento do lugar do eu e do tu no jogo da linguagem.

A linguagem não é somente universal no sentido de que nela tudo pode vir à fala. O sentido da experiência hermenêutica reside, antes, no fato de que, face a todas as formas de experiência no mundo, a linguagem põe a descoberto uma dimensão completamente nova, uma dimensão de profundidade, a partir da qual a tradição alcança os que vivem no presente. (GADAMER, 1997: 671)

Este trecho nos leva, além disso, à centralidade que Gadamer dá à escrita, ou melhor, da literatura, em seu sentido lato, como horizonte da linguisticidade do mundo:

Na realidade, a escrita possui, para o fenômeno hermenêutico, uma significação central na medida em que nela a ruptura com o escritor ou autor, assim como o endereço concreto de um destinatário, é trazida, por assim dizer a uma existência própria. O que se fixa por escrito se eleva de certo modo, à vista de todos, a uma esfera de sentido na qual pode participar todo aquele que esteja em condições de ler. (GADAMER, 1997: 571)

Numa reflexão recente sobre o legado da filosofia gadameriana para o saber no mundo contemporâneo, Richard Rorty afirma que

O resultado dessa colaboração [de Gadamer para a filosofia hodierna], tem sido borrar as fronteiras entre as ciências naturais e do espírito – uma tentativa de fazer com que a

controvérsia “*tecno versus obscuros*”[...] pareça tão exótica quanto o debate sobre a idade da terra. (RORTY, s/d: 01)

Ao postular o lema de Gadamer como uma “redescritção do processo que chamamos “aumentar nossa compreensão”, Rorty (s/d: p. 02) não apenas destaca o fato de este movimento compreensivo nos aproximar ainda mais da realidade do mundo, mas, sobretudo, abre a possibilidade de, consideradas suas diferenças políticas, filosóficas e temáticas, se estabelecer um diálogo entre este modo de aceder ao mundo e a reflexão sobre narração como atividade da leitura e da interpretação tão caras ao pensamento de Walter Benjamin.

A posição de Benjamin quanto ao fim da experiência - assente numa crise da narratividade e a consequente imposição de uma linguagem instrumental e epistêmica como única aceitável – é paradoxal. E o é porque o pensador alemão deixa muito claro, especialmente no texto “O Narrador”, que esta crise revela uma profunda transformação das condições da experiência e sensibilidade estéticas e, de resto, da própria sociabilidade que são construídas – e se constituem também – pela mudança nas condições de troca de experiências; do vínculo social; de modo que ela, a crise, revela – conforme a leitura benjaminiana de Bragança de Miranda (1994) –

o domínio da atualidade pela técnica e a ordem narrativa que lhe corresponde: a história linear do “progresso”. Dizemos que esta posição é paradoxal pois, enquanto houver liberdade de “fundar” o humano, não existe fim da experiência, mas quando muito o fim de *uma* experiência concretamente estabilizada em determinadas figuras. Mas, por outro lado, esta interpretação é interpelante porque não afasta a possibilidade de que a “experiência da experiência” possa desaparecer efetivamente. (MIRANDA, 1994: 59; grifos do autor).

Nos textos benjaminianos da década de 1930, tomados aqui numa perspectiva pretensamente diversa daquela que parece predominar na sua apropriação pelos/nos estudos da comunicação no Brasil, observa-se como, e sobretudo, distante do lamento pela “perda dolorosa” da tradição no depauperamento da narrativa tradicional - face às transformações históricas

engendradas pelo capitalismo e concretizadas no romance moderno e na informação jornalística -, afirma-se, paradoxalmente, sua dimensão essencial:

Essa dimensão, que me parece fundamental na obra de Benjamin, é a da abertura. O leitor atento descobrirá em “O Narrador” uma teoria antecipada da obra aberta. Na narrativa tradicional essa abertura se apoia na plenitude de sentido – e, portanto, em sua profusão ilimitada. (...) O que me importa aqui é identificar esse movimento de abertura na própria narrativa tradicional. (GAGNEBIN in BENJAMIN, 1994: 12-13; prefácio)

Ousa-se acolher como umas das bases da pesquisa aqui apresentada, portanto, o que Gagnebin chama de ‘buracos negros’ da obra de Benjamin, especialmente no que tange às suas reflexões sobre narrativa e história e que colocam, ainda, a seguinte empreitada para o conhecimento: “tentar ouvir as questões e exigências que essa obra formula, ou seja, reconhecer quais são suas interrogações deixadas em suspenso, tentar compreender esta suspensão, ousar aprofundar-me nesta irresolução”. (GAGNEBIN, 2009: 01)

Num texto em que analisa os paralelos e divergências entre as reflexões de Benjamin e Heidegger, Caygill (1997: 29) afirma que em ambos

A tradição é não só o que é transmitido num dado tempo como também a outorga desse tempo, ele próprio, na distinção entre o passado e o presente. Paradoxalmente, a tradição estabelece a distinção entre passado e presente ao mesmo tempo em que a supera, ao entregá-los uma ao outro; ela tanto funda como pressupõe o tempo que tem lugar.

Esse caráter paradoxal da tradição pode ser visualizado na (re)leitura dos próprios textos benjaminianos, principalmente quando se consideram dois trechos de sua obra nos quais se vislumbra esta possibilidade de abertura:

O texto literal da escrita é o único e exclusivo fundamento sobre o qual pode formar-se o quebra-cabeça. O contexto significativo contido nos sons da frase é o fundo do qual emerge o semelhante, num instante, com a velocidade do relâmpago. Mas, como essa semelhança extra-sensível está presente em todo ato de leitura, abre-se nessa camada profundo o acesso ao extraordinário duplo sentido da palavra *leitura*, em sua significação profana e mágica. [...]

A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus, não mais humanos que os

outros; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. Porém, os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas, a humanidade se prepara se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juro e com juro dos juro. (BENJAMIN, 1993: 112-119)

A narração torna-se, pois, o lugar e modo privilegiados pelas sociedades ocidentais, a partir da Modernidade, de compreensão e possibilidade de seu fazer e dizer. Afinal, o contexto significativo contido na voz é o fundo de onde emerge o semelhante e o diverso “na velocidade e efemeridade do relâmpago”, que, fugidio e intangível, não se furta a mostrar e causar efeitos. Note-se que tais causas e efeitos não se regem, para Benjamin, por uma relação de similaridade ou, melhor dizendo, de especularidade entre o narrado e o que se narra.

A título de exemplo, no texto em que reflete sobre a tarefa e sentido do tradutor e da tradução – sempre em significado mais amplo do que comumente se lhe atribui, mesmo no âmbito do saber científico, - o filósofo destaca que

Wird dort gezeigt, dass es in der Erkenntnis keine Objektivität und sogar nicht einmal den Anspruch darauf geben könnte, wenn sie in Abbildern des Wirklichen bestünden, so ist hier. Erweisbar, dass keine Übersetzung möglich wäre, wenn sie Ähnlichkeit mit dem Original ihrem letzten Wesen nach anstreben würde¹⁹. (BENJAMIN, 1991, p. 12)

Em semelhante sentido, Gadamer mostra que a interpretação epistemológica da experiência, intrinsecamente moderna, não é um erro, mas antes é unilateral, pois corresponde a um momento da experiência, o da repetição do adquirido, pois ‘uma experiência não conserva o seu valor na medida em que se confirma; neste sentido, a sua dignidade repousa sobre a sua capacidade fundamental de repetição’ (GADAMER, 1960: 191). O

¹⁹ Numa interpretação livre, pode-se entender que o autor defende aqui a idéia de que nenhum conhecimento e nenhuma interpretação da realidade pode-se basear na idéia de semelhança, ou especularidade. Num alargamento dos horizontes de sentido de suas palavras, pode se dizer que Benjamin postula que nenhuma “tradução” é possível quando se a considera numa perspectiva de mera reprodução do original.

problema está na redução da experiência ao momento epistêmico, pois, como se pode depreender da leitura dos dois autores, para além desta concepção *positiva*, dois outros momentos são essenciais para a ‘estrutura da experiência’ a saber: o momento negativo, pois ‘a experiência é sempre a experiência da negatividade’, e a sua finitude, pois, como nos lembra Gadamer,

a experiência é a experiência da finitude humana. É experiente, no verdadeiro sentido da palavra, quem se deixa penetrar pela experiência, quem sabe que não é senhor do tempo e do futuro [...] porque conhece o limite de qualquer previsão e a incerteza de qualquer projeto. (GADAMER, 1960: 202).

E o filósofo alemão deixa ainda mais claro o significado e as implicações desta perspectiva que em muito se aproxima do pensamento de Walter Benjamin:

“Somente o conjunto destes três elementos, positividade, negatividade e finitude constituem a historicidade da experiência, sempre obstruída pela visão epistemológica. Se este não é um erro, mas uma forma da história, é evidente que é possível retrair o processo da sua formação”. (GADAMER, 1960: 203)

3.2 - O acontecimento como epifenômeno da relação jornalismo e experiência

Ao propor a passagem da racionalidade esquemática para o diálogo dos afetos, Medina (2008) afirma a necessidade da palavra poética como uma das condições essenciais para a criação de uma assinatura coletiva para o jornalismo.

Para renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, tantos os diversos produtores do saber científico quanto aquele que rege e articula a interpretação da contemporaneidade carecem do contato e do movimento: o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora. (MEDINA, 2008: 109)

Tal perspectiva, por sua vez, aponta, dentre outros aspectos, para a necessidade de se refletir sobre a relação entre narrativa jornalística e experiência, principalmente quando se considera que os estudos do jornalismo, mesmo aqueles que focalizam as questões da narrativa, foram, em sua maioria, marcados por uma perspectiva que privilegia uma concepção objetivista e instrumental da linguagem; por uma espécie de “visão epistemológica obstruída” semelhante à afirmada por Gadamer e citada anteriormente. Desta forma é que, como afirma MEDINA (2003: 92-93), “o cotidiano da atualidade está, no jornalismo como em outras esferas de conhecimento, aprisionado em paradigmas em crise”, acusando “um déficit de criatividade que constitui o desafio da pesquisa nessa área”.

Ao perguntar-se pelo sentido e limite da categoria “narrativa”, Costa Lima nos coloca também em perspectiva semelhante ao afirmar que, apesar de ela se constituir num tema cada vez mais central tanto na História quanto nas Ciências Sociais, permanece ainda dominante

[...] a idéia de que a narrativa é algo que importa, desde que não estejamos a lidar com a ciência. [...] O radicalizar a pergunta pelo sentido e pelos limites da narrativa está fadado a criar uma perturbação maior porque então se atinge a noção compartilhada de ciência. (COSTA LIMA, 1989: 16)

Torna-se, pois, evidente que, a despeito da diferença entre os focos prioritários de suas reflexões – Jornalismo e História, respectivamente – é possível um diálogo entre Medina e Costa Lima, principalmente quando se tem em conta não só o fato de ambos empreenderem reflexões bastante singulares e inovadoras em suas áreas de conhecimento, mas, sobretudo, que tais singularidades e inovações deixam claro que: a) nestes dois campos do saber, as abordagens sobre a narrativa ainda têm a cientificidade como horizonte e condição de autoridade e competência; b) tal horizonte implica uma concepção instrumental da linguagem, cujo ideal seria uma relação de transparência com a realidade; e, c) que em ambos se afirma a necessidade de se proceder à interrogação sobre o *status* epistemológico da narrativa como possibilidade de ruptura com paradigmas que não se mostram mais suficientes para responder às complexidades inerentes ao contemporâneo.

Tal insuficiência tona-se evidente quando se considera que as atuais condicionantes históricas e tecnológicas, e suas possibilidades interativas e de sentido, implicam não só a falência do paradigma racional-objetivista, como o imperativo de construção linguística e narrativa do acontecimento capaz de não obliterar suas dimensões polifônicas e polissêmicas, mas, antes de se apresentarem como a apropriação singular e plural que dele faz cada coletivo pensante e sensível. Assim, pode-se afirmar com Costa Lima que “o interesse em teorizar não se generaliza sem que antes se difundam os sinais de crise, seja no modo de compreender um certo objeto (crise em uma disciplina), seja no lidar até com o próprio cotidiano (crise de um paradigma)” (COSTA LIMA, 1989: 19)

Daí que a reflexão sobre o *status* epistemológico da narrativa poderia começar pela colocação de outra pergunta nela implicada, qual seja, sobre a relação entre acontecimento e narrativa. Relação que se mostra já quando se considera a narrativa como

[...] o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincidente com ela, que é pois constitutiva de seu objeto”. (COSTA LIMA, 1989:17)

Semelhante perspectiva encontra-se em Medina (2003, 2006, 2008) para quem a narrativa jornalística é uma produção de sentidos perante os acontecimentos da realidade, destacando que essa produção implica na criação dos múltiplos significados da realidade e não na sua mera administração e/ou reprodução, como tem sido ainda corrente tanto na prática quanto no saber do jornalismo.

Assim, a noção de acontecimento torna-se crucial para ambos os autores, principalmente quando se consideram suas críticas à predominância, em suas respectivas áreas de conhecimento, à concepção de que lhe cabe (ao acontecimento) captar o passado, e a realidade, como “efetivamente fora”. Permanece-se, pois, sob o signo da difusão.

Diante do exposto, procede-se a uma revisão do estatuto do acontecimento, num diálogo com dois estudos sobre a narrativa jornalística – tomados aqui como exemplos da concepção que se está a problematizar: “Mitos, registo e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias”,

de Bird e Dardenne (1999) e “El relato periodístico: El periodista como contador de historias”, de SANCHÉZ (1992). Importante ressaltar ainda que esses dois textos apresentam como uma das bases da sua abordagem sobre o acontecimento um diálogo com a história e com a literatura, como tem sido corrente na maioria dos estudos sobre a narrativa jornalística.

A noção de acontecimento ocupa um lugar central nas discussões sobre o jornalismo. Apesar dessa centralidade, no entanto, nem sempre essas discussões trabalham a sua dimensão constitutiva; antes, mesmo reconhecendo que, ao dar-lhes visibilidade e publicidade, o jornalismo constrói o acontecimento, ainda se o restringe ao nível de uma representação ante o evento, como apontado por Gadini:

Mas, nem sempre a hipótese de que o discurso jornalístico configura um acontecimento é trabalhada sob o ponto de vista de sua 'construção singular' no universo social. Nisso consiste o limite dessa abordagem: apesar de atribuir ao 'acontecimento periodístico' uma gama de características que o diferenciam de outras construções discursivas, acaba-se por não trabalhar a dimensão constitutiva da produção mediática (GADINI, 1994: 37)

Essa perspectiva pode ser observada no texto de Bird e Dardenne (1989) quando afirmam que abordar as notícias como uma narração não significa negar seu valor como correspondendo a uma realidade exterior, nem negar que as notícias informam. E isto mesmo num texto que pretende questionar a pretensão de que cada notícia é “inventada” exclusivamente a partir dos “fatos do acontecimento”.

Os autores iniciam seu texto afirmando que, apesar de ser comum o reconhecimento das notícias como “estórias”, ou seja, como narrativas culturalmente construídas, “pouco estudo sério” tem sido feito sobre suas qualidades narrativas:

Continua-se a ter a pretensão de que todas as “estórias” surgem directamente de factos relativos a acontecimentos. Se for verdade que <<se pode colocar seis repórteres num tribunal a assistir seis horas de palavrado e eles saírem de lá com a mesma ‘estória’ (Chibnall, 1981, p. 86), os jornalistas preferem ver isto mais como a defesa da objectividade do que o triunfo da fórmula de construção narrativa. Os dispositivos retóricos e estruturais são vistos simplesmente como métodos de transmitir informação com precisão e eficácia, e o fosso observado entre facto e ficção é

definido cada vez mais fortemente. (BIRD e DARDENNE, 1999: 263)

Assim, a partir de uma compreensão do texto como construção cultural, ancorada numa abordagem interdisciplinar – num diálogo com a História e a Antropologia, em especial -, se propõem a

explorar algumas das questões que levantam ao considerarmos seriamente as notícias como narrativa e “estória” e, deste modo, a relação nada pacífica entre a “realidade” e as “estórias” sobre a “realidade”. (...) Acreditamos que daqui possa advir uma compreensão mais nítida do contexto no qual os jornalistas constroem “estórias” e de como estas se relacionam com a cultura da qual eles são tanto o reflexo como a representação. (BIRD e DARDENNE, 1999: 264)

Para tanto, procedem a uma crítica à separação entre narração e informação, também muito corrente no jornalismo, que postula que a primeira se restringe às chamadas notícias *soft*, enquanto a segunda caberia às notícias *hard*. Segundo os autores, essa distinção, que considera apenas o conteúdo da notícia,

Deixa nos a ver as notícias dentro de um “modelo de transmissão” tradicional – essencialmente do ponto de vista dos profissionais que criaram esta dicotomia. Pouco há que sugira que o público sente o mundo como se este estivesse tão claramente dividido. Segundo, esta assunção deixa-nos cegos para ver as qualidades estruturais de “estórias” individuais. (BIRD e DARDENNE, 1999: 265)

Esta cegueira quanto às qualidades estruturais da narrativa apoia-se, por sua vez, na “ilusão” de que os dispositivos estruturais são técnicas neutras que “actuam como canais de transformação de acontecimentos em informação, mais do que meios para criação de um determinado texto narrativo”. Os autores, então, criticam uma dicotomia para, no entanto, acolhê-la logo em seguida: acabam por reforçar a separação entre forma e conteúdo – tão cara ao paradigma difusionista - ao afirmarem que “[...] Os factos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura”. (BIRD e DARDENNE, 1999: 265)

Caberia aqui uma crítica semelhante a que Costa Lima (1989) faz à antropologia estrutural, que ao postular a permanência de certas estruturas

sociais - que, mesmo pertencendo a culturas e sociedades distintas, persistiam devido a sua funcionalidade -, escolhia como seu elemento fundamental a linguagem dotada de “uma teleologia inconsciente” capaz de dar acesso ao universal.

Tal perspectiva permanece evidente mesmo quando Bird e Dardenne consideram as qualidades míticas da narrativa jornalística, as quais dotam os acontecimentos do passado de fronteiras artificiais, “construindo totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos” (BIRD e DARDENNE, 1999: 65). Tais qualidades míticas derivariam de uma “ressonância”, definida como a “sensação de “termos escrito ou lido as mesmas “estórias” repetidas vezes”.

Cada “estória” individual sobre o crime é escrita tendo como cenário outras “estórias” sobre o crime, às quais retiram elementos e acrescentam outros. Os leitores raramente se recordam de detalhes de “estórias” sobre o crime, e não “utilizam” a informação nas suas vidas diárias (Graber, 1984). Em vez disso, [...] as “estórias” tornam-se parte de uma “estória” ou mito mais amplo acerca do crime e valores. (BIRD e DARDENNE, 1999: 267)

Outro aspecto a ser considerado no texto é o fato de que, para os autores, alguns acontecimentos não se encaixam na categoria de “estórias” como, por exemplo, as notícias de rotinas, como acidentes, crime de rotina, trânsito, etc. Aos relatos deste tipo de acontecimento, atribuem a categoria de “registos”.

Estes relatos não são “estórias” concebidas para ocupar a mente, mas “registos” fornecidos como relatos de que algo noticiável aconteceu (White, 1981). Isto não leva a deduzir que os “registos”, ao contrário das “estórias”, se limitam a registrar a realidade, embora isto pareça ser o modo como vieram a ser apreendidas pelos profissionais da informação. (BIRD e DARDENNE, 1999: 269)

A despeito desta afirmação de que “os registos não se limitam a registrar a realidade”, outra afirmação trai a perspectiva epistemológica que os orienta:

A forma narrativa do registo provém essencialmente da forma discursiva logos, que os filósofos socráticos distinguiram do mythos, ou “estória” (Fisher, 1985), e ficou identificado como “objectiva”, em todas as formas de narrativa, sejam elas história, notícia ou ciência social. (BIRD e DARDENNE 1999: 270)

Pode-se, assim, colocar para esta afirmação o mesmo que diz Costa Lima ao criticar a separação entre universal e particular nos estudos “tradicionais” da História sobre a narrativa:

Posto entre essas fronteiras o discurso do historiador se dispõe entre a pura narrativa e o puro discurso lógico. I. é, ele não se orienta nem pela seleção efetuada na ordem da sucessão, nem tampouco pela cadeia formada pela “verdade” das proposições. O discurso da história é um discurso impuro, que se constitui pela passagem constante da narrativização para o exame lógico de seus dados e vice-versa. (COSTA LIMA, 1989: 37-38)

Assim, mesmo reiterando a importância da análise das qualidades narrativas da notícia, Bird e Dardenne continuam a pensar em termo de uma relação de representação entre narrativa, acontecimento e realidade, que, de resto, opera uma separação entre os sujeitos nela implicados, como se pode ver nos trechos a seguir:

Um jornalista-contador de “estórias”, no entanto, está também a criar “estórias” de acontecimento com os quais os públicos não estão familiarizados, onde não têm experiências próprias para aí colocarem esses acontecimentos. (...) Essa proximidade com a matriz mitológica revela-se, sobretudo na atribuição de um sentido de verdade universal a narrativa que constroem. Como Schudson (1982) argumenta, “o poder dos media não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem.” (BIRD e DARDENNE, 1999: 274-275)

Corre-se, então, o risco de, ao criticar a hipostasia de uma verdade universal, se operar tão simplesmente um deslocamento de uma perspectiva objetivista para uma subjetivista, tão assente numa autonomia absoluta quanto o que se quer combater. Neste sentido, é que Medina destaca a interação criativa, a curiosidade para descobrir outras verdades e outros modos de ser como condições de ruptura com os dogmas, preconceitos e paradigmas que tendem a “engessar” a narrativa e a impedir a polifonia e a polissemia como suas condições fundamentais.

O texto de José Francisco Sánchez (1992) elege como focos a informação como relato e a necessidade de se definir o status próprio da narrativa jornalística no “amplo mundo da narrativa”, a partir da abordagem

das relações e confusões entre a narrativa jornalística e outros dois tipos de narrativa que lhes são muito próximos: a narrativa literária e a narrativa histórica.

La confusión se deriva casi siempre de una preocupación orientada solo a la estructura externa del discurso – que, de hecho, puede coincidir y coincide a veces en los tres tipos de narración –, sin atender suficientemente – o sin atender en absoluto – a otros dos aspectos fundamentales: la pretensión de verdad de unos y otros textos y la estructura interna de esos discursos (SANCHÉZ, 1992: 49)

Para o autor, essa confusão se torna mais aguda quando se trata da distinção, e das relações, entre jornalismo e literatura, já que muitas vezes se usa o termo “ficção” para designar a essas duas modalidades discursivas.

Se supone, como es obvio, que toda realidad está simbólicamente mediada y, precisamente por eso, la historia que se construya, con independencia de que parta de la realidad misma o de que intente configurarla por cuenta propia, tendrá carácter fictivo. No estaría mal semejante planteamiento – que de algún modo respeta la etimología de la palabra “ficción” – si, luego, se utilizase otro término para atender, precisamente, ese otro aspecto referencial del discurso: la pretensión de verdad. (SANCHÉZ, 1992: 49)

Para ele, é óbvio que a verdade se apresenta de maneiras distintas nos três tipos de narrativa consideradas: enquanto na literatura se pretende criar um mundo, na história e no jornalismo se trata de representar ações do mundo exterior. “[...] y el lector guarda expectativas distintas con respecto a uno y a otro tipo de texto.” (SANCHÉZ, 1992: 50)

Num primeiro momento, e ao dialogar com Coseriu (apud Sánchez) para fazer uma abordagem da narrativa que se não se limite à estrutura externa do discurso, Sánchez elege a narrativa literária como contraponto da narrativa jornalística, destacando que os fatos humanos devem ser definidos por sua finalidade e não por sua estrutura.

[...] El discurso informativo tiene finalidad exterior o instrumental; es decir, debe tener conocimiento de ciertos hechos y comunicar ese conocimiento a alguien [...] La finalidad del discurso literario radica en ser como debe ser. Así, mientras el discurso informativo ha de ajustarse a un modelo real que se da en el mundo exterior, el literario solo se compara consigo mismo. (SANCHÉZ, 1992: 51)

Assim, se no discurso literário o conhecimento e o fato conhecido tendem a se identificar, já que não se julgam os fatos em função de uma adequação a uma realidade externa ao texto, mas da necessidade interna da obra, no jornalismo seus limites são bem distintos porque se trata de um saber acerca de algo.

Este saber implica, ainda, certa competência, ancorada, segundo o autor, dentre outros aspectos, pelo fato de que na informação jornalística se selecionam os fatos, valorando-os segundo critérios de interesse público e tendo-se em conta o público concreto a que se destina o texto; o que implica, por sua vez, que ambos, público e texto, são histórica e concretamente situados; são efetividades. Na literatura, ao contrário, a seleção dos fatos ocorre em função de sua importância humana e orientada pelo objetivo de que se possa reconhecê-los como possibilidades.

Por sua vez, essa seleção vai incidir diretamente sobre o sentido da narrativa, uma vez que “[...] en la información el sentido coincide con el significado de la designación: “o sea, dice las cosas como son”. En el discurso literário, en cambio, siempre según Coseriu, “el sentido no coincide con el significado y la designación: estos son siempre significantes para outro sentido”. (SANCHÉZ, 1992: 51)

Outra diferença apontada diz respeito às vozes da narrativa ou sujeitos falantes:

en el caso de la información, se trataría de un sujeto empírico, un periodista determinado, mientras que, en el caso de la literatura, se trataría de un sujeto universal. Como distinta sería la situación histórica del sujeto en el discurso: determinada, la del sujeto de la información, y eterna, la del de la literatura. [...] El discurso informativo se dirigiría siempre a “alguien, a un público al que informa, al que comunica la información”, mientras que “el sujeto de la obra literária no se dirige a nadie.” (SANCHÉZ, 1992: 51).

Tais distinções, segundo Sánchez, tornam-se mais problemáticas quando se trata do jornalismo literário, uma vez que nele podem conviver as funções referenciais e estéticas simultaneamente, de modo que a narrativa pode ser classificada tanto como jornalística quanto como literária.

O segundo eixo do texto diz respeito às distinções e relações entre jornalismo e história, e Sánchez elege como interlocutor prioritário Paul

Johnson, que, depois de destacar as mútuas implicações entre jornalismo e história e como a formação do historiador potencializa o trabalho explicativo do jornalista e vice-versa, proclama como virtudes e capacidades comuns a ambos as seguintes: uso das mesmas fontes; submissão ao método científico; demonstração de hipóteses; reconhecimento do impacto dos acontecimentos; obrigação de legibilidade.

Sánchez apresenta críticas ao modo como Johnson trabalha três destas capacidades: a) quanto ao uso das mesmas fontes, o autor destaca que o historiador se apoia fundamentalmente em fontes fixas e em documentos, enquanto o jornalista “se apoya básicamente en fuentes orales que no siempre puede contrastar con documentos, sino con otras fuentes orales que, como las primeras, son siempre o casi siempre fuentes interesadas”. (SANCHÉZ, 1992: 53); b) quanto à submissão ao método científico, ele acentua apenas o fato de serem jornalismo e história ciências humanas e não ciências físicas; e c) quanto à demonstração de hipóteses, ao afirmar que não se tratam em ambas as áreas de demonstrar hipóteses, mas de mostrar ações humanas em forma de histórias.

Desta forma, para ele, a narrativa consiste numa trama com sentido, de modo que a narratividade jornalística não se limita à forma narrativa do chamado jornalismo literário ou a determinado tipo de notícia, como mencionado no texto de Bird e Dardenne (199), mas configura uma condição de possibilidade do próprio jornalismo, já que o jornalista não faz apenas uma mera apresentação de fatos, antes

debe hacer más: instaurar una peculiar relación entre esos hechos , disponerlos en una trama, como diría Aristóteles, para darles un sentido, para que resulten inteligibles o, con palabras de Paul Johnson, simplemente legibles. De ahí que informar, de ordinario, signifique narrar. El periodista es un contador de historias con sentido. (SANCHÉZ, 1992: 54).

Assim, se para Bird e Dardenne, os jornalistas acham-se divididos entre o que eles consideram dois ideais impossíveis – as exigências da “realidade”, que consideram alcançável através de estratégias objetivas, e as exigências da narratividade -, para Sánchez, afirmar que o jornalista é um contador de histórias significa que não se pode esquecer que toda narração é

uma versão, razão pela qual carece de sentido insistir em modelos narrativos aparentemente factuais e repetitivos e que nem por isso deixam de ser uma versão. Poder-se-ia, aqui, se perguntar o que o autor entende por versão e se a ambigüidade semântica do termo – que tanto pode ser a explicação ou interpretação de um acontecimento quanto uma história controvertida e infundada - não trairia uma perspectiva difusional a orientar suas reflexões.

Parafraseando Paul Veyne, Sánchez afirma: “informar más es narrar mejor” (1992, p. 55), ou seja, quando o jornalista consegue integrar fatos e fontes numa trama com sentido, informar mais cabalmente a seu público. Se ao contrário, se limitar a listar fatos isolados e atuação de pessoas de forma desconectada tenderá a reforçar o modelo da pirâmide invertida e restará uma informação de pouca qualidade. Daí que exigir dos jornalistas narrativas mais aprimoradas é exigir se ele se informe melhor para informar melhor.

A conjunção exclusiva da ciência com a utilidade intelectual era (e é) favorecida pela resistência generalizada, tanto nas disciplinas mais nobres como nas mais fluidas, em considerar a reflexão epistemológica ou mesmo metodológica, como derivativos, senão estorvos, à pesquisa concreta. (COSTA LIMA, 1989: 22)

A afirmação de Costa Lima aponta o fato de que nos estudos narrativistas da História, a tendência predominante é encerrar a pergunta pela narrativa à oposição entre ficção e história, dando a entender que se encerra aí também o próprio limite da narrativa, que seu oposto “abrangeria todo o território das ciências exatas”: “Negava-se, pois, uma concepção do fato - sua auto-suficiência – e daí a não-problematicidade do relato para que melhor se mantivesse uma meta: a de contribuir para o alcance de uma história efetivamente científica”. (COSTA LIMA, 1989: 20).

De modo semelhante, para Medina (2003, 2006, 2008), a presença do signo da difusão – percebida aqui na permanência de uma ideia de exterioridade intrínseca ao acontecimento -, reforçando a persistência da soberania absoluta e onipotência do paradigma cientificista como fundamento da narrativa jornalística.

Em ambos os autores, a possibilidade de romper com essas tradições implica, além da necessidade, já tanto reiterada nesta tese, de proceder a estas problematização e reflexão epistemológicas não para atribuir e/ou

reforçar o caráter científico do Jornalismo, mas para se compreender e postular de outro modo as interações entre a linguagem e o mundo; especialmente no que diz respeito às suas relações com a realidade.

3.3 - Para além da 'coisificação' do real na narrativa jornalística

Juntamente com a produção simbólica do imaginário, o inconsciente, a construção do sentido, a tecnologia e as transfigurações do poder, o sentido do que se chama realidade, bem como o lugar e papel do sujeito perceptível e cognoscente, atravessa com indiscutível centralidade as discussões de nosso tempo. No campo da comunicação, este feixe temático vem a marcar, a partir da década de 1970, um movimento crescente de deslocamento da problemática da produção para a problemática da recepção, que tem seu início, segundo Maria Tereza Cruz (1986), na crítica literária, mas vai marcar todo o campo das ciências humanas, especialmente a partir da década seguinte.

Tal movimento insere-se num ambiente de crítica e recusa mesmo do objetivismo de matriz cartesiana, e que concebe a realidade e os seus sentidos como separados dos sujeitos que os constroem; uma concepção que permanece mesmo em paradigmas, como o estruturalismo, que marcaram tão profundamente o pensamento no século XX.

Se já nem as ciências físicas vivem exclusivamente de dados observáveis e experimentáveis, como esperar, então, que o objecto das ciências humanas seja tido como uma realidade cuja verdade e sentido existam de forma autônoma, ele que é, como sabemos, o mais artificioso de todos os objectos, pois não é senão o próprio sujeito submetido a uma clivagem. Mais fácil será assim compreender, nas ciências humanas, a tendência para deslocar o foco de atenção do objeto para a interação entre sujeito e objeto. (CRUZ, 1986: 02)

A matriz deste questionamento encontra-se, mais uma vez, na crise da razão como sujeito autônomo do processo de conhecimento, reduzido, ele mesmo, e objetivado na forma da ciência; com consequente descrédito e desvalorização das outras formas de conhecimento, cuja validade só se

encontra possível quando submetidas aos processos e parâmetros científicos.

Tornam-se evidentes, ainda, a coerência deste pensamento com uma ideia da representação como relação especular entre mente e natureza: teatro da vida ou espelho de uma realidade que está à mão como coisa, objetivamente dada - e que pretende subsistir às mudanças históricas, temporais e espaciais. Logo,

Conhecer é representar acuradamente o que está fora da mente; assim, compreender a possibilidade e natureza do conhecimento é compreender o modo pelo qual a mente é capaz de construir tais representações. (RORTY, 1994: 28) .

A realidade, nesta concepção, se torna presença estável e, como tal, existência objetiva. Segundo Heidegger (1993), e como dito antes, tal concepção é fruto de certas escolhas que resultaram na história do ocidente como a decisão de se pensar o ser (a realidade) como efetividade, ao invés de como possibilidade; como estabilidade e suporte e não mais como abertura. Ao dialogar com as raízes etimológicas do termo, Wilson Gomes deixa ainda mais claras as suas implicações epistemológicas:

Realidade deriva de *reale*, que, por sua vez, deriva de *res*, coisa. Realidade seria uma referência ao estatuto de *res*; é o modo defininte daquilo cujo modo essencial de ser é o da *res*. Num sentido substantivo, é o sistema que inclui tudo que sub-está ao estatuto de real. Assim, real é aquilo que existe, exerce o ato de ser a modo de *res*, mas é também o sistema de tudo que integra o complexo das coisas (GOMES, 1992: 38- 39).

Representar é, então, desvelar o mundo real, é justapô-lo, torná-lo próximo de si e inerente às suas próprias formas. Consequentemente, a representação é entendida como semelhança, de modo que só há signo quando se acha dada a possibilidade de uma relação de substituição entre dois termos já conhecidos. Ela só se constitui, portanto, por um ato de conhecimento, por um nexos de similaridade absoluta entre o signo e o que ele indica. Ou como diz com especial clareza, por exemplo, a tradição semiológica – tão cara ao desenvolvimento das Teorias da Comunicação –, os signos acham-se depositados sobre as coisas para que os homens possam desvendar seus segredos; a linguagem mesma das coisas os instaura seus sentidos. Resulta daí, dentre outras, uma redução da própria

realidade a dados observáveis que se encontram fora da razão, mas sempre implicados e constituídos também por ela; transformados em meros objetos, portanto.

A considerar o exposto até aqui, não parece muito difícil perceber o quão tributários destas concepções foram os estudos do jornalismo, especialmente aqueles desenvolvidos na primeira metade do século XX. Afinal e não à toa, Traquina, ao proceder a um inventário das “várias teorias que tentam responder à pergunta porque as notícias são como são”, começa por destacar a mais antiga delas e que se firma, justamente, na ideia de que “as notícias são como são porque **a realidade** assim as determina” (TRAQUINA, 2005: 146; grifo nosso).

Ao discutir os modos vários de se compreender a vinculação entre notícia e verdade, Wilson Gomes (2009) não apenas destaca, como uma das mais importantes e arraigadas bases ética e epistemológica de legitimação do dizer jornalístico, “a adequação entre as coisas de que se fala e o que delas se diz”, como aprofunda seu sentido:

Acredita-se que a faculdade humana de conhecer pode ser colocada, pela notícia, diante de fatos ou coisas que se sucederam ou, inversa e complementarmente, que a realidade pode ser trazida para diante de nós por meio da notícia. A ideia que sustenta esta pretensão é a de que o conhecimento é especular (no sentido do latim *speculum*, espelho), no sentido de que espelha, reflete os fatos. Assim, a notícia como narrativa deveria levar a termo uma operação mimética ou tautológica. *Mimética* porque a narrativa nos daria uma nova presença, uma representação das coisas já havidas ou que se estão passando em outro lugar; *tautológica* porque o evento como que se desdobraria, duplicar-se-ia, dar-se-ia uma segunda vez diante do relato. (GOMES, 2009: 13)

Mais adiante no seu texto, Gomes sintetiza claramente as consequências deste modo de compreender:

Neste contexto, as indústrias da informação passaram a estabelecer, já no nível “gramatical”, a natureza e essência dos discursos sobre o “estado das coisas” no mundo. O jornalismo, principalmente aquele inserido na indústria da informação, estabelece a estrutura paradigmática do discurso verdadeiro, ao mesmo tempo em que funda sobre a deontologia da fidelidade aos fatos toda a sua legitimidade. (...) Desse modo, a palavra, o *lógos* do narrador, assume

características análogas às do verbo divino: confere o ser.
(GOMES, 2009: 14-15; grifos do autor)

Deve-se, no entanto, se considerar que as transformações históricas que vem marcando a experiência epistêmica e societária especialmente a partir da segunda metade do século XX – como apontado anteriormente ao se discutir sobre os horizontes e sentidos da crise –, e que perpetraram mudanças radicais nos modos de se pensar e fazer jornalismo, nos legaram um outro modo de pensar a realidade e o jornalismo; ainda que se tenha em mente que as perspectivas apontadas por Gomes ainda pareçam dominantes.

Tem-se em vista, aqui, por exemplo, a influência dos estudos de Alfred Schütz, legados Berger e Luckmann, no desenvolvimento das chamadas teorias construcionistas do jornalismo, que nos defrontam, dentre outras, com uma concepção da realidade não mais como coisa:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem as suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. (...) Minha consciência por conseguinte é capaz de mover-se através de diferentes esferas da realidade. Dito de outro modo, tenho consciência de que o mundo consiste em múltiplas realidades. (Berger e Luckmann, 1985: 36-38)

A questão fundamental não é então a de decidir qual é o detentor da verdade e do sentido da notícia – se o texto, se o sujeito – mas de saber como múltiplas realidades, texto e sujeito se constituem, num jogo de verossimilhança atravessada pelos vários sentidos possíveis e instituídos na experiência mesma. Assim concebidos, verdade e sentido não são um conteúdo que resida num ou no outro ou numa realidade que lhe é externa, mas, antes, configuram-se como realidades e verdades transversais, que se constituem no momento em que se defrontam e se confrontam. (CRUZ, 1986).

Nesta perspectiva, Maria Tereza Cruz vai propor uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da recepção, como discurso privilegiado da contemporaneidade - especialmente os estudos inaugurados, na chamada Estética da Recepção - e que vem se configurando como paradigma cada

vez mais crescente nos mais recentes estudos da Comunicação, perguntando-se se não corre o risco aí de uma nova hipostasia a operar tão simplesmente um deslocamento de uma perspectiva objetivista para uma subjetivista, tão assente numa autonomia absoluta quanto o que se quer combater: “proclamada a morte do autor e do sentido intencional da obra, o cidadão reclama o direito de se apossar dela tal como o crítico, uma vez que este não lhe pode já prometer uma descodificação única e certa.” (CRUZ, 1986: 03).

Assim, é que chama a atenção o fato de a perspectiva crítica que orienta os estudos da Estética da recepção poder configurar uma nova fala de aspectos já nomeados, dando a impressão de nada acrescentar de inédito. Justamente por isso, a autora defende que se trata de compreender e destacar as interações intercompreensivas e interconstitutivas entre textos, sujeitos e realidades; de um paradigma interacionista para a comunicação: “falar da interacção nos parece implicar mais, tanto o texto como o sujeito, num processo que põe precisamente em causa a autonomia de ambos. [...] Um sentido onde obra e leitor se implicam”. (CRUZ, 1986: 05)

Coloca-se, portanto, a necessidade e desafio de se pensar “o sujeito como submetido a condicionantes que lhes são estranhas e que, portanto, vem contaminar a sua identidade: aquelas que lhe advem do objecto e aquelas que lhe advem do momento histórico em que se situa”. (CRUZ, 1986: 05). De saída, esta possibilidade epistemológica não representa nada de novo, se se tem em vista, por exemplo, as contribuições da linguística e da psicanálise para as quais o tema do sujeito e do objeto como construções históricas imbricadas incondicionalmente um no outro já eram tão caros desde muito antes; já nos primórdios da segunda metade do século XX, pelo menos.

A ênfase na exterioridade do texto será o ponto crucial, portanto, de diferença da empreitada que se enuncia:

o ponto em que uma estética da recepção rompe então com a autonomia do sujeito e da obra é o da constituição do sentido, que nos urge como um processo de troca entre ambos, em função de determinantes que nos vem tanto do lado do texto, com as suas orientações de sentido como do lado do sujeito historicamente situado, com o seu horizonte de expectativas” (pág. 06)

3.4- O texto como jogo: a dialética da pergunta e da resposta nas narrativas jornalísticas

Coloca-se aqui a desconcertante urgência, para o horizonte de matrizes epistemológicas até então aparentemente tão bem resolvidas, de se pensar a experiência do próprio encontro com o texto; o desafio da leitura, em dimensão dupla e intrinsecamente associada e, por sua vez, implicada não mais numa noção de acontecimento como um exterior ao qual o texto se refere – como numa saga em busca do referente e do leitor ideal esquecidos –, mas como o efeito do encontro interconstitutivo entre texto, leitor, autor e realidade. Uma perspectiva que nos remete ao texto como jogo, tão cara à Iser, e que, ao modo de uma “mostração”, se tentará ilustrar no próximo capítulo.

Ao dispor o conceito de jogo sobre a representação, “enquanto conceito capaz de cobrir todas as operações levada a cabo no processo textual”, ISER (2002, p. 107) afirma ser o texto resultado de um ato intencional pelo qual um autor se refere e intervém em um mundo existente, mas ainda não acessível à consciência e, por isso mesmo, é identificado e esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e interpretá-lo.

Assim, o jogo do texto não é nem ganho, nem perda, mas sim um processo de transformação das posições que dá uma presença dinâmica à ausência e alteridade da diferença. Em consequência, aquilo que o texto atinge não é algo pré-dado, mas uma transformação do material pré-dado que contém. Se o texto acentua a transformação é ele obrigado a ter uma estrutura de jogo, pois doutro modo a transformação teria de ser subsumida a uma armação cognitiva, com a destruição de sua própria natureza. (ISER, 2002, p. 115)

Para Costa Lima (2002), o texto como jogo é o efeito; “produto de valores e intenções”, atualizado pelo leitor, realizado nele, e que o orientará a dar sentido à indeterminação:

o texto, literário e artístico, tem, pois, como primeiro efeito converter o habitualizado em estranho. (...) Dizer, portanto, que o significado do texto literário é engendrado no processo de leitura (ibidem, 229) significa que (...) a indeterminação incorpora uma condição elementar do efeito. (ibidem, 230, grifo meu). O efeito está plantado na estrutura da obra e será

atualizado de acordo com o “horizonte de expectativas” (expressão não usada por Iser) de seu receptor. (COSTA LIMA, 2002: p. 24-25)

Ora, mesmo a se considerar que Costa Lima (2002) enfatiza seu foco no texto literário, pode-se dizer que a histórica e nenhum pouco consensual relação entre jornalismo e literatura continua a apontar para o fato de que ambas são uma “apresentação da realidade em desenvolvimento”; que numa como noutra, a legitimidade e autoridade do dizer residem, sobretudo, no jogo. Ou, no dizer de Luiz Gonzaga Motta,

O trabalho da narrativa não consiste, pois, em aproximar-se com segurança do mundo, mas sim em ordenar, em confronto com o mundo, a visão que o sujeito faz dele, porque esse sujeito quer agir em função de sua própria visão de mundo, que ele assume como verdadeira, pelo menos enquanto outra não venha substituí-la. (MOTTA, 2012: 235-236)

Se o texto, como narração do mundo e tessitura de sentido, não pode se restringir e nem se ancorar numa relação de especularidade e semelhança com aquilo que nele mesmo se narra, a afirmação da leitura como ato compreensivo-expressivo das transformações históricas do mundo será o *leitmotiv* para se compreender que

(...) a narrativa jornalística é um caso exemplar de experimentação da realidade porque permite apreender rapidamente a complexidade do mundo imediato e configurá-lo em enredos minimamente coerentes, coloca-los à prova, instituir verdades efêmeras que serão refeitas, constituindo a instável atualidade. (...) Há uma provisoriedade inerente ao processo porque ele se realiza na experiência fugidia do coetâneo. (MOTTA, 2012: 233)

O jogo do texto, tal como o compreende Iser, implica uma noção de acontecimento – ficcional ou real – que se ancora, por sua vez, não numa relação de primazia e exterioridade ao narrar. Antes, “o mundo repetido no texto é obviamente diferente daquele a que se refere, quando nada porque, como repetição, deve diferir de sua existência extratextual [...] porquanto nenhuma descrição pode *ser* aquilo que descreve”. (ISER, 2002: 107, grifo do autor)

Poder-se-ia, então, perguntar pelas consequências interpretativas desta concepção do texto como jogo e se, ao afirmá-las, não se estaria a postular uma indeterminação caótica e desestruturante da linguagem em sua relação com o mundo que, especialmente no que tange à narrativa jornalística, causaria tamanha perturbação que nos levaria de volta ao porto seguro da notícia como especularidade.

De outro lado, há que se considerar se não é mesmo este estranhamento o horizonte de possibilidades que conduzirão o texto à abertura para a Experiência. Afinal, a indeterminação como condição elementar da própria narrativa e de seus efeitos ou modos de interpelação, constitui uma base elementar do dizer e contar sobre o mundo. E isto parece valer tanto para a narrativa fictícia quanto para a narrativa jornalística, sobretudo quando se considera que tanto numa quanto noutra subjaz a realidade. O que as distingue, então, parecem não ser nem a verossimilhança, nem a verdade como horizontes de sentido privilegiados em cada uma delas, mas

a dupla operação de imaginar e interpretar [que] faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as muitas formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações. Pois não importa que novas formas o leitor [assim como o narrador] traz à vida: todas elas transgridem – e, daí, modificam – o mundo referencial contido no texto. (ISER, 2002: 107)

4. A experiência das narrativas

Ingressei no curso de Comunicação Social/ habilitação em Jornalismo da PUC-Minas no ano de 1987, pouco depois da queda do regime ditatorial militar; da qual tomo como marco a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República, em janeiro de 1985, que vigorou no Brasil por duas décadas, mas cujos ventos e simbologia ainda então se faziam sentir. Escolhi o jornalismo impulsionada por um conjunto desorientado de razões – desejo de mudar o mundo; gosto pela leitura e pela escritura; vontade de reportar, estar e testemunhar alguns dos acontecimentos mais importantes do País; e, aliado ou não a todas as alternativas anteriores, porque, ainda que não soubesse como e nem porque, queria narrar algo sobre o mundo; queria a experiência da narrativa, enfim.

Numa das aulas iniciais do segundo semestre do Curso, e na primeira das atividades da primeira disciplina ‘específica’ da formação (ou habilitação) em Jornalismo, tive que escrever um texto jornalístico cuja pauta seria de minha livre escolha; desde, claro, que tivesse algum interesse público ou representatividade para a comunidade mais próxima (a comunidade acadêmica da própria PUC) ou nem tão próxima geograficamente, mas social e culturalmente (os bairros circunvizinhos à Universidade, a cidade de Belo Horizonte, o estado de Minas Gerais, o Brasil, o mundo...); livre, portanto, desde que atendesse a critérios de noticiabilidade, que eu, até então, conhecia superficialmente, mas a cuja gramática normativa minha narrativa ainda não tinha se adequado.

Escolhi escrever sobre a reforma da sala de teatro - na qual aconteciam as aulas da disciplina de mesmo nome, obrigatória então na grade curricular – e sua importância na construção da memória e identidade do Curso. A representatividade daquela sala anunciava-se já nos seus corredores de acesso, cujas paredes eram forradas por ondas coloridas e que formavam uma espécie de túnel ‘psicodélico’ que remetia à cultura comportamental e histórica da década de 1970, quando, inicialmente como Escola de Cinema, se achavam as origens do curso de Jornalismo da PUC-Minas, marcado, como, de modo geral nos Cursos de Comunicação no Brasil e na América Latina, pela resistência política ao regime militar, pela

construção de um saber comunicacional profundamente orientado pela crítica e por uma preocupação em compreender o jornalismo²⁰:

É entre o final dos anos 60 e início dos 70 que se inaugura uma reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação, pois as condições estruturais do subdesenvolvimento passam a consideradas e incorporadas na análise dos meios. A marca da reflexão é o panorama político da região. (...) É neste contexto contraditório – de sonho e luta pelo socialismo e de intervenção militar e do capital norte-americano – que a Comunicação de Massa, como investimento econômico e projeto de dominação, é introduzida e sedimentada no continente. Comunicação identificada com a televisão (e esta com a modernização), e com o financiamento norte-americano (e este com o desenvolvimento), formando o pano de fundo e a motivação para a produção de uma pesquisa crítica sobre o projeto de comunicação massiva que se instalava e ganhava adesões. (BERGER, 2001: 248)

Assim, na década de 1980, os estudos comunicacionais, devedores das pesquisas realizadas nos anos anteriores, priorizavam temas como os sistemas transnacionais e seu poder de manipulação ideológica, a comunicação alternativa e popular, com suas possibilidades de intervenção e transformação política e cultural a partir dos movimentos sociais, e a “problemática das políticas públicas de comunicação”.(BERGER, 2001: 266). Contudo, estes ventos da pesquisa sopravam de modo ainda muito incipiente e tímido nos cursos de graduação em Comunicação que, orientados pela Resolução 002/84 do Conselho Federal de Educação (CFE) que instituíra a exigência de um currículo mínimo, eram fortemente marcados por uma dicotomia teoria X prática, com forte predomínio de uma tendência tecnicista. Resulta daí que se restringia, no mais das vezes, o estudo do jornalismo ao que Cremilda Medina (1988) chama de “conhecimento do fenômeno técnico

²⁰ Destaca-se, neste sentido, o trabalho pioneiro do CIESPAL – Centro Internacional de Estudios Superiores do Periodismo para América Latina, sediado em Quito, no Equador e que congregava pesquisadores e profissionais em cursos voltados ao aperfeiçoamento dos jornalistas e comunicadores. Em que pese muitas as muitas críticas feitas ao Centro - por suas origens na política norte-americana de contenção do avanço do socialismo na região, bem como ao seu modelo difusionista e instrumental de comunicação - não há como negar a contribuição do CIESPAL na formação das primeiras gerações de pesquisadores da área, no pioneirismo de se constituir um pensamento comunicacional em diálogo profundo com as raízes latino-americanas e não mais ancorado na mera transposição de paradigmas do Hemisfério Norte, dentre outras.

imediatos”; centralizado num aprendizado instrumental e orientado pela busca de uma eficiência capaz de atender às necessidades do mercado²¹.

Este [o mercado jornalístico], por sua vez, vivia, naquela década, intensa movimentação estrutural-financeira, assente em fusões, *joint ventures*, cruzamento de ações e propriedades; os quais, por sua vez, inserem-se no processo de internacionalização e integração econômica, política, social e cultural, a que se chama de globalização.

As organizações econômicas, políticas e culturais, compreendendo empresas, conglomerados, bancos, *tradings*, mídia impressa e eletrônica, universidades e outras (...) ordenam e reordenam as economias e as sociedades segundo razões próprias, independentes de conjunturas e/ou estados locais, regionais ou nacionais. (IANNI, 1999: 44-45).

Tais mudanças implicaram, no que tange ao foco de interesse específico desta tese, no recrudescimento do controle da produção e distribuição dos conteúdos por grupos econômicos cada vez mais fortes e concentrados. Também devem ser considerados outros fatores, como o aumento dos custos de produção devido às necessidades de modernização e reestruturação em todos os níveis da indústria midiática –com especial vigor na sua estrutura tecnológica; aumento e diversificação do campo das mídias, com a multiplicação de publicações num mercado segmentado por nichos de consumo; e o incremento das sinergias e de uma economia informacional em escala global – implicando tanto o aparecimento de maiores expectativas e exigências por parte do consumidor quanto o aumento da competitividade e incentivando a concentração e internacionalização das empresas.

Como resultado, assistiu-se à emergência de uma produção noticiosa fortemente marcada pela alta competitividade, pelo ritmo acelerado das inovações tecnológicas, e que exigiam recursos cada vez maiores, impactando a autonomia e a ética jornalística: o valor mercantil da notícia se

²¹ Exemplar desta concepção tecnicista da formação do jornalista, é o fato de que na grade curricular, a maior parte das disciplinas específicas do Jornalismo era voltada ao treinamento de técnicas de redação, diagramação e edição, baseada em exercícios de adestramento da capacidade narrativa dos alunos às normas e estilos dominantes exigidas pelas empresas jornalísticas. Somente a partir dos anos 2000, especialmente depois da implantação das Diretrizes Curriculares de 2002, é que, por exemplo, disciplinas voltadas às Teorias do Jornalismo passaram a ser sistematicamente incluídas nas grades dos Cursos.

sobrepõe ao seu valor social, à ideia de interesse público, de modo que, por exemplo, a seleção dos acontecimentos noticiáveis se dá por critérios “vendáveis”²².

No Brasil, sintetizado no discurso de uma segunda modernização²³ da imprensa, todo este processo resultou, a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, na adoção, com maiores rigor e vigor, do modelo de jornalismo comercial norte-americano, baseado na concepção da notícia como mercadoria e orientada por objetivos de rentabilidade, produtividade e maximização lucrativa e de audiência: “o trabalho passou a ser medido pelo princípio do desempenho, que deixou cada vez menos espaço para a ação individual do jornalista, expropriado em seu poder pela crescente iniciativa da empresa de notícias - esta sim, o grande sujeito da notícia”. (RIBEIRO, 2001: 53)

Ora, evidentemente que o recrudescimento deste modelo de produção fez-se acompanhar pela hegemonia de um modelo narrativo orientado pelos mesmos objetivos e pela reafirmação e sobrevalorização ideais da objetividade, da neutralidade, do assujeitamento na terceira pessoa e pela mecanização tecnicista, padronizada e dogmatizada do texto. Deste modo, é que a estrutura narrativa do *lead*, que começara a ser implantado no Brasil no final da década de 1950, e a adoção dos Manuais de Redação coincidem “com a quebra do tônus criativo da resistência cultural no trabalho jornalístico”; como nos lembra MEDINA (2003: 32).

As empresas, então voltadas para a modernização tecnológica (a era da informatização), passam a tolher o que de forma quase orquestrada consideravam ímpetos esquerdistas extemporâneos. Perdem-se ou se atrofiam as grandes narrativas e se valorizam os projetos técnicos formais como, por exemplo, os recursos de computação gráfica, a fórmula da notícia curta, descarnada, os gráficos de quantificação sobre os comportamentos humanos. Histórias

²² Uma densa e elucidativa discussão sobre as questões aqui apresentadas se acham em Correia, F. **Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

²³ As pesquisas mais recentes sobre a história da Comunicação e do Jornalismo no Brasil apontam como marco da primeira modernização a década de 1950, “quando, principalmente, a partir do Rio de Janeiro, o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário. A imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião” (Ribeiro, 2003: 31).

de vida que dão sentido aos contextos sociais ficam à deriva perante à pirotecnia visual e gráfica.

Neste contexto é que ganha sentido a referência àquela minha primeira incursão no texto noticioso, que, desconfio, muito intensamente orientou, numa inspiração avessa, toda a minha relação posterior com a narrativa jornalística. Chamo-a de inspiração avessa porque meu texto foi publicamente apresentado pelo professor da disciplina Técnicas de Redação Jornalística I, com o devido ocultamento da autoria, como o exemplo cabal do que **não poderia ser** um texto jornalístico. Isto porque, como o docente fez questão de ressaltar, apesar da correção gramatical, de ter conseguido ‘contar um estória’ e expressar a importância daquele ‘lugar de memória’, minha narrativa não atendia às exigências formais do *lead* e da pirâmide invertida; cânones narrativos, se não absolutos, certamente com preponderância e autoridade metonímicas.

Mais uma vez, Cremilda Medina elucida o que vem a ser e o que implica este ‘adestramento’ do estudante:

As técnicas de trabalho – as que informam o aprendiz de Jornalismo – pecam por esquematismo tanto no que se refere às decisões éticas quanto à inventividade estética. Aplica-se o modelo mental *quem, o quê, quando, onde e por quê*, equaciona-se a notícia por um *lead* sumário (abertura da matéria jornalística) e narra-se um fragmento da história por meio da pirâmide invertida. (...) No entanto, qualquer situação-limite da humanidade provoca nos jornalistas lúcidos e nos analistas uma angustiada reflexão a respeito da herança e da modernização técnica e tecnológica. (MEDINA, 2003: 36)

Ou seja, comecei a viver naquela primeira experiência com o texto jornalístico as “atrofias que impedem a criatividade” de que Medina (2003: 34) fala com precisão e que me desafiaram desde então a buscar compreender, posteriormente no mestrado²⁴ e agora neste doutoramento, questões ligadas

²⁴ A dissertação de mestrado que apresentei ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, intitulada “*O Mundo possível da tela: representação, realidade e referência nas poéticas Tecno-informáticas*”, tinha como foco específico os processos de produção de sentido deflagrados pelas chamadas imagens infográficas, procurando demonstrar que categorias de interpretação baseadas em rígidas dicotomizações - real x virtual, simulação x representação - limitam a possibilidade de uma análise mais ampla da novidade que elas engendram. Assim, já se mostravam ali as inquietações com alguns dos temas abordados nesta tese, como por exemplo, a crítica à ideia de representação como reprodução especular de uma realidade objetiva, e que lhe é anterior e exterior, e a aposta na concepção do real como um conjunto de eventos, fenômenos, fatos, coisas, subjetividades e discursos que se instituem numa dinâmica de relacionalidade constante.

ao universo epistemológico, histórico, simbólico, paradigmático, existencial, à visão de mundo, enfim, nas quais se inscreve e se institui a comunicação midiática ²⁵ -, em especial, o jornalismo como narrativa da contemporaneidade²⁶.

E, como discutido no capítulo anterior, esta visão de mundo tem suas matrizes na modernidade: o jornalismo, como figuração primeira da comunicação midiática, é “inscrito na trajetória nitidamente assinalada pela Modernidade, foi construindo sua linguagem segundo os postulados da racionalidade” (MEDINA, 2008: 17).

Assim, é que, muitas vezes, na contramão do horizonte imediato prefigurado pelas potencialidades interativas das redes digitais, que apontam para uma nova situação comunicacional – passagem de um modelo de “um para muitos” para outro de “muitos para muitos” – , tem-se mostrado ainda hoje, contraditoriamente e com mais força e veemência, a necessidade e paradoxal incapacidade de se responder às “experiências cotidianas da dor ou da alegria, dos comportamentos humanos, os espantos da crueldade – eis alguns dos temas que desafiam a sensibilidade, a sutileza e o sentimento incômodo das mentes abertas às incertezas”. (MEDINA, 2008; 29)

Tais desafios e necessidades, no caso da notícia, como categoria por excelência da narrativa jornalística, acharam-se limitados desde seus princípios históricos à sua concepção como estertor do narrar, num

²⁵ Acolhe-se aqui a delimitação muito precisa que Venício A. de Lima (apud Kunsch, 2007: 56) faz do que está em foco na questão comunicacional moderna: “A comunicação cujo campo de estudos nos interessa é aquela que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui numa das importantes características da modernidade. Vale dizer, a comunicação que se distingue da comunicação humana *stricto sensu* pelo uso de tecnologias específicas e pelo surgimento de instituições. Contemporaneamente é aquela a que se convencionou chamar meios de comunicação de massa (mass media) ou mídia”.

²⁶ O termo é adotado por Cremilda Medina para se referir ao trabalho jornalístico, de modo mais amplo, mas com especial ênfase especial aquele pautado pela mediação dialógica e que se confronta com as limitações técnicas, estéticas e compreensivas impostas pela racionalidade esquemática e fragmentadora na qual se assenta modelo formulaico e dogmático do *lead* e da pirâmide invertida. Sua adoção se fundamenta nas várias experiências laboratoriais do saber plural desenvolvidas pela autora, nos projetos “Novo pacto da Ciência” e “São Paulo de perfil”, a partir da década de 1980: “Durante três décadas, vem se desenvolvendo uma pesquisa de narrativa da contemporaneidade que procura mapear tendências de expressão entre alunos de graduação e de pós-graduação provenientes de comunicação social e de outras áreas do conhecimento (...) Nos estudos de grupo que se sucedem a cada experiência constata-se os obstáculos partilhados por todos: a racionalidade analítica é pobremente informada e daí, em lugar de argumentos elaborados, complexos, ocorrem conceitos dogmáticos ou afloram preconceitos ideológicos...” (MEDINA, 2006: 69-70)

encarceramento de seus sentidos e possibilidades às condições históricas e societárias em que o mundo referencial se restringiu, a despeito do alargamento de seus fluxos comunicativos, políticos, econômicos e culturais. Tanto o pensar quanto o fazer da narrativa jornalística ainda tem que prestar contas à chamada viragem e consolidação da Modernidade, quando o experienciar do mundo e suas formas de conhecimento e compreensão passaram a se fixar nos parâmetros da ciência; especificamente na sua concepção positivista-comteana.

Ao refletir sobre a persistência e herança das ideias de René Descartes e Auguste Comte, no fazer e narrar do jornalismo e, de modo mais abrangente, da comunicação midiática, como bases primordiais da visão cientificista que configurou o horizonte de compreensão e cognoscibilidade do mundo contemporâneo, Medina constata que

No século XIX se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social. O signo da divulgação que rege a relação ciência-sociedade se estrutura numa concepção e prática semelhantes aos discursos que informam sobre a atualidade”. (MEDINA, 2008: 18)

Na reflexão da autora, a concepção de conhecimento dominante entre os epistemólogos contemporâneos, mesmo quando o querem negar, ainda tem como horizonte a afirmação e defesa/busca daquelas gramáticas. Assim, a despeito do “caos dinâmico” e dos desafios e tentativas – que se colocam como ordem do dia – de compreensão de atos emancipatórios” e experiências societárias imprevisíveis, a dureza e defesa do estado positivo permanecem como fundamentos da metodologia atual. “Estava selado, no fim do século XIX, o estatuto das ciências numa estrutura piramidal que até hoje aflige os epistemólogos do saber plural”. (MEDINA, 2008: 21)

E é esta mesma base epistemológica que constitui os horizontes e matrizes dominantes na formação dos jornalistas, ainda fortemente marcada por uma dicotomia teoria X técnica e pela defesa do seu narrar como retrato fiel da realidade:

Das ordens imediatas nas editoriais dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas de jornalismo,

reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Augusto Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. (...) A análise das insuficiências profissionais ou institucionais e a proposta de formação dos jornalistas (...) não supriram a sociedade da informação (mecânica) de plena inteligência (natural)". (MEDINA, 2008: 29)

As marcas desta referência epistemológica na gramática da narrativa jornalística são bastante claras: a noção de real como coisa e a consequente crença numa relação objetiva com o real; a tendência de redução do dizer jornalístico ao mero diagnóstico do acontecimento social; "a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados". E complementa de modo ainda mais eloquente: "Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista". (MEDINA, 2008: 25)

Ora, o problema - não exclusivo dos estudos da Comunicação, mas atravessa a produção do conhecimento das Ciências humanas e sociais, de modo mais abrangente - que se aprofunda e se intensifica no campo do jornalismo é que as sempre mais aceleradas e efêmeras mudanças que configuram os contextos de Experiência, especialmente a partir da segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, não só exigem um esforço de reflexão e interrogação sobre as gramáticas normativas que até então orientaram e orientam o pensar e o fazer jornalísticos. Antes, estas transformações implicam em demanda muito clara e específica:

Os impasses e os trágicos contextos que as sociedades viveram no século XX, reforçados pelas mazelas e pelos desafios do século XXI, (...) e todas as pautas da contemporaneidade demandam mais as narrativas autorais densas e tensas do que as promessas da verdade simples e precisa. (MEDINA, 2008: 28).

Neste contexto, e a considerar, como discutido anteriormente, que a linguagem e a narrativa podem aceder à condição de constituição e abertura

da experiência e compreensão do mundo, pode-se então, avançar na hipótese de que a narrativa jornalística está mais próxima de um perguntar sobre o movimento do mundo e sobre o mundo em movimento, colocando, por conseguinte a realidade à prova pelo seu confronto com quaisquer horizontes pretensamente seguros e certos; seja o senso comum, o mito, a ciência ou qualquer outra forma simbólica...

O jornalista fala no/do mundo pretensamente de modo intencional e orientado por uma racionalidade instrumental e objetiva, que o autoriza como narrador e o identifica como profissional. No entanto, muitas vezes, o seu narrar pode mobilizar muito mais a sensibilidade, o não racionalizável e o indizível, num experimento que acaba por colocar em xeque aquele mesmo tecnicismo esquemático que se consagrou como sinônimo do próprio jornalismo.

O embate se trava no momento em que é preciso abandonar o conformismo das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e/ou acadêmicos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano. Inverter a relação sujeito-objeto do técnico em informação de atualidade para a relação sujeito-sujeito do mediador social, para além de um problema epistemológico, é uma fogueira em que se queimam as certezas, as rotinas profissionais, o ritmo mecânico do exercício jornalístico. (MEDINA, 2003: p. 40)

Fazer este movimento significa abandonar as ilusões e considerar que, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais e suas potencialidades comunicativas abrem os horizontes compreensivos da experiência, a persistência da gramática expositiva da objetividade acusa, paradoxalmente, a necessidade de decifrar e narrar a complexidade dos acontecimentos noticiáveis. Não a toa, a chamada geração digital, que hodiernamente acede à formação profissional via universidade, se espanta e paralisa ao ter que adequar suas potencialidades narrativas a um modelo com o qual e no qual não se reconhece. Isto é, inúmeras vezes, o aluno de jornalismo manifesta seu espanto e atordoamento frente ao fato de escolher este curso mobilizado pela sua capacidade e vontade narradora e ter de se haver com o adestramento e encarceramento desta mesma potencialidade em gramáticas e modelos que as negam.

Neste sentido, estabelecem-se, conforme apontado na introdução desta tese, como base empírica das reflexões aqui apresentadas os livros-reportagem defendidos como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no segundo semestre de 2012. Num primeiro momento foram então considerados os 12 livros-reportagens produzidos e apresentados naquele período. Foram eles:

- A Companhia que leva à Solidão – Compulsão: as diversas faces de uma doença incurável;
- Chronos: entre o Era uma vez e o Felizes para sempre;
- Construções afetivas: os desafios da maternidade nas ocupações urbanas;
- Laços de luta: políticas públicas e cultura de minorias no Brasil;
- Memória Leiload: Bastidores da Bloch Editores;
- O oculto do mistério: Uma reportagem-experiência sobre a Casa Dom Inácio de Loyola;
- O segredo está na próxima reunião;
- Outrora;
- Resquícios e retratos: o manganês e a memória social de Serra do Navio;
- Sob ameaça: histórias de violência contra jornalistas no Brasil democrático;
- Três segundos: memórias da tragédia do voo JJ 3054; e
- Viemos para confundir: perfil da nova geração da música popular brasileira.

Todos os livros, bem como os relatórios científicos que os acompanham, foram lidos e analisados com base nos seguintes movimentos - estabelecidos a partir das reflexões de Medina (2003), Motta (2007) e Bird e Dardenne (1995) e como também já apontado na Introdução:

a) **A articulação das vozes constituintes da estória:** busca-se perceber se a narrativa constitui-se e se orienta pela democratização das vozes via mergulho e valorização do protagonismo anônimo ou se há um predomínio dos protagonistas oficiais, de modo a se estabelecer uma hierarquia entre as vozes que constituem o acontecimento narrado, com primazia e construção de autoridade apenas daqueles institucionalizados;

b) **O horizonte epistêmico da narrativa:** donde se pretende compreender se o texto efetivamente constitui-se numa construção cultural que apenas reforça e privilegia uma explicação racional-científica da realidade ou se, ao contrário, constitui um diálogo multifacetado entre o saber racional-científico e as demais formas simbólicas de construção e interpretação do mundo; ou seja, nas palavras de Medina, se se dá no texto “a passagem da objetividade esquemática e burocrática à complexa e supreendente subjetividade dos que vivem os acontecimentos;

c) **A construção e aprofundamento do contexto histórico do acontecimento:** buscando-se perceber se a narrativa fundamenta-se numa facticidade isolada ou procura articular as complexas e múltiplas relações espaço-temporais e culturais inerentes ao devir histórico; se se efetiva a contextualização das ações humanas na rede de forças que lhes subjazem, em detrimento de sua fragmentação;

d) **O acolhimento ou recusa dos conflitos:** trata-se aqui de identificar se a narrativa pauta-se pela visibilidade dos diferentes interesses e visões de mundo que perpassam os acontecimentos, privilegiando a sutileza das intercausalidades e o diálogo, muitas vezes angustiado e resistente, das diferenças ou se continua a se ancorar no determinismo de fatores políticos e econômicos;

e) **A perspectiva temporal que orienta a construção do sentido:** este procedimento procura aceder ao entendimento de como se articulam a trama de tempos (cultural, mágico, mítico etc.), em vez da cristalização em um presente pontual ou num momento avulso, e os variados saberes e visões de mundo, de modo a ressaltar a força das identidades culturais na produção simbólica, ou se reafirma a ruptura do saber especializado com o saber comum, de modo a absolutizar um sentido único para a estória.

Após leitura e análise de todos, percebeu-se claramente que em sete deles, não obstante sua preferência por um formato mais afeito ao aprofundamento, experimento e autoralidade, predominava a mesma racionalidade esquemática que orienta as técnicas de apuração e formas de narrar canonizados pelo chamado jornalismo industrial: a primazia às fontes oficiais em detrimento do protagonismo anônimo; a insistência numa monocausalidade e ou determinismo de fatores políticos, econômicos e de

uma explicação cientificista para os fenômenos; a ausência de uma interação dialógica e afetiva entre o Eu e o Tu, concretizada no assujeitamento na terceira pessoa e no escamoteamento do narrador pelo recurso às vozes institucionalizadas; a falta de uma contextualização das histórias individuais em universos espaço-temporais e culturais mais amplos; dentre outros.

Assim, procedeu-se a um novo recorte, priorizando-se aqueles livros nos quais se percebe mais claramente uma aproximação ou tentativa de aproximação com a abertura da narrativa aos horizontes compreensivos; ensejando assim uma perspectiva comunicacional mais relacional e constitutiva e menos descritiva e difusionista; em conformidade portanto com as questões teórico-metodológicas que orientam esta tese. Ressalte-se ainda que não se orientou aqui por uma escolha dos livros que apenas confirmassem estes questionamento e suas hipóteses, mas por narrativas que ensejassem além daquela abertura, maiores contradições também. Além disso, se considerou ainda o fato de que em todos eles se constroem perfis jornalísticos e se dialoga com a memória, social ou individual, como base para a compreensão do acontecimento que se quer narrar. Outra característica comum são os seus processos de apuração, baseados em entrevistas dialógicas e em viagens até os locais onde vivem seus personagens para maior aproximação com o seu universo cotidiano. A partir daí, é que se chegou aos cinco livros que embasam os resultados da análise. São eles:

- *Memória Leiloadas: Bastidores da Bloch Editores*: O livro aborda a relação entre fotojornalismo e memória nas publicações do extinto grupo Bloch Editores, que chegou a ser um dos maiores conglomerados de comunicação do País, responsável por publicações de grande relevância na história da imprensa brasileira, como as revistas Manchete e Fatos e Fotos, por exemplo. O grupo, que iniciou suas atividades no início da década de 1950 e decretou falência em 2000, teve como uma das suas características mais marcantes o investimento no fotojornalismo, o que o levou a constituir um acervo de mais de 12 milhões de fotografias. E é justamente a controvérsia que envolve o leilão deste acervo, realizado em

- 2010, o gancho para narração da sua história, por meio dos perfis de ex-funcionários que trabalhavam diretamente com fotografia.
- *O oculto do Mistério: Uma reportagem-experiência sobre a Casa Dom Inácio de Loyola*: Trata-se de narrativa sobre a busca da cura espiritual na Casa Dom Inácio de Loyola, localizada no município goiano de Abadiânia e considerado o maior hospital espiritual do País. Para a produzir, as autoras imergiram no universo abordado: não só participaram de duas excursões ao município junto com outras pessoas que buscavam o tratamento, como passaram por muitos dos rituais que o marcam. O resultado é um livro-reportagem que apresenta perfis da Casa e de personagens que moram ali, bem como de pessoas que buscam o tratamento e de outras que dizem já estar curadas, além dos relatos sobre as suas próprias percepções da vivência que tiveram.
 - *Outrora*: o livro, também baseado em perfis, aborda o cotidiano de nove personagens que vivem em casas de repouso. São narradas as suas histórias de vida, bem como as doenças e problemas que marcam o processo de envelhecimento e como percebem sua rotina e a separação de seus familiares. Para tanto, utilizou-se a técnica de observação participante e de histórias de vidas, resultando numa narrativa ancorada na primeira pessoa e, em dois casos, a construção de um personagem narrador.
 - *Resquícios e Retratos: o manganês e a memória social de Serra do Navio*: Neste livro, se narra a história da cidade amapaense de Serra do Navio, que, criado para viabilizar a exploração do manganês pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios SA), empresa que, para cumprir as exigências do contrato de extração e beneficiamento do minério, firmado com o governo Federal em 1947, transformou o local num símbolo de qualidade de vida, por meio de investimentos na infraestrutura urbana, segurança pública, sistemas de saúde e

educação. No entanto, menos de 50 anos depois, em 1998, a precoce exaustão do minério ocasionou a falência da empresa e a decadência econômica da cidade. Assim, a narrativa busca reconstruir esta história com base nos relatos de memória e nos perfis de alguns dos moradores que lá permaneceram e que tiveram e ainda têm como uma das bases importantes das suas vidas a relação com a exploração do manganês pela ICOMI.

- *Três segundos: memórias da tragédia do voo JJ 3054*: Também com foco na memória, o livro constrói seis perfis de familiares das vítimas do acidente do voo JJ 3054 da TAM, que em 17 de julho de 2007 matou 199 pessoas, numa das maiores tragédias da aviação civil brasileira. A cerimônia de inauguração da Praça Memorial 17 de Julho, construída em homenagem às vítimas, no local em que avião se chocou com o hangar da TAM Express, é o fio a partir do qual se narra como está a vida dos familiares cinco anos após o desastre, bem como suas memórias do dia do acidente e dos parentes que perderam.

Importante informar, ainda, que se optou por não nomear seus autores; não só porque o foco da análise é a narrativa e suas estratégias de interpelação do leitor para constituir o texto como jogo, mas também porque não se trata de destacar desempenho e ou qualidades individuais mas de tomá-los como representantes de uma nova geração de narradores que comungam, além disso, da mesma matriz pedagógica de formação (o projeto do curso), como explicado na Introdução desta tese.

A seguir, os resultados da análise que foram organizados numa perspectiva de “mostração” mais do que de demonstração. Isto é, buscou-se construir uma narrativa destes resultados a partir da ideia mesma do texto como jogo, já que para Iser “o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura”. Assim, tais hiatos e lacunas exigem que a negociação se dê por uma interação entre o que está expresso e o que não está, de modo que a apresentação dos resultados da análise intenta acionar o leitor da tese para também entrar no jogo. “O não expresso

impulsiona a atividade de constituição do sentido, porém sob controle do expresso. Expresso esse que também se desenvolve quando o leitor produz o sentido indicado” (ISER, 2002: 162).

4.1- Resultados da análise

4.1.1- A articulação das vozes constituintes da estória:

É bastante comum na narrativa jornalística, principalmente quando se trata da construção de perfis, que as vozes sejam fortemente individualizadas, o que não ocorre nos livros analisados. Antes, as vozes se tecem de tal modo na narrativa que, protagonistas que são da história que contam, os personagens se tornam como que coadjuvantes dela mesma. Suas histórias pessoais tornam-se o esteio para as histórias coletivas: a construção do acervo fotográfico da Bloch editores; a busca da cura pela espiritualidade na Casa Dom Inácio de Loyola; a experiência da velhice numa casa de repouso; a história do município de Serra do Navio, no Amapá, e sua relação com a exploração do manganês; o acidente do voo JJ 3054 da empresa aérea TAM em São Paulo. Os trechos a seguir tornam claro o resultado deste movimento de dessubjetivação individual em prol de uma subjetivação cultural operado na narrativa:

Marcia Aparecida Soares chorava silenciosamente durante a missa da inauguração da Praça Memorial 17 de julho. De cabeça baixa, emocionava-se com o ritual e as lembranças do dia do acidente. A mãe da comissária Michelle Leite, de 26 anos na época, destaca a luta da AFAVITAM (Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAM JJ 3054) e a relevância do local.

“Isso já é um registro para as pessoas que não vão esquecer aquele acidente. Todos que passarem aqui vão lembrar que morreram 199 pessoas. Elas estavam se divertindo ou trabalhando, mas estavam usando um transporte que confiavam”. (Três segundos, p. 11)

A escuridão, que antes preenchia só o laboratório, tomou conta do prédio inteiro.

Breu!

Na sala escura, o revelador ia pintando de preto o papel fotográfico branco e o borrão tomava forma em meio às reações químicas. Aos poucos, rostos, objetos, sombras, surgindo. (...) O papel ganha dimensão, vida, história... É história.

Revelei diversos filmes, tantos que não tinha expectativa nenhuma em esperar a imagem que se formaria, ao contrário dos fotógrafos, que aguardavam ansiosamente, como se cada foto fosse o primogênito. (Memória Leiloadada, p. 21)

Também é notável que representantes oficiais e especialistas não integram as vozes priorizadas nas narrativas, aparecendo de forma suplementar e sempre de modo a referendar e/ou reforçar as vozes dos protagonistas anônimos. Claramente se apresenta aqui uma espécie de inversão do que predomina nas narrativas jornalísticas, que tendem a hierarquizar as vozes pela primazia às fontes oficiais. Na maior parte das vezes, busca-se construir um entrelaçamento das vozes, como se pode ver nos trechos a seguir:

Cortada pela BR 060, há quem fale que a cidade pode ser dividida entre o lado católico e o lado espiritual, onde fica a Casa Dom Inácio. À primeira vista, Abadiânia parecia apenas uma rua que começa na BR e acaba no hospital espiritual. Para o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, José Augusto Paralovo, e o administrador da Casa e ex-prefeito, Hamilton Pereira, acreditar nessa divisão é um grande equívoco. Ambos justificam que o local não deve ser considerado oriundo da Doutrina Espírita, porque não prega convicções provenientes da mesma.

Dividida ou não, as ruas que formam Abadiânia são marcadas pela simplicidade e humildade de seus moradores. Pessoas rurais, simpáticas, sempre a frente de seu comércio para melhor atender os turistas que não param de chegar. (O oculto do mistério, p. 66)

A subjetivação das vozes pressupõe, segundo Motta (2007: 154), que se “apresente a personagem como uma interpretação e uma construção e não como uma ilusão referencial, destinada a abolir a consciência da mediação jornalística”. Um exemplo deste movimento se acha no seguinte trecho do livro *Outrora*:

Os olhos azuis claros quase sumiram em meios às rugas quando me sentei ao seu lado e perguntei se podíamos conversar um pouco. O sorriso não tinha dentes. Me apresentei e expliquei o motivo da minha presença.

– Ah, você vai escrever um livro? Mas minha vida não é muito interessante para um livro!

Eu ri.

– E eu também esqueço um pouco das coisas

Contei-lhe minha teoria: não esquecemos das coisas. Elas ficam apenas um pouco escondidas na nossa cabeça.

– Ah, minha filha!... Mas quando você tiver 78 anos, vai se esquecer também.

Discordei. Disse que minha avó já me dizia quando eu era pequena: “quando a gente vive muito, guardamos as coisas em gavetas e, depois de um tempo, nos esquecemos de abri-las.”

Ele concordou. (Outrora, p 49-50)

4.1.2 - O horizonte epistêmico da narrativa:

Nos cinco livros, priorizam-se a subjetividade e os sentimentos que afloram nas lembranças e nas palavras dos que viveram os acontecimentos, mostrando-se ainda que a arte de narrar é uma relação alma, olho e mão. Mais do que uma explicação peremptória e racional dos fenômenos, o que se percebe é que os jovens autores procuram acolher as multiplicidades e “o universo fluido e misterioso da vida humana”, como diz Cremilda Medina (2003:130).

Em meio a câmeras, refletores, caixas com fotos e cromos, suas histórias são narradas. As imagens não são mais acessíveis, agora são apenas lembranças, bem guardadas, com riqueza de detalhes. Nascido em Amparo, teve como motivação para começar a fotografar a o interesse pela magia e os mistérios envolvidos no processo químico da revelação. Começou a fotografar ainda na adolescência.

Sérgio Jorge, desde então, registrou esportes, grandes coberturas e hoje trabalha com publicidade. Mas foi uma história de criança que o levou a uma imagem premiada que rendeu, além do prêmio, um emprego no quadro de fotógrafos de uma das maiores revistas ilustradas do País, a famosa Manchete. (Memória Leiloadá, p. 26)

E mesmo quando se trata de explicar os fenômenos narrados, as explicações são relacionadas a fatores e detalhes que extrapolam os esquematismos da racionalidade científica, como os laços afetivos, a fé, a sorte, o imprevisto, a sensibilidade artística, a saudade...

Quase uma adolescente, Vânia sonha em encontrar um namorado e casar. Mas, já com 48 anos e um retardo mental, ela mora longe da família, se conformou com a situação, criou laços de amizade e não possui muitas ambições. (...)

Com pensamento conservador, Seu Afonso está no estágio inicial do Alzheimer. Ainda se lembra de grande parte da sua vida, mas se confunde com nomes e datas. Há pouco tempo na casa de repouso, é retraído, não fez grandes amigos, mas é muito simpático e aberto a qualquer aproximação. (...)

Português característico – de boina, bengala e bigode –, Seu Antônio está em um estágio avançado de Alzheimer, não entende por que sua mulher o deixou na casa de repouso e

não é de falar muito. Seu objetivo de vida é pular o portão e passear pela cidade.

Orlando é um personagem peculiar. Com esquizofrenia, diagnosticada desde quando era pequeno, foi morar na casa de re- pouso, pois sua família não podia mais tomar conta dele. Apaixo- nado por rock'n' roll, conta histórias que podem ser verídicas ou resultado de uma crise da doença, já que nem sempre toma seus remédios. (Outrora, p.119-120)

Assim, pode-se dizer que o tecido narrativo replica o tecido explicativo, ou seja as vozes acionadas são a explicação cujo sentido se dá na interação entre as várias dimensões da experiência; constituindo-se o texto como um diálogo multifacetado entre os gradientes de racionalidade e não-racionalidade, como se pode ver nos trechos abaixo:

Poderia ser nada mais que uma simples cidade de interior, ainda que localizada no extremo norte brasileiro. Poderia ser nada além de um dos dezesseis municípios que hoje compõem o estado do Amapá. Poderia ser mais uma região reconhecida por suas belezas naturais, pelos grandes montantes de minérios ou por abrigar o belo pássaro brilho-de-fogo encontrado em nenhum outro lugar. Poderia, ainda, tratar-se de um dos maiores patrimônios históricos do Brasil, único devido às riquezas culturais e étnicas que ajudam a compor um país repleto de diversidade. Mas Serra do Navio é ainda mais. Serra do Navio representa uma circunstância em que passado e presente se confundem, onde a constante nostalgia conflita com a vontade de mudança e desenvolvimento. Seu coração é de máquina, construído para viver por tempo determinado. No entanto, o município que acaba de completar a maioria abriga ainda hoje mais de três mil sujeitos que por ali procuram escrever ou reescrever suas histórias. (Resquícios e Retratos, p. 99)

No ambiente de 8.316 m², no centro, há uma amoreira, a árvore que simboliza a vida. Ela sobreviveu à batida, seguida de uma explosão de uma aeronave Airbus-320. Ao seu redor, foi construído um espelho d'água iluminado com 140.000 m³, com 199 nomes esculpidos no muro. Na frente deles, alguns parentes colocaram buquê de flores para homenagear quem partiu. Um anjo, símbolo da união entre familiares e amigos, tem duas auréolas, asas, traços bem simples e leves, que o tornam infantil. Os braços, não totalmente formados, mostram uma figura acolhedora que protege e resguarda os mais frágeis. (Três segundos, p. 11)

A palestra inicial, geralmente dada por Norberto e traduzida por Heather, explica a todos como é o funcionamento do hospital. Fazem parte do tratamento a passiflora, a água fluidificada e a sopa de macarrão e legumes oferecida pela Casa. Em paralelo, uma dieta que restringe álcool, pimenta, antes carne de porco e agora ovo caipira. No local, placas e

palavras, em diferentes idiomas, ressaltam a importância de não abandonar o tratamento médico convencional. (O oculto do mistério, p.34)

4.1.3 - A construção e aprofundamento do contexto histórico do acontecimento:

A construção do contexto, de forma coerente com a articulação das vozes, se dá de forma claramente pautada pela reflexividade. Ou seja, busca-se refratar os contextos sócio-histórico-culturais que embasam as narrativas nos contextos subjetivos dos protagonistas, de forma que mesmo os exemplos divergentes acham-se “grudados” na força desta experiência coletiva: as ações humanas são inseridas na rede de forças que lhe subjazem e em contextos de múltiplas relações que lhe dão sentido.

Estava trabalhando quando desci do elevador e estranhei a presença dos policiais. Questionei o rapaz da portaria a respeito de quem seriam e ele me respondeu: “Vão fechar!”. Seis meses após abrir concordata, era decretada a falência da Bloch Editores. Já havia algum tempo, a empresa começou a pagar os funcionários com vales. Não tínhamos mais salário, cada um recebia o que dava, entrava qualquer dinheiro e eles dividiam. O meu setor foi o primeiro a ser lacrado pela Receita Federal. Os vastos quinhentos metros quadrados, o laboratório fotográfico, agora estavam fechados.

Muita gente foi embora, abandonou, mas eu resolvi pagar para ver e aqui estou. Posso dizer que trabalhei até o último dia e fechei a última Manchete, que nunca foi publicada. Eu e as 379 últimas pessoas ficamos trabalhando praticamente de graça. Naquele dia, fomos obrigados a deixar o complexo de três edifícios interligados, na Rua do Russel, 744, 766 e 804. É complicado olhar para o grandioso edifício em frente à Baía de Guanabara e ver uma editora grandiosa como a Bloch fechar assim. Ela cobriu quase cinquenta anos de história do Brasil e do mundo, dos mil gols do Pelé ao casamento da Lady Di. Tudo o que se possa imaginar, em nível de cobertura jornalística, nós fizemos, e fizemos muito bem.

Não perdemos só o trabalho, perdemos a família. A Bloch era uma família, tínhamos o interesse de manter aquilo vivo. (Memória Leiloadada, p. 17)

Desde cedo associada à fé, Abadiânia se viu tomada por aglomerações religiosas quando Dona Emerenciana, primeira moradora do local, começou a propagar sua crença por Nossa Senhora de Abadia, que deu nome ao município. No decorrer de seus 59 anos, a cidade conheceu, em 1976, o médium João de Deus. Desde que a Casa foi construída, a economia do local é mantida pelo turismo de pessoas que se

deslocam do mundo inteiro para conhecer e buscar a cura espiritual. (O oculto do mistério, p. 23)

Pode-se observar ainda neste movimento o fato de que as narrativas jornalísticas se instituem como jogos de linguagem, como ações estratégicas de construção de significações, quando não se prendem a uma factualidade fragmentada e autônoma, mas quando esta factualidade se torna um dispositivo de interação entre sujeitos e contextos.

São duas horas da tarde, de uma segunda-feira, e a Casa está movimentada. As enfermeiras trazem os cobertores para o piso inferior e se preparam para dar café para os velhinhos. Quatro poltronas ocupadas e as outras cinco vazias. A enfermeira arruma a mesa para as duas irmãs, leva outra senhora até uma outra mesa e as espera terminar o café. Bolo de banana e café com leite, saindo fumaça das xícaras. Pouco mais de 20 minutos e a hora do café da tarde acaba. O que chama a atenção é que são quatro enfermeiras por turno para cuidar da casa de dois andares e 11 idosos. (Outrora, p. 84)

Por muitas décadas, do lado de dentro daquelas montanhas de minério escorrera muito suor nos rostos e mãos calejadas de centenas de trabalhadores. Para alguns, doze horas diárias eram dedicadas à extração do ouro negro; para outros, as mesmas doze destinavam-se à garantia do funcionamento perfeito da vila. No entanto, o suor já não importava tanto no fim do dia, pois, apesar do árduo esforço diário no calor amapaense de quarenta graus, a recompensa viria nos banhos de piscina ou churrascos de finais de semana, sempre proporcionados pela ICOMI. Também pelos eventos comemorativos, bailes, títulos de honra e cestas básicas, além de alimentação, e toda infraestrutura da melhor qualidade, o clima era de tranquilidade e satisfação, e o trabalho era feito com dedicação. (Resquícios e retratos, p.19)

Apesar do sofrimento, o espaço é acolhedor e representa muito mais do que uma grande perda. Logo de início, é notável a importância da construção para todos. Debaixo de uma chuva forte e insistente, as famílias e amigos se veem, conversam, contam novidades e lembram o sentido de estarem ali. (Três segundos, p. 11)

A falência da Bloch Editores nos laços afetivos de seus funcionários; a economia de Abadiânia na busca pela cura espiritual; o trabalho de extração do manganês nos eventos festivos e recreativos de Serra do Navio; o cotidiano de uma casa de repouso na cena do café da tarde; a inauguração de um espaço de memória pela comunhão da perda. Em todos estes trechos

se tecem, a partir de factuais, a aventura da realidade social e os enredos do caos da história apontam para a possibilidade de um cosmos.

4.1.4 - O acolhimento ou recusa dos conflitos:

Neste movimento se encontra de modo mais nítido, e em contradição com os movimentos narrativos anteriormente elencados, a persistência de um dos cânones da linguagem jornalística ancorada no esquematismo do *lead* e da pirâmide invertida: ao mesmo tempo em que o conflito se apresenta como elemento estruturador da narrativa jornalística, a tal ponto que a própria noção de acontecimento noticiável se orienta pelas rupturas e descontinuidades que irrompem na expectativa de normalidade – que, conforme Berger e Luckmann (1997), orientam nossa relação cotidiana com o mundo –, o texto noticioso é marcado pela dificuldade em acolher as visões diferentes e divergentes do acontecimento.

Deste modo, a abertura compreensiva da narrativa se trai na busca de um consenso esvaziado que oblitera e recusa as rupturas, as descontinuidades e o discordante para se refugiar no abrigo pretensamente seguro das monocausalidades e do determinismo de fatores políticos e econômicos. Isto pode ser visto nos seguintes trechos:

Durante a apuração de dados, percebemos que realmente as dificuldades na aviação não estão apenas relacionadas à postura das empresas, mas também são responsabilidades do governo federal. Não há a presença do Estado e, dessa forma as companhias ficam mais livres para interferirem no mercado e em suas regras, mesmo que sejam especificadas em lei, como pode ser observado com o acidente do Airbus A320 da TAM. (Três segundos, p. 149)

Amapá, 1945. O ribeirinho Mario Cruz acabara de sair de sua palafita às margens do Rio Amapari e caminhava pelas montanhas de mata amazônica em algum lugar entre Macapá e o Oiapoque. Um ponto negro brilhante chamou sua atenção em meio ao verde da folhagem e o branco dos açaizeiros. Mal sabia o senhor Cruz que o que havia encontrado, uma pequena pedra preta com alguns reflexos azuis – o manganês, que seria a personagem principal de uma história de grandes progressos, fortunas, prosperidade e formação de um dos estados no norte do Brasil repleto de culturas das mais diversas e rico em belas paisagens. Mal sabia que a descoberta do minério ocasionaria a mudança

em milhões de vidas ao longo de décadas e acarretaria uma das questões sociais mais complexas e interessantes do país. Tampouco imaginava que o manganês precioso, um dia seria considerado o “ouro negro” do amapaense. (Resquícios e retratos, p.15)

Entretanto, não se pode dizer que esta dificuldade seja a tônica dominante nas narrativas. A sutileza das intercausalidades e as vozes e visões dissonantes também se fazem presentes, até porque as narrativas também são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres com interesses, desejos, e visões de mundo nem sempre convergentes, mas que agem e se expressam movidos pela necessidade de instaurar o comum, mesmo a despeito dos constrangimentos e das condições sociais de hierarquia e poder que marcam seu viver social (MOTTA, 2007:146).

Neste sentido, a configuração das dissonâncias num enredo coerente ressignificam o que foi narrado, permitindo ainda a identificação do fundo moral ou da ‘fábula’ que vai se tecendo e se tornando cada vez mais nítida:

O Instituto de Criminalística de São Paulo finalizou o laudo do acidente aéreo em novembro de 2008, após 16 meses de investigação, e apontou falhas administrativas cometidas pela ANAC e erros por parte da TAM, além de responsabilizar a Infraero, os pilotos do avião e a fabricante do jato Airbus pelo ocorrido. (Três segundos, p. 150)

Décadas depois do início de toda a história, uma questão importante se coloca a respeito do patrimônio herdado pelo estado do Amapá, mas uma questão esbaldada em duas vertentes divergentes em pensamento, ideologia e análise da questão. Uma delas é positiva, mas a outra preconiza um aspecto vilão à empresa. De um lado, antigos funcionários da ICOMI ou membros das famílias dos trabalhadores que viveram os tempos de felicidade e fartura. De outro, sujeitos distantes desse cenário, capazes de enxergar a história como uma linha do tempo, de forma a analisá-la do ponto de vista sócio-cultural. De um lado, vêem-na como a mãe de suas vidas, restando-lhes quase nada a não ser agradecer pelo tempo que nunca mais volta. Do outro, condenam-na por ter faltado com ética ao abandonar um povo sem direção. (Resquícios e retratos, p. 113)

Certa vez, um fotógrafo defendeu que suas fotos não ficaram boas porque seu equipamento não era bom o suficiente. Então, o Adolpho tirou uma caneta de ouro do bolso e disse: — Se eu te der essa caneta você vai escrever como o Machado de Assis? (Memória Leiloadada, p. 39)

– Pois então... A gente casou, mas eu não conseguia me adaptar às normas do casamento. Sabe como é, essa história de não poder jogar o meu futebol com os amigos no final de semana, ter que ir no mercadinho, fazer compra, pagar conta, não poder dar uma piscadinha para a garçonete do bar...

Dona Jaci estava certa. Nem mesmo antigamente as coisas davam certo! (Outrora, p. 54)

4.1.5 - A perspectiva temporal que orienta a construção dos sentidos:

Como já apresentado, neste movimento busca-se compreender como se articulam a trama dos tempos e os variados saberes e visões de mundo na narrativa. A importância destes fatores se mostra quando se considera com Motta, num diálogo com Paul Ricoeur, que “a identidade de um texto narrativo deve ser buscada no caráter temporal da experiência humana porque a narrativa é sempre um mundo temporal, o tempo tornado humano na medida em que este é reconfigurado de modo narrativo” (MOTTA, 2005: 11).

Uma das matrizes discursivas mais arraigadas na cultura jornalística é a identificação da sua temporalidade com a atualidade, concebida esta como o imediatamente agora. Ou como bem explica Cremilda Medina, “por ‘gancho’ de atualidade se entende o tempo consagrado pelos eventos político-econômicos, o tempo inesperado dos desastres, dos avanços e retrocessos (...) e acima de tudo o tempo industrial da periodicidade jornalística”. (MEDINA, 2003: 92) Como resultado, o tempo se encerra na cronologia racionalizada dos acontecimentos, que absolutiza o presente em detrimento às suas conexões com o passado e à abertura para possíveis perspectivas de futuro.

Como se tratam de narrativas baseadas na memória e nos processos subjetivos de experiências sensíveis, pode-se dizer que nos livros considerados aqui, buscou-se construir uma transversalidade das dimensões temporais, especialmente entre presente e passado, como também se nota a presença de uma temporalidade menos afeita ao ritmo cronológico e mais afeto às sensibilidades e percepções.

Não é preciso olhar com muito cuidado para perceber as semelhanças entre o homem que caminha pela praia do Leblon, com sua câmera Lumix a tiracolo, e o jovem tímido,

de cabelos cacheados e visual hippie que começou sua carreira como estagiário na revista Manchete na década de 1970. (...)

Pelo grande corredor que interligava as redações, era comum o constante movimento de repórteres, editores, fotógrafos e diagramadores. Vários profissionais, chegando e saindo, ao som de telefones, elevadores, passos e vozes. Mas, agora, silêncio, vazio e escuridão são seus funcionários. (Memória leiloadas, p. 32)

Vagando entre as memórias de passado e presente, vê-se um labirinto submerso de informações onde é fácil mergulhar, mas difícil voltar à superfície. (...) Mesmo assim, o trem continua caminhando devagar nos trilhos sujos de pó escuro. Ainda é possível ouvir o apito ferroviário e imaginar montantes de ouro negro viajando por entre aquela mata. As crianças vivem na poeira, brincam com ela. A chuva tenta diariamente esconder o sol que insiste em aparecer, e depois dessa briga incessante, a neblina aparece dando sinal de fumaça. Serra do Navio não é fantasma, está viva e respira bem, já sem ajuda de aparelhos. Seu rosto é enrugado, suas marcas de expressão, cada vez mais evidentes. Ainda assim, parece apenas um embrião. Talvez porque o cordão umbilical nunca tenha sido cortado da barriga de sua mãe. (Resquícios e retratos, p. 121)

A experiência de estar na corrente é particular. Alguns relatam viajar por entre lugares tranquilos, por seu próprio corpo ou pelo vazio da mente. O tempo ali é diferente da cronologia terrena. Se contarmos quatro horas em um estado de (quase) transe, alguns relatarão que ficaram por 30 minutos e, outros, por duas horas. (O oculto do mistério, p. 31)

Outro recurso de construção da temporalidade da narrativa se acha no diálogo com o ritmo cíclico do trabalho manual, como se pode notar no livro *Outrora*, quando os movimentos do tricô tece a trama do tempo do contar e escutar que marcam a história da Dona Jaci:

Durante esse caso, a manga vermelha ficou pronta. As agulhas de tricô trabalhavam em uma velocidade absurda para quem vê uma senhora distraída, conversando.

– Trabalhei por 18 anos na mesma empresa. – ela me contou – Na rua da Consolação, lá no centro.

Perguntei o que mais marcou sua longa estada na Gráfica.

– Certamente o Monteiro, meu marido.

– A senhora conheceu ele lá?

Ela deu um suspiro profundo e deu, lentamente, uma volta de lã na agulha do tricô, bem diferente da forma em que estava trabalhando antes. (*Outrora*, p. 44.)

Também é interessante notar ainda que a trama temporal se tece também no na valorização e interação com os saberes comuns e hábitos que orientam a cena cotidiana dos protagonistas; evidenciando a força das identidades culturais na mediação dialógica, como a define Cremilda Medina (1996: 12): “o comunicador social relaciona, nas relações simbólicas, o universo das ideias; ao mesmo tempo, trabalha o imaginário coletivo (...) e com os comportamentos culturais que se codificam em situações muito expressivas do jogo dialético indivíduo-coletividade-universalidade”.

Certa vez a sede, no Rio, encomendou uma matéria sobre o “cachorro louco” no mês de agosto. Na época havia muitos cachorros de rua e, nesse período, por causa das condições climáticas, o número de cadelas no cio aumentava, o que gerava disputa e brigas entre os machos. Como esses cães não tomavam vacina, a raiva se espalhava e, então, agosto era conhecido como o mês do cachorro louco. Os cachorros ficavam loucos atrás das fêmeas, era engraçado. Eu estava na reunião de pauta, mas normalmente não podia dar opiniões, pois era apenas o fotógrafo freelancer. O que me recomendaram é que fossem feitas fotos no Instituto Pasteur, na Avenida Paulista. (...) Numa piscadela, voltei no tempo e então lembrei de quando era criança, no interior de São Paulo, e do Dudu. Assim, contei a história para o pessoal na reunião e disse que isso provavelmente ainda acontecia e valeria a pena o fotógrafo acompanhar a carrocinha e documentar. (Memória Leiloadada, p. 27-28)

A entrega é essencial para a compreensão do que acontece no hospital espiritual. Deve-se estar com a mente e o espírito abertos e evitar julgamentos ou preconceitos. Ali, dúvidas de uma vida inteira se explicam e convicções vão por água abaixo. (...) Mesmo orientado por funcionários da Casa Dom Inácio a continuar o acompanhamento da medicina tradicional, Nôri afirma que sua cura, conquistada em dois anos, está absolutamente ligada aos espíritos de luz. Diferente de muitos que acreditam que a cura pelas Entidades é apenas um complemento, o assistente de viagem afirma que seu espírito estava doente e as equipes do outro plano conseguiram salvá-lo. (O oculto do mistério, p. 18)

Desde o acidente em 2007, a percepção de Archelau em relação aos sinais e aos recados que não vêm de forma comum se transformou estrondosamente. *“Nós não sabemos de onde vêm essas informações, mas ele recebeu uma mensagem. Foi dramático. A mãe dele interveio, o pai, a Silvia. Ele não queria viajar. Temos que ouvir os pressentimentos. Houve o aviso e aconteceu mesmo. Agora, eu presto muita atenção nestas coisas. Não quero nem saber o que vão falar. Eu vi claramente o que aconteceu na*

manifestação ao Lucas. Foi muito forte". (Três segundos, p. 54)

Numa grande área coberta onde fica a churrasqueira, a mulher larga seu cargo público e assume o papel de dona de casa. Com um pano de prato nos ombros, ajuda na preparação do Tucupi ou do creme da Bacaba, entrada indispensável nos almoços daquela casa. Enquanto todos esperam o Tambatinga – mistura dos peixes Tambaqui e Piraptinga – ficar pronto, e deliciam-se com pequenos camarões de água doce, iscas de carne e frango e com o imprescindível açaí extraído diretamente dos açaizeiros próprios. Francimar não tem desgostos na hora da refeição e devora todas as opções, misturando muitas vezes grandes pedaços dos animais assados com açaí, açúcar e farinha de mandioca (...). (Resquícios e retratos, p.80)

Finalmente, não se nega a força da identidade cultural nem mesmo quando ela se assenta em preconceitos; assumem-se, antes, seus movimentos contraditórios:

– A minha vizinha estava no hospital porque o marido tinha a atacado com uma peixeira. Eles dividiam o quintal com a gente, porque as casas eram coladas, sabe? Sem divisórias. E ela, a minha vizinha, ajudava a minha mãe a olhar a gente, eu e o meu irmãozinho. Lembro perfeitamente bem de ter visto o marido chegar da rua, cheio de cachaça. Ele queria fazer sexo e ela não. Disse para ele ‘olha a Aurorinha aí’. E ele ficou bem irritado. Disse ‘ah é? Não quer?’, e então pegou uma faca na cozinha e arrancou a barriga dela.

– Nossa, que horror! Parece com aqueles casos que a gente escuta falar na televisão.

– Depois, ela acabou escapando e não morreu. Eram um casal de idosos. E pretos, mas de alma branca.

E com essa afirmação, era como se ela tivesse encontrado uma razão para tamanha atrocidade. (Outrora, p. 67-68)

Considerações finais

As reflexões anteriormente apresentadas desembocam logicamente num questionamento sobre o posicionamento do narrador e da perspectiva comunicacional predominante nas narrativas, remetendo-nos, pois, de volta às inquietações que ensejaram esta tese desde o seu começo. Ou seja, sua pergunta originária era se a narrativa jornalística poderia se constituir num horizonte de abertura da compreensão e experiência do mundo ou se estava fadada ao seu encarceramento e empobrecimento.

Nascida numa região fortemente marcada ainda pela oralidade e conservação de hábitos e práticas culturais ancorados mais na tradição do que na modernização racional e tecnológica, fui, como tentei deixar claro já na Introdução, desde muito cedo seduzida pelas narrativas. E, assim como me intrigava o que viria depois das montanhas que circundavam minha cidadezinha, porque intuía que havia para além delas um mundo muito rico e diversificado, sempre me foi difícil aceitar que a profissão que escolhi, justamente porque histórica e culturalmente identificada com o dizer sobre o mundo, pudesse ensejar o silêncio, o distanciamento e o autoritarismo; pudesse encarcerar as possibilidades de conhecimento e partilha que são condições fundamentais da própria aventura humana.

Aqui se vislumbra uma primeira revelação da minha inspiração num pensador que justamente ficou conhecido por negar ao jornalismo o maravilhoso da narrativa:

Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não tem as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se é assim, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. (BENJAMIN, 1994: 223)

Assim, mediante o fato de que no momento mesmo em que escrevo esta tese se reforçam várias vozes a acusar a crise ou fim do jornalismo, pelas mudanças que as redes digitais de informação impõem tanto ao modelo de negócio que o orientam desde Camille Demoulins quanto ao seu papel como narrador dos acontecimentos, de novo Benjamin vem me lembrar que “quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada

de tensões, ele lhes comunica um choque através do qual esta configuração se cristaliza enquanto mônada” (BENJAMIN, 1994: 231). Não há, portanto, uma sucesso de fatos, há figurações que se fixam num compasso de espera. “O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas” (BENJAMIN, 1994: 231). Insípidas porque só mais tarde se sente o seu sabor, se ela frutifica ou não num novo tempo histórico.

Logo, e para continuar o diálogo com as teses sobre o conceito de história, se se pode dizer que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994: 223), valho-me de uma paráfrase de uma outra tese benjaminiana para dizer sobre o que busquei com esta tese: escovar o jornalismo a contrapelo.

E essa possibilidade se me mostrou necessária e viável não apenas em função do questionamento do lugar e papel do jornalismo no mundo hodierno. Também por ele; pois, como afirmado anteriormente, a abundância de informações e desinformações que trafegam a cada instante nas infovias exigem a ação de um mediador social. E tal exigência não é tributária apenas da chamada era digital:

O jornalismo, na sua plenitude, exerce a mediação das tensões. A reportagem, ao captar as múltiplas verdades da guerra simbólica, sem perder a referência da coletividade, desmascara a verdade absoluta e as verdades particularizadas. Embora haja momentos em que a opinião da imprensa se confunda com a dos tribunos partidários ou dos movimentos que se afirma libertários (e foi assim do século XVIII ao século XIX nas revoluções liberais), a responsabilidade do direito social à informação vem à tona sempre que o repórter assume a gesta coletiva. (MEDINA, 2006: 29)

E assumir esta gesta implica o jornalista colocar-se como narrador e se assumir como tal. Ora, tradicionalmente, o discurso jornalístico define-se, em sua pretensa objetividade, pelo distanciamento e ou negação do narrador. “Ele narra como se a verdade estivesse “lá fora”, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador. (...) Utiliza recursos de linguagem

que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar sua mediação” (MOTTA, 2007: 155).

Daí porque se buscou compreender as matrizes epistemológicas e históricas que embasam a afirmação de uma natureza midiática da experiência hodierna, bem como a construção de um saber comunicacional, ressaltando o lugar e sentido dos dispositivos na configuração da experiência e das próprias subjetividades. Neste contexto, a afirmação de uma concepção da experiência como preservação e risco levou-nos a compreender porque a modernidade privilegiou a tematização da realidade a partir do constituído, o que nos leva a vislumbrar suas consequências para a narrativa jornalística:

[O constituído] se apresenta como única forma de objetividade, [...] formada pelo conjunto de categorias que funcionam para a <<armação do mundo>>”, ou seja é algo construído historicamente. Em consequência, não está tanto em causa uma melhor e mais rigorosa forma de descrição da positividade da experiência, como uma ruptura da ficção que o mundo é, enquanto produto do agir humano [...] Trata-se, portanto, de repensar a materialidade da experiência constituída. E isso, não porque as categorias modernas que dependem da verdade objetiva estejam fora de moda ou sejam inadequadas, mas por terem resultado de uma decisão de liberdade. A objetividade só se mantém através da dissimulação dessa origem sem fundamento. (MIRANDA, 1994: 46)

Decorre desta “origem sem fundamento” que mesmo o racionalismo, com o qual a Modernidade tende a se identificar de modo quase que exclusivo, tem de recorrer à linguagem para se constituir e se problematizar, para tentar justamente “ouvir” o grande ausente, “o que *está-de-fora* relativamente ao humano, chame-se-lhe natureza ou outro nome qualquer”. (MIRANDA, 1994: 19). Ou se poderia escutar o que está fora do humano, como aquilo que, inscrito e conformado nos horizontes mesmos da cultura e da linguagem, escapa a toda forma de convenção e normatividade – também elas já desde sempre plasmadas na linguisticidade e possibilidades compreensivas do mundo.

Aqui, e talvez novamente, mostra-se a natureza exponencial da narrativa em suas interações com a experiência: a narrativa revela, desvela e enovela a experiência, de modo que, no mesmo movimento expressivo e

interconstitutivo, a experiência mostra-se e se constitui no próprio narrar. Daí também o caráter inegavelmente epistemológico desta interação: dá-se a conhecer quando, como e porque se narra e se faz o narrar quando, como e porque se conhece.

A partir deste horizonte, a tematização das possibilidades narrativas da experiência, com base na radicalidade linguística defendida por Gadamer, pode-se aceder à abertura e jogo do texto, conforme defende Iser:

É sensato supor que o autor, o texto e o leitor são intimamente interconectados em uma relação a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia. Esta concepção de texto está em conflito direto com a noção tradicional de representação, à medida que a mimesis envolve a referência a uma “realidade” pré-dada, que se pretende estar representada” (ISER, 2002: 105)

O movimento em que constituem os ‘jogos’ entre experiências e interpretações, explícita, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo de cada um dos termos na relação, seu próprio significado: interpretações de experiências e/ou experiências de interpretação apontam, antes de mais, o seu caráter interrogativo e interconstitutivo. Apontam, pois e sobretudo, para as potencialidades narrativas do jornalismo para além das restrições que sua configuração histórica como “produto à venda” instituíram e legitimaram.

Buscou-se vislumbrar este horizonte de possibilidades a partir do diálogo analítico com os textos produzidos por jovens jornalistas, com o objetivo de perceber como e se eles articulam em suas narrativas o jogo do texto. Ao propor uma análise alternativa da prática jornalística ancorada na ideia de comunidade interpretativa, Barbie Zelizer (2000) destaca o papel central da narrativa, o ato de contar histórias, na construção de um discurso partilhado e de interpretações coletivas não apenas de acontecimentos relevantes, mas da própria atividade profissional do jornalista.

Para a autora, as atividades narrativas foram sistematicamente desconsideradas nos estudos sobre a profissão, destacando que, além de dizer sobre a construção dos acontecimentos, a análise da narrativa permite compreender como os jornalistas constroem um significado sobre si mesmos:

Uma abordagem alternativa pode levar à compreensão de questões relevantes para a centralidade da estrutura narrativa – de que modo os jornalistas atribuíram a si

próprios o poder de interpretação, o que levou a que certos tipos privilegiados de narração tivessem sido adotados pelas organizações noticiosas, e de que forma a estrutura narrativa ajudou os jornalistas a neutralizar outras descrições menos fortes ou menos coerentes do mesmo acontecimento. (ZELIZER, 2000: 36)

Ora, aqui se nota a maior contradição das narrativas analisadas: mesmo se propondo a trabalhar com livros-reportagem por reconhecerem neste tipo de produção jornalística uma maior amplitude de possibilidades expressivas, e com temas relacionados à sensibilidade e à não-racionalidade como a memória, a saudade, o envelhecimento, a espiritualidade, percebe-se que, na maior parte das vezes, os autores se intimidam em se assumir como narradores.

Esta dificuldade com a própria autoria tem duas consequências fundamentais para esta tese. Primeiro, ela dificulta a efetivação do texto como jogo, uma vez que como diz o próprio Iser, quando se tratam de textos pragmáticos, como é o caso das narrativas jornalísticas,

o sujeito da produção leva em conta a imagem do leitor e seu papel em um contexto de ação. Nesta medida, sua produção textual já se coloca em um horizonte de expectativa que ultrapassa o próprio texto. Por outro lado, o leitor está colocado em um horizonte de expectativa duplo e ultrapassante do texto, na medida em que, para ele, o texto, como meio, remete para o papel do sujeito constitutivo do texto. (...) Assim, o horizonte de expectativa do autor faz parte do duplo horizonte de expectativa de seu leitor. (ISER, 2002: 129)

Ora, se o narrador não se assume como tal, o jogo não se efetiva plenamente e se oblitera o que o próprio Iser afirma ser o princípio fundamental da organização social humana; a comunicação que pressupõe a participação na vida dos outros. “Para tal é necessário o surgir dos outros na própria identidade, a identificação dos outros com a identidade, o alcance da consistência de si próprio através dos outros” (2002:129)

A segunda consequência que, evidentemente se articula com a primeira, diz respeito às possibilidades de uma assinatura coletiva como perspectiva de abertura do jornalismo aos horizontes de compreensão e experiência. Sem o identificação de si e do outro e a consequente fusão e diálogo de seus horizontes, a autoria segue presa ao individualismo egocêntrico do repórter, e não se efetiva seu lugar na mediação social:

Seu lugar é, acima de tudo, o da inquietude da viagem: o repórter se empenha no muito perguntar, muito ouvir e observar, muito pesquisar e estudar na batalha conflitiva dos sentidos. Toda a narrativa que se constrói a partir da experiência contemporânea representará simbolicamente um delicado tecido em que as tensões das microestruturas de poder e estruturas intermediáveis de decisão procuram de alguma forma fazer valer seus interesses, suas competências e ideologias, sobretudo sua visão de mundo, frente à macroestrutura (...) Quem senão o repórter vai se entranhar neste cipoal? (MEDINA, 2006: 30)

Não obstante as dificuldades apontadas acima, cumpre destacar que as experiências narrativas analisadas nesta tese mostram que os representantes da primeira geração de nativos digitais no Brasil ainda se encantam com os desafios dos vários cipoais que marcam o cotidiano humano e buscam cumprir outro vaticínio prefigurado por Drummond de Andrade no poema “A casa do jornal, a antiga e a nova”: restituir ao tempo o testemunho do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGAMBEN, G. **Infância e História – Destruição da Experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRADE, C. D. **As Impurezas do Branco**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BARROS, A. T. P. **Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

BAUDRILLARD, J. **O Sistema dos Objetos**. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Simulacros e Simulação**. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1991.

_____. **A Transparência do Mal: Ensaio Sobre os Fenômenos Extremos**. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2a Edição. Campinas: Papirus Editora, 1992.

BATISTA, C. P. **O mundo possível da tela: Representação, referência e realidade nas poéticas tecno-informáticas**. Dissertação de mestrado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, 1995.

BATISTA, C. P., RANIERI, P. “Novos dispositivos e agenda-setting: uma análise dos processos jornalísticos subjetivos no Twitter”. Trabalho apresentado no GT de Jornalismo. **IX Congresso do Lusocom**. São Paulo: UNIP (Universidade Paulista), 4 a 6 de Ago de 2011.

BENJAMIN, A. e OSBORNE, P (orgs.). **A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas; vol. I)

_____. **Gesammelte Schriften**. Band IV.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

BERGER, C. A pesquisa em comunicação na América Latina. IN: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001; p. 241-277.

BERGER, C. e MAROCCO, B. (orgs) **A era glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985).

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BIAGIONI, J. **A ontologia hermenêutica de H. G. Gadamer – Reflexões e perspectivas sobre a 3ª parte de verdade e método**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1983.

BIRD, E. e DARDENNE, R. Mitos, registo e “estórias : explorando as qualidades narrativas das notícias. IN: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999; p. 263-277.

BLEICHER, J. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRAGA, J. L. **Dispositivos interacionais**. Trabalho apresentado ao GT de Epistemologia da Comunicação por ocasião do XX Encontro da Compós. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 14 a 17 de Jun de 2011.

_____. Experiência estética & mediatização. IN: LEAL, B.S., MENDONÇA, C. C., GUIMARÃES, C. (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010; p. 73-87.

BROCKMEIER, J. e HARRÉ, R. Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(3). Porto Alegre: UFRGS, 2003; pp. 525-535

CALVINO, I. **Palomar**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Seis Propostas para o Próximo Milênio: Lições Americanas**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLÍNI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANETTI, E. **A língua absolvida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. **Uma luz em meu ouvido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARNEIRO LEÃO, E. Existência e poesia. IN: **Sonetos a Orfeu; Elegias de Duíno**. Tradução e Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989; p.07-18.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTELO BRANCO, E. Toda palavra guarda uma cilada: Torquato Neto entre a vertigem e a viagem. IN: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 4 Ano IV no 2. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, Abril/ Maio/ Junho de 2007. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF11/Dossie.artigo.7_Edwar.de.Alencar.Castelo.Branco.pdf.

CAYGILL, H. “Benjamin, Heidegger e a destruição da tradição”. IN: BENJAMIN, A. e OSBORNE, P (orgs.). **A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CITELLI, A. Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos. IN: Perspectivas autorais nos estudos de comunicação III (Dossiê). **MATRIZES** : Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 2, n. 1. São Paulo: ECA/USP, jul. - dez. 2008; p. 13-30.

CORREIA, F. **Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997

COSTA, C. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA LIMA, L. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. O leitor demanda (d)a literatura. Prefácio à 1ª edição. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor: textos de estética da Recepção**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio à 2ª edição. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor: textos de estética da Recepção**. Coord. E Trad. Luiz Costa Lima. 2a Ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

CRUZ, M. T. A Estética da Recepção e a crítica da razão impura. IN: **Textualidades. Revista Comunicação e Linguagens**. Nº 3. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, junho de 1986.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? Trad. Maria Rosário Saraiva. In: **PRISMA.COM – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação**. N. 4. Lisboa: CETEC, Junho 2007; pp.1-36.

DESCARTES, R. **Meditações**. São Paulo: Nova cultural, 1987a (Os Pensadores).

_____. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987b (Os Pensadores).

DOSSIÊ: perspectivas autorais nos estudos de comunicação III. **MATRIZES** : Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Ano 2, n. 1, p. 13-138, jul.-dez. 2008.

DOSSIÊ: perspectivas autorais nos estudos de comunicação IV. **MATRIZES** : Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Ano 2, n. 2, p. 15-138, jan.-jun. 2009.

DUARTE, E. As vertigens estéticas de um campo em configuração. IN: LEAL, B.S., MENDONÇA, C. C., GUIMARÃES, C. (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010; p. 89-103.

ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

_____. **Elias por ele mesmo**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2001

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERRARA, L. D. **A comunicação entre mediações e interações**. Trabalho apresentado ao GT de Epistemologia da Comunicação por ocasião do XX Encontro da Compós. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 14 a 17 de Jun de 2011.

_____. **A epistemologia de uma comunicação indecisa**. Trabalho apresentado ao GT de Epistemologia da Comunicação por ocasião do XXII Encontro da Compós. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de Jun de 2013.

_____. Questão central do objeto da comunicação. IN: KÜNSCH, D. A. (org). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008; p. 35-44.

FONSECA, A. A. e VARGAS, R. O. Fato, Trama e narrativa: um diálogo entre o jornalismo e a historiografia. IN: **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília: UnB, setembro de 2006. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers>. Acessado em 05/07/2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 6ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

GADAMER, H. G. A universalidade do problema hermenêutico. IN: BLEICHER, J. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 2002; p. 181-197

_____. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. De Flávio Meurer. Petrópolis, Vozes, 1997.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo. Revista **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 33, 2007; p. 79-88.

_____. **Jornalismo e acontecimento: a produção de sentido no discurso da informação**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade federal da Bahia, 1994.

_____. **Interesses cruzados: a produção da cultura no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.

GAGNEBIN, J. M. “Walter Benjamin ou a história aberta”. Prefácio. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas; vol. 1)

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GOMES, W. **Da Poesia do Mundo: Realidade e Conhecimento na Modernidade**. Notas de Aula. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBa. Salvador: 1992.

_____. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

HEIDEGGER, M. **Língua de Tradição e Língua Técnica**. Trad. Mário Botas. Lisboa: Vega, 1995.

_____. **Ser e tempo – Parte I e Parte II**. 3 Ed. Trad. De Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 1993.

HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HUMBOLDT, W. Von. **Sobre la diversidad de La estructura Del lenguaje humano**. Barcelona: Anthropos, 1989.

IANNI, O. **A sociedade global**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Cicvilização Brasileira, 1999.

_____. Nação e narração. IN: AGUIAR, F. (org.) **Antonio Candido – Pensamento e militância**. São Paulo: Editora Humanitas, 1999.

ISER, W. **Dert Akt des Lesens**. Stuttgart: UBT, 1994.

_____. **O Ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Vol I. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O Ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Vol II. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. O jogo do texto. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor: textos de estética da Recepção**. Coord. E Trad. Luiz Costa Lima. 2a Ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; p. 105-118.

JAUSS et al. **A literatura e o leitor: textos de estética da Recepção**. 2ª ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

KÜNSCH, D. A. (org). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008; p. 35-44.

_____. Comunicação e incomunicação: aproximação complexo-compreensiva à questão. **Revista Líbero**. Ano X, número 19. São Paulo: Jun 2007.

_____. Crise, compreensão e comunicação: contra a certeza do pensamento avassalador. **Revista Líbero**. Ano XI, número 22. São Paulo: Dez. 2008; p. 43-52.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n.19, abril de 2002, pp. 20-28. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo>. Acessado em 23 de Jan. de 2012.

LEAL, B.S., MENDONÇA, C. C., GUIMARÃES, C. (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LINS, R. L. **Nossa amiga feroz: breve história da felicidade na expressão contemporânea**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LISPECTOR, C. **A Paixão Segundo G.H.**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATOS, C. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto comunista**. (Org. e Introd. Osvaldo Coggiola). São Paulo: Boitempo: 2010.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Casas da viagem: de bem com a vida ou afetos do mundo**. São Paulo: Edição de Autor, 2012.

_____. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. Créateur de signature collective ou artisan du dialogue social, IN: CAM, F. Le., RUELLAN, D. (orgs.). **Changements et permanences du journalisme**. Paris: L' Harmattan, 2014.

_____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MIRANDA, J. B. de. **Analítica da actualidade**. Lisboa: Vega, 1994.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. InLAGO, Cláudia, BENETTI, Marcia (Orgs). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento do mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? IN: PEREIRA, F. H., MOURA, D. O., ADGHIRNI, Z. L. (orgs). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012; p. 219-241.

OSPINA, W. **La decadência de los dragones**. Madrid: Ed. Alfaguara, 2002.

PEREIRA LIMA, E. P. et al. **New journalism: a reportagem como criação literária**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social – Rio de Janeiro, 2003. (Cadernos da comunicação, Série Estudos, v.7)

PEREIRA LIMA, E. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4 ed. Barueri (SP): Manole, 2009.

PINTO, Manuel. **Digressão sobre a ‘crise do jornalismo’: entre definhamento e re-invenção**. Braga (Portugal): Universidade do Minho, Dez. de 2008.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, número 31. Rio de Janeiro, 2003, p. 147-160.

CORREIA, F. **Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997

RIBEIRO, J. C. **Sempre alerta: Condições e contradições do trabalho jornalístico**. 3ª ed. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

RILKE, R. M. **Frutos e apontamentos**. Trad. Maria Gabriela Llansol. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1996.

_____. **Sonetos a Orfeu; Elegias de Duíno**. Tradução e Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ROSA, J.G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

RODRIGUES, A. D. **As estratégias da comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

_____. **Comunicação e cultura: A experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

RORTY, R. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.

_____. **Gadamer e sua utopia**. Texto traduzido pelo Centro de Estudos em Filosofia Americana, 20. Disponível em: <http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/rorty_gadamer.pdf>. Acesso em: 10.6.2011.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÁNCHEZ, F. J. El relato periodístico. El periodista como contador de historias. IN: **Estudios de Periodística** (ponencias Del I Congreso de la S.E.P.). Madrid: Facultad de Ciencias de la Información/Universidad Complutense de Madrid, 1992; p. 49-56.

SAUSSURE, F. De. **Curso de linguística geral**. 27ª ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SELIGMANN-SILVA, M. **Ler o livro do mundo – Walter Benjamin: Romantismo e crítica poética**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SFEZ, Lucien. **A comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis – Afeto, Mídia e Política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A narração do fato: notas para uma teoria do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2009

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Trad. Wagner de Oliveira. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, teorias e estórias.** 2 Ed. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje ou ainda: Do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. IN: QUEIROZ, A., VELASCO e CRUZ, N. (org). **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2007.

TUCHMANN, G. Contando estórias. IN: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1999; p. 263-277.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Manual para o desenvolvimento do Trabalho De Conclusão de Curso – TCC do Curso de Jornalismo. São Paulo: Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2º semestre de 2013. Disponível em http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/Jornalismo/2013/TCC_2_sem_2013/TCC_I_-_Manual__2_S_2013_.pdf. Acessado em 25 de Set de 2013.

_____. **Novo projeto pedagógico do Curso de Jornalismo.** Texto apresentado e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010; texto digitalizado.

VALVERDE, M. Comunicação e experiência estética. IN: LEAL, B.S., MENDONÇA, C. C., GUIMARÃES, C. (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 57-71.

_____. **Experiência e Expressão.** Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 1993; Texto digitalizado.

VATTIMO, G. **Introdução a Heidegger.** Trad. João Gama. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

VON MARTIN, A. **Sociologia del Renacimiento.** México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

WEBER, M. A sociologia da Imprensa . IN: BERGER, C. e MAROCCO, B. (orgs) **A era glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa.** Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1995.

ZELIZER, B. Os Jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: **Revista de Comunicação e Linguagens: Jornalismo 2000**. Lisboa: Relógio D'Água editores, 2000, p. 33- 61.